

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL – CAMPUS JAGUARÃO**

LUCIANE LAKUS RONCATO

**A GESTÃO DO PROCESSO EDUCACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: A
LEGISLAÇÃO E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA ESCOLA ESPECIAL JOSÉ
LUIZ PIÚMA/APAE JAGUARÃO - RS**

JAGUARÃO

2015

LUCIANE LAKUS RONCATO

**A GESTÃO DO PROCESSO EDUCACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: A
LEGISLAÇÃO E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA ESCOLA ESPECIAL JOSÉ
LUIZ PIÚMA/APAE JAGUARÃO - RS**

Relatório Crítico-Reflexivo apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em Educação –
Mestrado Profissional – Campus Jaguarão,
como requisito parcial para obtenção do Título
de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Jorge Hammes

Coorientador: Prof. Dr. Bento Selau da Silva
Júnior

Jaguarão

2015

RONCATO, Luciane Lakus. A gestão do processo educacional da pessoa com deficiência: a legislação e a formação do professor da escola especial José Luiz Piúma/APAE Jaguarão - RS/ Luciane Lakus Roncato. 06/03/2015. 121 páginas.

Relatório - Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão,
06/03/2015

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Jorge Hammes

Coorientador: Prof. Dr. Bento Selau da Silva Júnior

1. Educação Especial. 2. Educação Inclusiva. 3. Legislação.
4. Gestão do processo educacional. 5. Formação do Professor.

LUCIANE LAKUS RONCATO

**A GESTÃO DO PROCESSO EDUCACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: A
LEGISLAÇÃO E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA ESCOLA ESPECIAL JOSÉ
LUIZ PIÚMA/APAE JAGUARÃO - RS**

Relatório Crítico-Reflexivo apresentado ao
Programa de Pós-Graduação – Mestrado
Profissional em Educação – Campus Jaguarão,
como requisito parcial para obtenção do Título
de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação

Relatório defendido e aprovado em: 06 de março de 2015.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Lúcio Jorge Hammes - Presidente
UNIPAMPA

Prof. Dr. Gomercindo Ghiggi
UFPEL

Prof. Dr. Bento Selau da Silva Júnior
UNIPAMPA

Ao meu marido João Cláudio e ao meu filho João Vítor pelo carinho, compreensão e estímulo nessa caminhada.

AGRADECIMENTO

Primeiramente, agradeço a Deus, pela fé e força para seguir em frente.

A todos os meus familiares, em especial aos meus pais Vânio e Lilian, pelo constante apoio e incentivo dispensados nas escolhas que venho fazendo, tanto pessoal como profissionalmente, vibrando comigo a cada conquista e, ainda, por serem sempre presentes em minha vida.

Ao meu filho João Vítor, fonte de estímulo para eu buscar cada vez mais conhecimentos, querer crescer, me ensinando cada dia a ser mãe e ser alguém melhor. Tenho dúvidas se consigo entender direito as minhas ausências e os possíveis reflexos delas, mas sou muito confiante na cumplicidade que temos um com o outro. Meu amigo, meu amor.

Ao João Cláudio, meu marido, um agradecimento mais que especial, não só por compreender as ausências, mas por ser grande incentivador desse processo, ajudando e participando diretamente em cada etapa conquistada, partilhando não só momentos de alegrias, como também de angústias e aflições, sendo ombro e ouvido amigo. És muito mais que um companheiro...

Ao Heitor, meu enteado, que mesmo à distância se faz presente em nossas vidas.

Aos amigos e todos aqueles que de uma forma ou outra contribuíram e torceram para que esse momento se tornasse possível, especialmente, à Profa. Dra. Nágila Caporlândia Giesta, para mim, tia Nágila. Muito obrigada pelas leituras, sugestões, contribuições e incentivos...

Aos professores do PPGEd, como representante cito o diretor do campus e também meu professor, Prof. Dr. Maurício Aires, pelos ensinamentos e discussões proporcionados, assim como às colegas da LP1, vocês contribuíram para construção e concretização desse trabalho.

Ao Prof. Dr. Gomercindo Ghiggi por aceitar o convite e fazer parte da banca desde a qualificação até a defesa do trabalho, presenteando-me com suas significativas apreciações.

Ao Prof. Dr. Bento Selau da Silva Júnior, por aceitar ser meu coorientador e também por fazer parte desse processo desde a qualificação até a defesa, agradeço também pelas leituras atentas, contribuições importantes, apreciações sinceras, por acreditar em mim.

Ao Prof. Dr. Lúcio Jorge Hammes, por quem possuo grande admiração e respeito. Obrigada, meu orientador, por contribuir na minha formação enquanto professora pesquisadora, fundamentalmente, por ter aceitado e acreditado no meu trabalho e, ainda por juntos termos aprendido, ou ao menos tentado, ressignificar momentos do presente e do passado para (re)pensar e (re)construir o futuro, em busca de qualidade educacional para as pessoas com deficiência. Foram fonte inesgotável de apoio, amizade e presença.

À atual presidente da APAE, Sra. Maria Iva de Faria Piúma e diretoria, assim como ex-presidentes, pela compreensão das ausências, acima de tudo, por serem grandes incentivadoras da qualificação profissional, sempre apoiando, reconhecendo e valorizando meu trabalho.

Aos colegas da Escola Especial José Luiz Piúma, especialmente, aos participantes da intervenção, por estarem abertos e a quererem aprender, atualizar, reciclar, construir e reconstruir conhecimentos. Obrigada pela acolhida, amizade, carinho, apoio, cumplicidade, discussões e contribuições...

Valeu! Foram momentos ricos de troca de experiências e crescimento pessoal e profissional. Tenho orgulho de fazer parte dessa equipe, dessa escola...

Uma trajetória de quase 18 anos de APAE...

Amo o que faço e o que faço, faço com dedicação.

Às pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla, principalmente, aos alunos (as) da escola especial, ambiente da pesquisa e intervenção, bem como suas famílias, razão desse trabalho, razão do meu trabalho, do que defendo e acredito.

A todos(as) vocês, "é bom dizer, viver, valeu!".

RESUMO

Este Relatório Crítico-Reflexivo traz resultados de um processo de pesquisa e intervenção que teve como objetivo qualificar o processo de gestão educacional na Escola Especial José Luiz Piúma das pessoas com deficiência em Jaguarão/RS, através da formação docente. Os estudos, reflexões, discussões e construção de conhecimento tiveram como ponto de partida as leis referentes à educação especial no Brasil, com as leituras de Paulo Freire e seus pressupostos teóricos. Tendo como metodologia a intervenção realizada na escola especial conforme Damiani (2012), ao produzir reflexões sobre a prática que motivassem a qualificação e a prática pedagógica de todos os sujeitos envolvidos, foram realizados cinco encontros que se constituíram em referências importantes durante o processo de intervenção: (1) Educação Especial, Educação Inclusiva e Educação Popular - Educação Libertária”; (2) A realidade dos educandos e o inacabamento freireano - “Ser histórico; ser mais”; (3) A legislação (CF, LDB, PNE, Lei orgânica municipal/educação especial) e o empoderamento - “Luta”; (4) Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a educação e esperança - “Reflexão sobre a práxis”; (5) O PNE e a Situação das APAEs - Educação e Mudança Social (as próprias pessoas devem mudar) - “Libertação”. Os professores foram convidados a refletir, dialogar, discutir, problematizar, aprofundar conhecimentos e buscar alternativas para qualificar o processo educacional, realçando peculiaridades da educação popular, pelo caráter interativo e de busca de transformações nas práticas educativas. Em suas manifestações evidenciaram se sentir capazes para: fazer educação aprimorando sua qualidade; desenvolver um ensino melhor junto a seus alunos na educação especial, identificando problemas, apontando soluções e agindo quando lhes couber resolver; atentar e reivindicar ações eficazes junto às demais instituições e a todos os setores da sociedade responsáveis pelo contexto político-social da educação de todos, de maneira digna e respeitosa por suas especificidades, procurando impedir que seus alunos sejam excluídos de um processo educativo compatível às suas necessidades e às da sociedade na qual vivem. A intervenção provocou a todos a almejar e a se comprometer a continuar a caminhada iniciada na formação permanente dos docentes da Escola Especial José Luiz Piúma.

PALAVRAS-CHAVE: Educação especial. Educação inclusiva. Pessoa com deficiência. Gestão do processo educacional. Formação de professores. Construção de conhecimento. Método Paulo Freire.

RESUMEN

Este Relato Crítico Reflexivo presenta los resultados de un proceso de investigación y la intervención que tuvo como objetivo calificar el proceso de gestión de la educación de la Escuela Especial José Luiz Piúma de las personas con discapacidad en Yaguarón/RS, a través de la formación del profesorado. Los estudios, reflexiones, discusiones y la construcción de conocimiento tuvo como punto de partida las leyes relativas a la educación especial en Brasil, con lecturas de Paulo Freire y los supuestos. Con la metodología de la intervención realizada en la escuela especial de acuerdo Damiani (2012), para producir reflexiones sobre la práctica que justifica la calificación y la práctica pedagógica de todos los involucrados, hubo cinco reuniones que se formaron referencias importantes durante el proceso de intervención: (1) Educación Especial, Educación Inclusiva y Educación Popular - "Educación Libertaria"; (2) La realidad de los estudiantes y de Freire inacabado - "Para ser histórica ; ser más"; (3) La ley (CF, LDB, PNE, Ley Orgánica Municipal/educación especial) y el empoderamiento - "Lucha"; (4) Directrices Curriculares Nacionales (DCN) para la educación y la esperanza - "Reflexión sobre la práctica"; (5) El PNE y el Estatuto de los APAES - Educación y cambio social (personas mismas deben cambiar) - "Liberación". Los profesores fueron invitados a reflexionar, discutir, debatir, profundizar conocimientos y encontrar alternativas para calificar el proceso educativo, evidenciando las peculiaridades de la educación popular, la naturaleza interactiva y la búsqueda de cambios en las prácticas educativas. En sus manifestaciones demostraron sentirse capaces de: hacer educación mejorando la calidad, desarrollar una mejor educación junto a sus alumnos en la educación especial, identificando problemas, indicando soluciones y de actuar cuando sea necesario resolverlos; prestar atención y reclamar acciones eficaces con las demás instituciones y a todos los sectores de la sociedad responsable por el contexto político y social de toda la educación, de manera digna y respetuosa por sus características específicas, tratando de evitar que sus estudiantes sean excluidos de un proceso educativo compatible con su necesidades y la sociedad en que viven. La intervención ha provocado en todos a anhelar y comprometerse a continuar el camino iniciado en la formación de docentes de la Escuela Especial José Luiz Piúma.

PALABRAS CLAVE: Educación especial. Educación inclusiva. Persona con discapacidad. La formación del profesorado. La gestión del proceso educativo. La construcción del conocimiento. Método de Paulo Freire.

LISTA DE ABREVIATURAS

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PNE – Plano Nacional de Educação
CEE – Conselho Estadual de Educação
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
INEP – Instituto Nacional de Educação e Pesquisa
MEC – Ministério da Educação
SMED – Secretaria Municipal de Educação e Desporto
SEDUC – Secretaria Estadual de Educação
SUS – Sistema Único de Saúde
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LP1 – Linha de Pesquisa 1
PPGEdu – Programa de Pós-Graduação em Educação
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
AEE – Atendimento Educacional Especializado
FNDE – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação
CONAE – Conferência Nacional da Educação
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
PPP – Projeto Político Pedagógico
EJA – Educação de Jovens e Adultos
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
DCM – Diretrizes Curriculares Municipais
CENESP – Centro Nacional de Educação Especial
SEESP – Secretaria de Educação Especial

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual das deficiências em Jaguarão/RS	22
Gráfico 2 - Percentual de cada deficiência sobre total de habitantes em Jaguarão/RS	22
Gráfico 3 - N° de alunos da Rede Municipal de Ensino em educação especial e AEE e da Escola Especial José Luiz Piúma/APAE em Jaguarão/RS no período de 2009 a 2013 ...	29
Gráfico 4 - Evolução n° de alunos na educação especial na Rede Municipal de Ensino e na Escola Especial/APAE no período de 2009 a 2013.....	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Aproximações e convergências da educação especial e educação inclusiva, com base em Noronha e Pinto (2011)	57
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Nº de alunos matriculados na modalidade educação especial e alunos atendidos em salas de AEE na rede municipal de ensino de Jaguarão/RS de 2009 a 2013	28
---	----

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Prédio da Escola Especial José Luiz Piúma/ APAE Jaguarão.....	24
Foto 2 - Prédio da Escola Especial José Luiz Piúma/APAE/ Jaguarão.....	24
Foto 3 - Oficina 1 - Construção do papelógrafo/ Grupo 1.....	52
Foto 4 - Oficina 1 - Construção do papelógrafo/ Grupo 2.....	53
Foto 5 - Oficina 1 - Construção de conceitos/ Grupo 1.....	55
Foto 6 - Oficina 1 - Construção de conceitos/ Grupo 2.....	55
Foto 7 - Oficina 2 - Construção de conceitos/Grupo 1.....	58
Foto 8 - Oficina 2 - Construção de conceitos/Grupo 2.....	58
Foto 9 - Oficina 2 - Apresentação do Grupo1/ socialização	59
Foto 10 - Oficina 2 - Apresentação do Grupo 2/ socialização.....	60
Foto 11 - Oficina 3 - Grupo 1	63
Foto 12 - Oficina 13 - Grupo 2	64
Foto 13 - Oficina 3 - Construção do papelógrafo	67
Foto 14- Participantes da Oficina 4	69
Foto 15 - Oficina 5 - Construção do acróstico/papelógrafo	75

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. AMBIENTE DE PESQUISA E INTERVENÇÃO.....	21
2.1 A ESCOLA ESPECIAL JOSÉ LUIZ PIÚMA – APAE	23
2.2 UM POUCO DO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM JAGUARÃO	26
2.3 A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: INTRODUZINDO UM DEBATE SOBRE A TEMÁTICA	30
2.4 A LEGISLAÇÃO E CONCEPÇÕES PRESENTES NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	32
2.4.1 <i>Uma síntese histórica de abordagens político-pedagógicas na trajetória da educação especial.....</i>	<i>35</i>
2.4.2 <i>A importância da pesquisa: compartilhar ideias e expectativas docentes</i>	<i>40</i>
3. MÉTODO DE PESQUISA E INTERVENÇÃO	42
3.1 MÉTODO DE INTERVENÇÃO.....	43
3.1.1 A DISCUSSÃO E A PREPARAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO.....	45
3.1.2 AS AÇÕES NO PROJETO DE INTERVENÇÃO	46
3.1.3 AS TEMÁTICAS FOCALIZADAS E A DINÂMICA NOS ENCONTROS.....	47
3.2 METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS DA INTERVENÇÃO.....	48
4. ACHADOS 1: ANÁLISE DA CARACTERÍSTICA DA INTERVENÇÃO.....	52
4.1. A PRIMEIRA OFICINA: EDUCAÇÃO ESPECIAL, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO POPULAR: “EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA”	53
4.2 A SEGUNDA OFICINA: A REALIDADE DOS EDUCANDOS E O INACABAMENTO FREIREANO: “SER HISTÓRICO; SER MAIS”	57
4.3 A TERCEIRA OFICINA: A LEGISLAÇÃO E O EMPODERAMENTO: “LUTA”	62
4.4 A QUARTA OFICINA: DIRETRIZES PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO PARA A ESPERANÇA: “REFLEXÃO SOBRE A PRÁXIS” ..	68
4.5 A QUINTA OFICINA: EDUCAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL: “LIBERTAÇÃO”	73
5. ACHADOS 2: MUDANÇAS OBSERVADAS NOS SUJEITOS.....	77
5.1 DIÁLOGO COM OS PROFESSORES, FAZENDO EMERGIR E SOCIALIZAR SUAS PRINCIPAIS INQUIETAÇÕES REFERENTES À PRÁXIS DE CADA UM E DE TODOS.....	79
5.2 A TROCA DE EXPERIÊNCIAS DOCENTES	80
5.3 AS PROBLEMATIZAÇÕES FEITAS E DEBATIDAS PELOS PROFESSORES.....	82
5.4 A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS DOCENTES AO LONGO DA INTERVENÇÃO	84
5.5 A BUSCA DE APERFEIÇOAMENTO DA QUALIDADE EDUCACIONAL PROVOCANDO MUDANÇAS NA ARTICULAÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	85
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICES.....	99
APÊNDICE 1 – ENTREVISTA PROFESSORES DA ESCOLA ESPECIAL JOSÉ LUIZ PIÚMA – APAE/JAGUARÃO	100

APÊNDICE 2 – INTERVENÇÃO – OFICINAS	101
APÊNDICE 3 - ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO/INTERVENÇÃO.....	114
APÊNDICE 4 - LISTA DE PARTICIPANTES E FREQUÊNCIA.....	115
APÊNDICE 5 - ATA 01/2014 - AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DAS IMAGENS - PARTICIPANTES.....	116
APÊNDICE 6 - TERMO DE CONSENTIMENTO	117
ANEXOS	119
ANEXO 1- OFÍCIO/CONVITE PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	120
ANEXO 2 - ATESTADO DA PALESTRA MINISTRADA NA UNIPAMPA.....	121

1. INTRODUÇÃO

Minha escolha pela profissão docente vem sendo confirmada a cada dia no exercício junto aos alunos, seus pais e meus colegas professores e profissionais de outras áreas que se dedicam à educação especial. Trabalho há quase dezoito anos na Escola Especial José Luiz Piúma, mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) entidade privada e sem fins lucrativos.

A instituição APAE é o maior movimento filantrópico do Brasil (GONÇALVES, 2010, p. 99). Há sessenta anos presta atendimento educacional, de saúde e assistência social para pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla. No caso da escola em que atuo na cidade de Jaguarão/Rio Grande do Sul, há vinte e oito anos, alunos, pais, profissionais e a comunidade constroem dia a dia a instituição que orgulha a todos pelo trabalho e a educação que promove.

A iniciativa das instituições APAEs surgiu no Brasil porque o poder público não atendia as pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla e, mesmo hoje, com a perspectiva da educação inclusiva não consegue oferecer um atendimento digno e de excelência às pessoas com deficiência, conforme Silva de Sá, Borges e Pereira (2012, p. 76):

[...] a precariedade na oferta de serviços afetos à saúde, à educação e à assistência social pela administração pública coloca em cena a pertinência da atuação das Instituições Especializadas que, geralmente, concentram num mesmo espaço físico, esse conjunto de serviços.

A experiência profissional, além da gratificação por trabalhar no que acredito e sou habilitada, fez emergir constantes questionamentos referentes aos rumos da educação especial no atual cenário da perspectiva inclusiva, exigindo a participação em discussões político-pedagógicas acerca de aspectos legais e das práticas educativas da educação especial. São preocupações do que venho observando no contexto escolar, por vezes, compartilhadas com meus pares no trabalho docente, com relação ao processo inclusivo no município de Jaguarão.

A legislação referente à educação especial utiliza a terminologia preferencialmente ao se referir à matrícula para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em escolas comuns (BRASIL, 1996; 2010; 2014)¹. Parece

¹Neste trabalho será usada a expressão escola comum ao invés da expressão escola regular corroborando com o Decreto nº 3.956 de 2001: A educação escolar de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais e que requeiram atenção individualizada nas atividades de vida autônoma e social, bem como ajudas e apoios intensos e contínuos e flexibilizações e adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não tenha conseguido prover - pode efetivar-se em escolas especiais [...] (BRASIL, 2001, p. 54), bem como, autores já fizeram referência a escola comum, por exemplo, Souza e Prieto (2007, p.125).

ser um dos equívocos por parte das escolas comuns e até mesmo das famílias das pessoas com deficiência sobre a obrigatoriedade da matrícula na escola comum, as quais manifestam o receio de processo judicial ou multa. Por outro lado, manifesta preconceito latente nas relações sociais e do provável despreparo destas instituições escolares para atendimento especializado a cada caso de deficiência identificado.

Compartilho a concepção de que as práticas educativas, as escolhas teórico-metodológicas, as características e necessidades discentes são diferenciadas, requerendo especificidades no atendimento educacional, pois os casos de cada aluno, ou grupo destes, evidenciam deficiências que não podem ser consideradas iguais, exigindo, portanto, atenção, planejamento e ações específicas aos casos devidamente diagnosticados. Porém, interpretações da legislação podem gerar equívocos, que ainda causam polêmicas para o processo de inclusão da pessoa com deficiência, principalmente, a inclusão escolar, quando for considerado que deva abranger todos os alunos, não especificando tipo ou grau de deficiência.

Conforme o art. 58 da LDB: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996). O Plano Nacional de Educação²- PNE, preparado nas conferências Municipais, Estaduais e Nacional, provocou polêmicas nos últimos anos (2011 a 2014) e foi aprovado e sancionado para o decênio de 2014 a 2024. O Plano manteve o texto da meta 4 na íntegra:

Meta 4: Universalizar para a população de quatro a dezessete anos, o atendimento escolar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e de altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL).

A repercussão pode ser constatada na mobilização nacional, que ficou conhecida como o “movimento contra a inclusão radical” e ocorreu quando o PNE tramitava no Congresso Nacional para aprovação o seguinte texto da meta 4 do PNE: “Universalizar, para população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do

²Lei nº 13.005, de 25/06/2004 aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Art. 1º É aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino”. Observa-se neste texto, em relação a citação anterior, a ideia de retirar a palavra “preferencialmente” o que poderia trazer consequências de grande complexidade aos envolvidos com a educação especial no Brasil.

Noronha e Pinto (2011) conceituam a educação especial como sendo uma modalidade da educação organizada para atender específica e exclusivamente alunos com determinadas necessidades especiais, dizendo que algumas escolas se dedicam apenas a um tipo de necessidade, enquanto outras se dedicam a vários.

A educação especial ainda tem sido alvo de críticas por não promover o convívio entre os alunos especiais e os demais alunos. Por outro lado, a escola direcionada para a educação especial conta com materiais, equipamentos e professores especializados, além de equipe técnica multiprofissional (Psicólogo, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Terapeuta Ocupacional, entre outros). O sistema de ensino comum precisa ser adaptado e pedagogicamente transformado para atender de forma inclusiva (NORONHA; PINTO, 2011).

Inquietada pela perspectiva da legislação da educação inclusiva e sua operacionalização (BRASIL, 1996; 2012; 2014), bem como, dos estudos sobre a temática realizados no curso de mestrado encontrei elementos teórico-práticos para buscar alternativas de ação. Assim, no final do primeiro semestre de 2013, realizei visitas em quatorze escolas da zona urbana do município de Jaguarão de ensino público.

O objetivo das visitas foi confirmar a dupla matrícula de alunos que naquele período frequentavam a escola especial e escola comum para dados do censo escolar (2013). Na conversa com as diretoras, vice-diretoras, coordenadoras e professoras do atendimento educacional especializado (AEE) obtive a informações de que, em geral, foram aceitas em suas escolas as matrículas de alunos com deficiência pelo cumprimento da lei, mas que encontravam dificuldades devido à falta de profissionais habilitados para as aulas e outros capacitados para atender os alunos especiais, como psicóloga ou psicopedagoga. Além de não disporem de espaço físico, material didático e pedagógico adequados ao atendimento especializado.

Desta forma, com base em pressupostos teóricos de Freire e tendo como eixo a legislação que dá base a práticas de educação especial no Brasil, se fundamentou um projeto de intervenção com o objetivo de qualificar o processo de gestão educacional na Escola Especial José Luiz Piúma das pessoas com deficiência em Jaguarão/RS, através da formação docente. Especificamente, buscou-se acompanhar o processo da organização do Plano Nacional de Educação, através de leitura e análise das proposições legais e a repercussão

junto a órgãos específicos e setores interessados no tema. Foram realizados estudos sobre a educação especial, através de oficinas, encontros de formação na própria escola e em eventos científicos com apresentação de trabalho sobre a temática. Assim, tratou-se de aprimorar a formação permanente no trabalho, favorecendo a criação e manutenção do ambiente de diálogo entre os professores, oportunizando:

- a) a socialização de ideias e inquietações referentes ao cotidiano de cada um;
- b) a troca de experiências;
- c) as problematizações;
- d) a construção de conhecimentos e,
- e) a busca de aperfeiçoamento da qualidade educacional, provocando mudanças com uma fundamentação teórica que contribuísse com a prática pedagógica desenvolvida.

Em conformidade à proposta do Curso, foi desenvolvido o Trabalho de Conclusão do Curso com esse Relatório Crítico-Reflexivo, que possa traduzir o processo da pesquisa e intervenção realizado na Escola Especial José Luiz Piúma durante o curso de Mestrado em Educação na UNIPAMPA. Apresenta seis capítulos. Na introdução são expostas a origem do estudo e sua proposição. No segundo capítulo é descrito o ambiente de pesquisa e intervenção. No terceiro capítulo é explicitada a metodologia do trabalho. No quarto capítulo são apresentadas a análise e a descrição dos dados. No quinto são apontadas e comentadas as repercussões da intervenção e as contribuições na formação permanente de professores e, finalmente, nas considerações finais são sintetizados aspectos relevantes do estudo, da discussão e da análise reflexiva da legislação acerca da educação especial no contexto da escola envolvida no estudo/APAE de Jaguarão, das práticas desenvolvidas neste âmbito e a educação de pessoas com deficiências, bem como da formação do professor diante dos desafios das mais variadas ordens em seu trabalho docente.

2. AMBIENTE DE PESQUISA E INTERVENÇÃO

O projeto de pesquisa e intervenção foi realizado no município de Jaguarão, RS. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2010) o município tem 27.931 habitantes, se localiza a aproximadamente 385 Km de Porto Alegre, capital do Estado e 385 km de Montevidéu, capital do Uruguai, fazendo fronteira com a cidade uruguaia de Rio Branco. As duas cidades são separadas pelo Rio Jaguarão e unidas pela Ponte Internacional Mauá, inaugurada em 1930. Jaguarão é uma cidade histórica que tem mais de 800 prédios antigos com fachadas conservadas e muitas, tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

No município de Jaguarão reside um considerável número de pessoas com deficiência. Segundo dados do IBGE³ (2010), a cidade apresenta 1.225 pessoas com deficiência visual (classificadas como não conseguem de modo algum enxergar - cegos ou apresentam grande dificuldade para enxergar), 530 pessoas com deficiência auditiva (classificadas como não conseguem de modo algum escutar - surdos ou apresentam grande dificuldade auditiva), 1.200 pessoas com deficiência motora (classificadas como não conseguem de modo algum se locomover – deficiência física ou apresentam grande dificuldade motora) e 445 pessoas com deficiência intelectual⁴. Aqui não foram utilizados os dados das pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, apenas aquelas que não conseguem realizar atividades de modo algum e aquelas que apresentam grande dificuldade, o que resultou um total de 3.400 pessoas com deficiência (visual, auditiva, motora, intelectual) num município de 27.931 habitantes. Conforme demonstração dos gráficos abaixo:

³Última publicação até conclusão desse trabalho. Os dados estão disponíveis em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431100&idtema=92&search=rio-grande-do-sul|jaguarao|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-pessoas-com-deficiencia->

⁴Objeto de estudo.

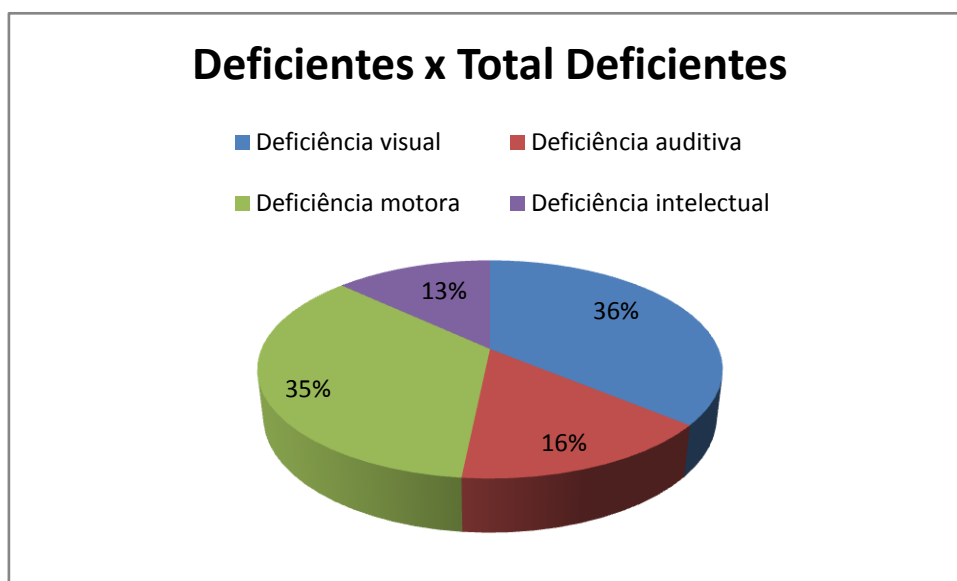


Gráfico 1 - Percentual das deficiências em Jaguarão/RS
Elaborado pela autora.
Fonte: Censo IBGE 2010

O gráfico 1 demonstra o percentual das deficiências no município através do qual é possível visualizar os diferentes tipos de deficiência, com destaque para a deficiência visual (36%) e para a deficiência motora (35%). Já o gráfico abaixo, demonstra o percentual de cada deficiência sobre o total de habitantes em Jaguarão.

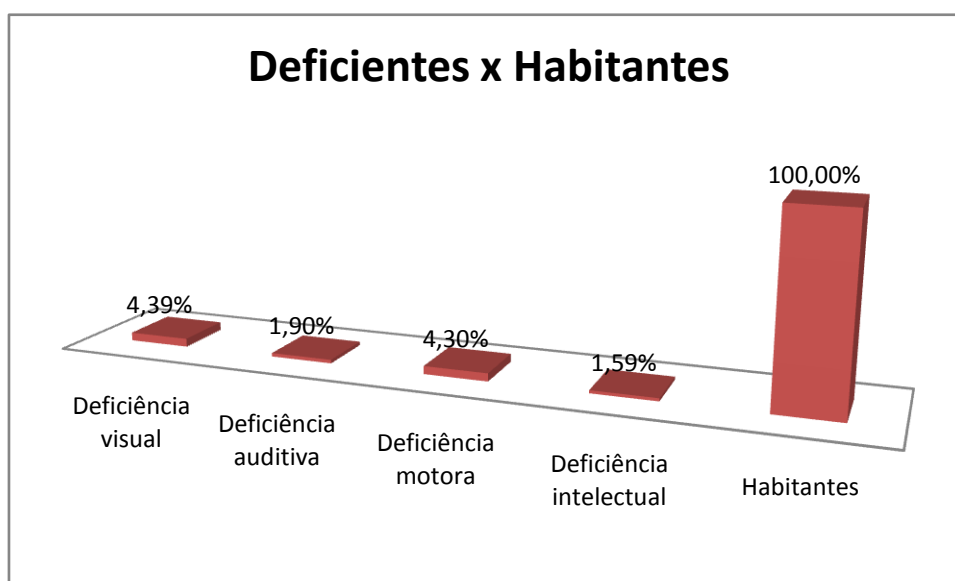


Gráfico 2 - Percentual de cada deficiência sobre total de habitantes em Jaguarão/RS
Elaborado pela autora.
Fonte: Censo IBGE 2010

No parâmetro educacional, Jaguarão conta com 7 escolas públicas municipais e 7 escolas públicas estaduais na zona urbana. Sendo que em 4 escolas municipais há salas de atendimento educacional especializado (AEE) e em 02 escolas públicas estaduais há salas de AEE implantado. De acordo com o MEC/FNDE/FUNDEB⁵, no censo escolar do ano de 2012, foram considerados 47 alunos/matrículas na modalidade de educação especial e 28 alunos/matrículas em AEE na rede municipal. Já em relação à rede estadual de ensino não foi possível obter dados oficiais, através das planilhas MEC/FNDE/FUNDEB. Apenas os dados que as escolas com AEE informaram, informalmente⁶. Foram 8 alunos atendidos em AEE nas escolas estaduais no ano de 2012.

Os índices mostram que vem aumentando gradativamente o número de alunos com deficiência nas redes comuns de ensino, principalmente, se comparados à rede municipal, tanto em educação especial como em AEE, e, diminuindo as matrículas consideradas nos censos escolares da Escola Especial José Luiz Piúma, conforme demonstram as planilhas do MEC/FNDE/FUNDEB, matrículas consideradas para fins de repasse do FUNDEB, questões como essas também são importantes de serem discutidas nesse trabalho, pois percebi que na prática não se observa isso, embora não se consiga responder o porquê desses números de alunos/matrículas apresentados nas planilhas são diferentes da realidade.

2.1 A Escola Especial José Luiz Piúma – APAE

A Escola Especial José Luiz Piúma – APAE está localizada no centro da cidade em prédio próprio e presta atendimento às pessoas com deficiência desde 1986. Mas foi no ano de 2008 que conseguiu o credenciamento, autorização e regularização no Conselho Estadual de Educação (RS. CEE/Parecer N°14/2008) o que lhe garantiu os direitos legais enquanto escola regularizada na modalidade de educação especial (INEP/MEC N° 43180507).

A Escola Especial - APAE atende educandos com deficiência intelectual⁷ e/ou múltipla e autismo⁸.

⁵Dados disponíveis em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>>.

⁶Através de conversa informal com as diretoras das escolas públicas estaduais na oportunidade em que foram realizadas as visitas às escolas públicas da zona urbana do município de Jaguarão (2013).

⁷A substituição do termo deficiência mental por deficiência intelectual vem sendo feitas desde a Conferência Internacional sobre Deficiência Intelectual, realizada em 2001, no Canadá, por recomendação da Associação Internacional de Estudos Científicos das Deficiências Intelectuais. Em 2004 a expressão deficiência mental (muitas vezes entendida como transtorno mental) foi substituída por deficiência intelectual, expressão mais apropriada para designar as limitações cognitivas e sociais comuns a esse grupo de pessoas. A partir da Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual aprovada em 6/10/04 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em conjunto com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) passou a ser usada a denominação de “Deficiência Intelectual”.

Os espaços físicos da escola, dentro do possível, são adequados para o atendimento das necessidades dos educandos.

A título de ilustração exponho duas fotos da fachada do prédio da APAE/Jaguarão, ambiente de pesquisa e intervenção. A intenção é mostrar a infraestrutura do bairro em que a escola está localizada, chamando a atenção para a questão da acessibilidade (ou falta dela) urbanística.



Foto 1 - Prédio da Escola Especial José Luiz Piúma/ APAE Jaguarão
Fonte: Fotos feitas pela autora



Foto 2 - Prédio da Escola Especial José Luiz Piúma/APAE/ Jaguarão
Fonte: Fotos feitas pela autora

Embora a escola disponha de boa estrutura interna, carece de infraestrutura externa, especialmente pela falta de pavimentação (ou calçamento da rua) o que dificulta o trânsito para todos os cidadãos que por ali necessitam transitar, principalmente, cadeirantes, carrinhos de bebê, ciclistas, se agravando em dias chuvosos. Aspectos que merecem consideração no olhar que a sociedade em geral destina às pessoas com tais necessidades. No cotidiano das

⁸Com base na Lei Nº 12.764 de 27/12/2012 não será enfatizado nesse trabalho o sujeito com transtorno do espectro autista, a ênfase maior será dada as pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla.

pessoas com dificuldades de locomoção, o desafio da mobilidade é agravado diante da falta de estrutura urbanística básica que favoreça o exercício de sua cidadania e não sua exclusão e dependência. A existência de calçadas adequadas que possibilitasse uma mobilidade segura permitiria a realização de ações que poderiam facilitar maior autonomia e dignidade no “ir e vir” das pessoas, direito garantido pela constituição.

A comunidade escolar mobilizou-se através de um abaixo assinado solicitando calçamento da rua. O apelo foi atendido burocraticamente por emenda parlamentar, aprovado na Câmara Municipal de Vereadores em acordo com executivo. No início desse ano letivo as obras foram iniciadas, porém logo foram paralisadas, o que dificultou consideravelmente o trânsito.

A escola oferece práticas educativas aos educandos com deficiência intelectual e/ou múltipla e autismo, educação infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e educação de jovens e adultos. Além de projetos e programas pedagógicos como oficinas pedagógicas e/ou terapêuticas de artesanato, marcenaria e reciclagem de papel; internada artística; psicomotricidade; música/banda; laboratório de informática; esporte (pádel), ainda oferece merenda e transporte escolar.

Em 2013, a escola tinha aproximadamente 120 alunos matriculados, números que diminuíram em 2014. Até o final do primeiro semestre deste ano letivo (2014) tinham pouco mais de 100 alunos matriculados.

Para atender a demanda, a escola conta com 30 profissionais (2013): 1 diretora, 2 secretárias, 1 coordenadora pedagógica, 3 psicólogas, 12 professores, 4 funcionários, 1 assistente social, 1 fonoaudióloga, 2 fisioterapeutas, 1 terapeuta ocupacional, 1 médico clínico geral e 1 médica neurologista.

Esses profissionais têm importância fundamental para o atendimento às especificidades dos casos dos alunos, tanto sob o ponto de vista pedagógico, quanto físico, social e afetivo. Por outro lado, a atuação dedicada e capacitada de cada um desses profissionais constitui elemento dinâmico na formação de uma ou mais equipes comprometidas e adequadas aos trabalhos necessários junto a um aluno ou a um grupo discente.

Dentre esses 120 alunos matriculados em 2013 na escola especial; 7 também frequentaram, em turno inverso, a rede comum de ensino, sendo 02 alunos na rede municipal e 5 na rede estadual de ensino.

A APAE de Jaguarão mantém a Escola Especial José Luiz Piúma através de convênios com órgãos públicos, como as Secretarias Municipal (SMEd) e Estadual de Educação

(SEDUC), além de ter sócio-colaboradores e promove eventos promocionais. Ainda mantém convênios com a Secretaria Estadual de Saúde através do Sistema Único de Saúde (SUS) e Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação através de convênio para repasse de verba do Conselho Nacional de Assistência Social.

A APAE construiu sua credibilidade e dignidade, ao longo de sua existência, através de trabalhos prestados à sociedade, dedicação ao atendimento dos seus educandos, competência e sensibilidade daqueles que a constituem. Em sua trajetória, a APAE é reconhecida por realizar ações necessárias junto a pessoas que, como quaisquer outras, merecem receber educação, atenção e respeito às suas características físicas, intelectuais, afetivas e sociais. Assim, vale lembrar aquilo que dizem os autores:

Se por um lado não podemos negar a omissão estatal quanto aos processos de escolarização das pessoas com deficiência, observamos que, ao assumir um “lugar” deixado pelo Estado, as Instituições Especializadas encontram na subvenção pública a sua sobrevivência (SILVA DE SÁ, BORGES, PEREIRA, 2012, p. 79).

Os diversos convênios estabelecidos com o Município e Estado são importantes para atender a demanda das pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla e dar continuidade a um trabalho que as escolas de ensino público nem sempre vão conseguir realizar.

2.2 Um pouco do contexto da educação especial em Jaguarão

Os dados mostram que o município apresenta considerável número de pessoas com deficiências declaradas em dados estatísticos como IBGE (2010) e censos escolares (2009, 2010, 2011, 2012, 2013). Questionei durante as visitas nas escolas (2013) como estas pessoas estão sendo incluídas, se estão recebendo atendimento adequado às suas necessidades, se estão tendo professores capacitados, materiais e recursos específicos, currículo e avaliações adaptados. Da mesma forma questiono se estas pessoas estão ocupando vagas no mercado de trabalho, se estão se beneficiando das políticas públicas direcionadas a atender suas necessidades.

A partir desses questionamentos, que foram sendo considerados e aglutinados dadas a complexidade das abordagens e as prioridades a serem eleitas diante da especificidade das

ações a serem desenvolvidas em período determinado, é que foram “nascendo” a pesquisa⁹ e a intervenção¹⁰.

Assim, a proposta de pesquisa e intervenção na formação permanente de docentes foi tomando forma e força a partir de:

- (a) realização das visitas às escolas públicas do município, conforme relatado anteriormente;
- (b) pesquisas documentais (censos escolares, planilhas MEC/FNDE/FUNDEB e conversas formais e informais com meus colegas);
- (c) experiências profissionais da prática, enquanto gestora, quando os estudos foram sendo direcionados a educação da pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla: a legislação e a formação do professor na escola, para contribuir e esclarecer anseios e dúvidas que se tinha em torno da meta 4 e, também da meta 20 do PNE, buscando fortalecer e qualificar o trabalho da escola especial, proporcionado pela formação permanente.

Permeando a construção desta proposta, foi valorizada a ideia de que: “sem prática não há conhecimento; pelo menos é difícil saber sem prática. Nós temos também que ter certo tipo teórico de prática a fim de saber. Mas a prática em si mesma não é sua teoria. Ela cria conhecimento, mas não é sua própria teoria” (FREIRE; HORTON, 2009, p.112).

Permitir a matrícula de pessoas com deficiência em escola comum é cumprir a legislação? Será que apenas isso é o suficiente? Será que todos os casos de deficiência podem ser considerados iguais? Emergem, então, perguntas acerca do futuro destes alunos, que ingressam num pré-escolar ou até mesmo num primeiro ano e, independente do seu desenvolvimento, irão avançar para um segundo e terceiro ano, por consequência do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. E, a partir do 4º ano do ensino fundamental, como será essa inclusão, imposta pela força da lei? Inclusive, o PNE - meta 4 garante o atendimento para a faixa etária dos 4 aos 17 anos de idade, mais adiante esses alunos conseguirão dar continuidade a vida acadêmica¹¹? Será que a “força da lei” contribuiu para esse aluno de alguma forma? Ele (aluno) e sua família receberam informações, esclarecimentos e acompanhamentos?

⁹A pesquisa é talvez a arte de se criar dificuldades fecundas e de criá-las para os outros. Nos lugares onde havia coisas simples, faz-se aparecer problemas (PIERRE BOURDIU *apud* GOLDENBER, Mirian, 2004).

¹⁰Aqui denominamos a intervenção o curso de formação permanente, constituído em formato de oficinas e organizado como extensão universitária da UNIPAMPA.

¹¹Aproximando-se do que Sousa e Prieto (2007, p. 132) chamam a atenção que, nem o capítulo da educação especial, nem o capítulo do ensino superior da LBD 9.394/96 mencionam o direito e as condições para garantir o acesso, o ingresso e a permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino superior. Mais uma questão que merece ser refletida é de que as autoras fazem referência as pessoas com necessidades educacionais especiais, sendo conceito diferente de pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla.

Vem crescendo o número de alunos incluídos na modalidade de educação especial e alunos atendidos em salas de AEE na rede municipal, conforme os dados dos censos escolares destacam: em 2009 tinham 49 alunos na educação especial, em 2010 foram 30 alunos, em 2011 tinham 41 na educação especial e 13 alunos em AEE (a partir de 2011 é que foram implantadas as salas da AEE nas escolas municipais), em 2012 foram 53 alunos na educação especial e 18 alunos em AEE, e, em 2013 foram 47 em educação especial e 28 em AEE, conforme a tabela:

ANO	REDE MUNICIPAL - EDUCAÇÃO ESPECIAL	REDE MUNICIPAL – AEE	APAE
2009	49		106
2010	30		104
2011	41	13	79
2012	53	18	43,5
2013	47	28	35

Tabela 1 - Nº de alunos matriculados na modalidade educação especial e alunos atendidos em salas de AEE na rede municipal de ensino de Jaguarão/RS de 2009 a 2013

Elaborado pela autora.

Fonte: Planilhas MEC/FNDE/FUNDEB – censos escolares

Se, por um lado, o número de alunos com deficiências incluídas na rede municipal vem aumentando, por outro, as pessoas envolvidas neste contexto escolar, tais como, diretoras, vice-diretoras, coordenadoras pedagógicas, professoras de AEE, revelam precariedades para o processo inclusivo (relatos de professores durante as visitas realizadas em 2013).

É importante analisar a diminuição do número de alunos/matrículas, considerados no MEC/FNDE/FUNDEB da Escola Especial José Luiz Piúma. Em 2009 tinham 106 alunos matriculados; em 2010, eram 104; em 2011, 79 alunos; em 2012 caiu para 43.5 alunos e 2013 o índice continuou caindo, consideraram apenas 35 alunos. São números de alunos/matrículas considerados pelo MEC para fins de repasse de recursos financeiros, FUNDEB, através dos convênios, SMEd e SEDUC. Na realidade o número de alunos matriculados e que frequentam diariamente a escola especial é maior. Em 2013 eram aproximadamente 120 alunos.

Apesar da pesquisa e intervenção não conseguir responder todas essas inquietações foi importante trazê-las para o debate.

Os gráficos a seguir visualizam parte dos relatos acima mencionados:

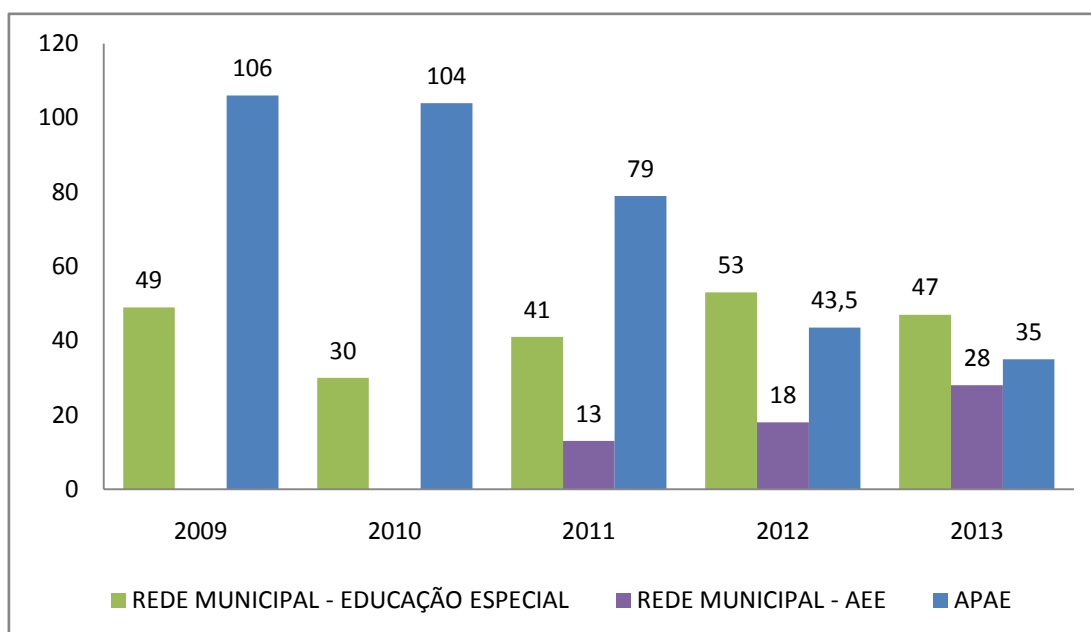


Gráfico 3 - N° de alunos da Rede Municipal de Ensino em educação especial e AEE e da Escola Especial José Luiz Piúma/APAE em Jaguarão/RS no período de 2009 a 2013

Elaborado pela autora.

Fonte: Planilhas MEC/FNDE/FUNDEB – censos escolares

Os gráficos 03 e 04 demonstram o número de alunos da rede pública municipal em educação especial e AEE e, da escola especial/APAE no período de 2009-2013.

No gráfico 04 podemos visualizar mais claramente o quanto o número de matrículas da escola especial/APAE vem caindo ao longo desse mesmo período.

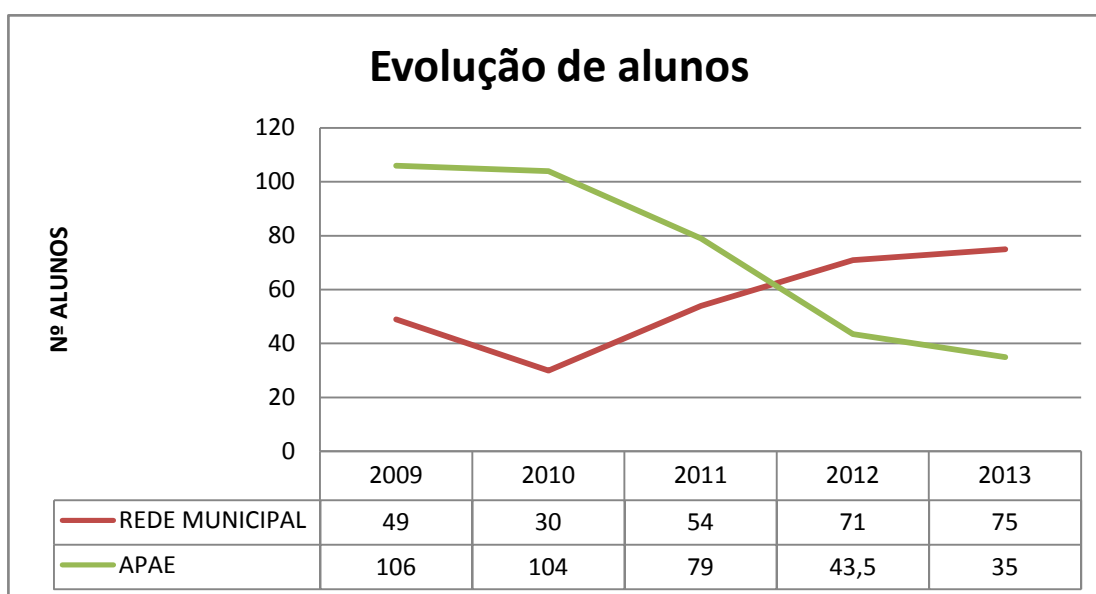


Gráfico 4 - Evolução n° de alunos na educação especial na Rede Municipal de Ensino e na Escola Especial/APAE no período de 2009 a 2013

Elaborado pela autora.

Fonte: Planilhas MEC/FNDE/FUNDEB – censos escolares

Faço questionamentos acerca do número de pessoas com deficiência intelectual apresentados pelo último IBGE (2010) que foram 445. Ao comparar esse número com o número de alunos considerados nas planilhas MEC/FNDE/FUNDEB – censo escolar (2013) que foram 47 alunos na rede municipal e 35 na escola especial, pergunto: onde está inserida essa diferença de 370 pessoas com deficiência intelectual no município de Jaguarão? Mesmo que não tenham sido calculados os 28 alunos atendidos em AEE (2013) devido a possibilidade de dupla matrícula, nem utilizado o número real de alunos matriculados na escola da APAE que foram 120 em 2013, os indícios apontam que deve existir uma parcela de pessoas com deficiência intelectual à margem de atendimentos no município de Jaguarão.

2.3 A educação da pessoa com deficiência: introduzindo um debate sobre a temática

Mesmo com os avanços em termos de legislação e políticas públicas (BRASIL, 1989, 1993; 1996; 2001; 2004; 2007; 2008; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014) que garantem os direitos das pessoas com deficiência, percebi que há uma incoerência entre a lei e o que ocorre na prática. Tal constatação se deu a partir da análise dos relatos feitos pelos profissionais da educação no município de Jaguarão durante as visitas nas escolas públicas de ensino comum em 2013 e também em registros na literatura, como:

No Brasil se observam as investidas para uma educação para a inclusão, principalmente, a partir da produção de leis, decretos e resoluções. Marchesi e Martin (1995) questionam a implantação de um sistema educativo somente com leis, dizendo que a nova regulamentação não produz, direta ou necessariamente, modificações na prática docente (SELAU, 2007, p. 25).

Publicações mostram uma parte da preocupação com o atendimento às pessoas com deficiências, tais como Pantaleão (2012) que, traz para o debate, a Resolução CNE/CEBNº02/2001 que institui as Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica, convocando os sistemas de ensino a fazerem funcionar um setor de educação especial para que junto às unidades de ensino instituíssem ações visando à garantia do conhecimento a esses educandos (PANTALEÃO, 2012, p.13). Como pode ser visto no artigo terceiro da Resolução CNE/CEBNº02/2001:

Art. 3º Por *educação especial*, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais

comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva (BRASIL, 2001).

Sobrinho, Ramos e Anjos (2012, p. 42), descrevem que, de modo geral, essas instituições são vistas pelas famílias das pessoas em situação de deficiência como lugar que oferece apoio necessário aos seus filhos. Em outra pesquisa realizada no estado do Espírito Santo, Cozer e Pattuzzo (2012, p. 44), publicam uma fala de uma assistente social da Secretaria Regional de Educação/ES: “a maioria dos alunos que está aqui, acima de 17 anos, já passou pela escola comum. Entretanto, esses alunos voltaram. A escola não sabia o que fazer e mandava para a APAE”.

Vasques, Moschen, Gurski (2013) apresentam um estudo a partir das falas de um aluno e de professores, em diferentes campos de pesquisa; discutem a implementação das diretrizes inclusivas com base no texto político e seus efeitos no contexto da prática. As autoras estabelecem, então, uma relação “do texto à vida” para fazerem uma leitura sobre as políticas de educação especial, tema que dá título ao ensaio. Focalizam: o incremento das matrículas; a proliferação dos sentidos sobre esses alunos e as possibilidades escolares; a atualização de antigos impasses perante o novo e o diferente e afirmam:

Se, no âmbito dos princípios, são reconhecidas a igualdade e as diferenças, na concretude das escolas ainda persiste a noção do diferente como desigual. Da inclusão ao pertencimento, aposta-se no diálogo como valorização da alteridade e condição de pertença (VASQUES, MOSCHEN, GURSKI, 2013, p. 81).

Anjos, Andrade, Pereira (2009), através de entrevistas não estruturadas, recolheram referências à inclusão de alunos com deficiência, de professores da rede pública em um município no estado do Pará. As autoras analisaram as informações coletadas, seguindo os princípios da análise de discurso nas falas. Elas evidenciaram no discurso, uma naturalização das temáticas da deficiência e da normalidade e afirmam que essas falas indicam que o falante se vê no processo inclusivo limitando-se à sala de aula e que este cita sentimentos como impotência, frustração e despreparo. O estudo mostra que a naturalização de fatores que dificultam a inclusão dos alunos faz com que as pesquisadas não enxerguem a relação entre o mundo pedagógico e os demais âmbitos educativos, sociais, político, administrativo, reforçando uma concepção de inclusão como produto acabado, que segue uma ordem natural, separando, assim, o processo inclusivo das relações entre inclusão e exclusão. Para as autoras,

os docentes procuram criar condições de aprendizagem para seus alunos, atribuindo, por vezes, a si mesmos, ao próprio despreparo e aos alunos e suas deficiências, certos fracassos, “deixando de perceber suas relações com mecanismos estruturais de exclusão” (ANJOS, ANDRADE, PEREIRA, 2009, p. 128). As pesquisadoras recomendam que, para que realmente ocorram processos inclusivos, é “necessário detectar e enfrentar os processos excludentes, dos quais o professor é vítima e também pode ser promotor, se não se der conta disso”, ainda explicam que há casos em que:

[...] o professor passa a entender a inclusão como tarefa somente sua, circunscrita aos limites do pedagógico e imposta a partir de forças externas. Assim, a produção de processos excludentes não é enfrentada, e o processo inclusivo limitado à sala de aula ou, na melhor das hipóteses, à escola está fadado ao fracasso. Recortar o processo inclusivo que ocorre no interior da sala de aula, separando-o das discussões mais gerais da inclusão/exclusão, é um movimento que impede expansão e reduz seu poder mobilizador.

Incluir, nessa concepção, reduz-se a trazer para dentro da escola os alunos deficientes, buscando criar condições de atendimento às necessidades educacionais criadas com tal inserção, sem questionar o processo de produção social da deficiência (Diniz, 2007). Não se situa a exclusão no interior dos processos pedagógicos; ela é entendida como própria do sistema, e este entendido como externo ao fazer pedagógico (ANJOS, ANDRADE, PEREIRA, 2009, p. 128).

As pesquisas mostram que a educação especial e a educação inclusiva precisam ser discutidas e estudadas desde a formação inicial, perpetuando durante a formação permanente do professor. Assim, gestores e comunidade escolar tratariam com mais naturalidade questões preconceituosas e estariam mais preparados para lidar com situações excludentes, além de conhecimentos pedagógicos e metodologias específicas para qualificar o processo educacional das pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla e demais deficiências.

2.4 A legislação e concepções presentes na gestão da educação especial

Os estudos no Mestrado Profissional em Educação possibilitaram repensar a prática em gestão escolar. Fui motivada a pesquisar e intervir visando fortalecer e qualificar o processo educacional na escola em que atuo, trazendo esclarecimentos, contribuições e reflexões acerca da LDB, que determina:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;
 VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
 IX - garantia de padrão de qualidade;
 X - valorização da experiência extra-escolar;
 XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
 (Art.3º, Inciso VIII).

O contato com novas informações, a edificação de novos saberes têm contribuído para pensar meu papel enquanto gestora. Quais são os desafios da gestão e quanto devo lutar pelos direitos das pessoas com deficiência? Entre tantos desafios, destaco o incentivo à formação permanente dos professores e a qualidade das aprendizagens dos educandos, no caso específico a que me dedico, das pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla.

Nesse sentido, a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, de buscarem procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (BRASIL, 2013, p, 29).

Divergências na relação teoria e prática são evidenciadas na gestão pública ao executar o que as Diretrizes Curriculares Nacionais preveem:

[...] a implantação de salas de recursos multifuncionais; a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado; a formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva; a adequação arquitetônica de prédios escolares e elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade, bem como a estruturação de núcleos de acessibilidade com vistas à implementação e à integração das diferentes ações institucionais de inclusão de forma a prover condições para o desenvolvimento acadêmico dos educandos, propiciando sua inclusão e plena e efetiva participação na sociedade (BRASIL, 2013, p. 222).

É, portanto, passível de questionar o que os gestores estão fazendo diante das legislações voltadas para a educação especial e educação inclusiva e, quem é o responsável pela organização das formações dos profissionais que atuam nestas especificidades. Questiono ainda: a formação de professores emerge num projeto mais amplo de formação para a inclusão escolar? As Secretarias de Educação municipais e estaduais estão envolvidas nesse processo? Como se organizaria o processo de formação do professor da escola comum? Onde entraria a participação das escolas especiais (APAEs)? Estamos garantindo o padrão de qualidade? Todos estão tendo acesso e permanência na escola? (GONÇALVES; CAETANO, 2012, p. 107). Muitas são as indagações, mas não são intuito deste trabalho, dadas suas dimensões, obter respostas imediatas para todas elas, ainda que essas venham a permear as

discussões na escola junto aos professores e demais profissionais que atuam na educação especial em Jaguarão/RS.

A essas indagações, a contribuição de Selau e Hammes (2009, p.07) trouxe questionamentos sobre a inclusão, dizendo que: “a inclusão ainda não é um tema tranquilo, destacando a necessidade de se examinar seus antecedentes históricos, uma vez que considerar que hoje há a intenção de incluir, mas a sociedade age de maneira ambígua, excluindo e incluindo ao mesmo tempo”.

De fato, cada vez mais há a intenção de inclusão não só no contexto escolar, como também nos contextos sociais e mundo/mercado de trabalho e, a intenção de inclusão evidencia-se, muitas vezes, pela força das leis (BRASIL, 1996; 2010; 2014). Porém, no dia a dia, nem sempre as intenções contidas nas legislações são cumpridas, tendo em vista que, para incluir não bastam apenas leis e adaptações físicas, mas mudanças de atitude para com todas as pessoas, além de conscientização e humanização.

Segundo Selau (2007), existem maneiras sutis de exclusão, não apenas em relação às barreiras arquitetônicas, mas aquelas que dificilmente podem ser percebidas, “as implícitas” e que acontecem a todo o momento. Esta afirmativa pode ser exemplificada ao não convidar o colega com deficiência para fazer parte do seu grupo num determinado trabalho escolar, excluindo o tempo inteiro aqueles que apresentam algum tipo de dificuldade. Exemplos como essa exclusão por parte de alunos não parece ser complicado de perceber, pois os alunos, principalmente, as crianças são espontâneas. O que parece mais delicado é perceber os gestos, atos ou atitudes de professores pessoal ou pedagogicamente excludentes. De maneira geral, essas sutilezas implícitas de exclusão ocorrem na sociedade. O mesmo autor afirma que exclusão “é algo existente e inacabável, algo que qualquer pessoa pode fazer, mesmo sem notar, alguma coisa que se deve policiar-nos próprios atos e também dos alunos. Por isto, deve-se tentar reconhecê-la, para tentar evitá-la” (SELAU, 2007, p. 16).

Diante destes novos conhecimentos que venho adquirindo e as reflexões feitas continuamente, tive algumas conversas informais e formais através de reuniões pedagógicas e entrevistas (Apêndice 1) com professores onde estes apontaram algumas necessidades (espaço para diálogo, para interação e para aprofundar temáticas tais como legislação, educandos com deficiência intelectual e/ou múltipla e autismo, diretrizes curriculares) como temas geradores das problematizações e discussões para estudos.

Assim, foi sendo construída a intervenção, com base na educação popular de Freire, onde em comunhão¹², fomos construindo conhecimentos, buscando e encaminhando alternativas, a fim de fortalecer e qualificar o trabalho realizado na escola especial. Esta intervenção converge aos estudos de Meyrelles de Jesus (2012, p.97) que, numa pesquisa realizada no estado do Espírito Santo em que trata gestão da educação especial, publica que "as falas dos professores indicaram a importância e a necessidade da formação permanente, bem como para fortalecer a prática docente com alunos em situação de deficiência intelectual e/ou múltipla".

Nas reflexões que fiz, mereceram também considerações as abordagens assumidas pela educação especial em sua construção histórica, impregnadas das ideologias e escolhas teórico-metodológicas, que correspondiam a concepções de educação e de atendimento a alunos com necessidades especiais vigentes no contexto mais amplo da sociedade e das políticas educacionais. Esta construção teórico-metodológica aponta para o surgimento da educação inclusiva como tema na legislação, nas concepções teórico-práticas e discussões de diversos autores. A seguir, as abordagens referem-se à trajetória histórica internacional e nacional da educação especial e da educação inclusiva que fundamenta pensamentos e ações até os dias de hoje.

2.4.1 Uma síntese histórica de abordagens político-pedagógicas na trajetória da educação especial

Diversos autores tais como Correia (2003), Glat; Ferreira; Oliveira (2003), Glat; Fernandes (2005), Selau (2007), Garcia (2013), Selau (2009) entre outros, já expuseram sínteses históricas da educação especial, apontando a evolução nas abordagens ao longo do tempo. Trago aqui, para uma breve ilustração e contextualização, um resumo de abordagens político-pedagógicas na trajetória da educação especial, com base no trabalho de Glat, Pletsch e Fontes (2007).

Estas autoras afirmam que a educação especial

Constitui-se como um arcabouço consistente de saberes teóricos e práticos, estratégias, metodologias e recursos que são imprescindíveis para a promoção do processo ensino-aprendizagem de alunos com deficiências e outros comprometimentos, matriculados no ensino regular (GLAT; PLETSCHE; FONTES, 2007, p. 345).

¹² O diálogo crítico e libertador, por isto mesmo que supõe a ação, tem de ser feito com os oprimidos, qualquer que seja o grau em que esteja a luta por sua libertação. Não um diálogo às escâncaras, que provoca a fúria e a repressão maior do opressor (FREIRE, 2014, p.72).

Para estas autoras, a falta de suporte pode dificultar aos alunos com estas deficiências a obter sucesso em sua escolarização. Consideram ainda que, o paradigma hoje denominado de educação inclusiva não representa uma ruptura, mas sim um “processo de transformação das concepções teóricas e das práticas da educação especial” (GLAT; PLETSCHE; FONTES, 2007, p. 346). Processo que, segundo elas, é compatível ao que historicamente ocorreu/ocorre nos “movimentos sociais e políticos na defesa dos direitos das pessoas com deficiências e das minorias excluídas” (GLAT; PLETSCHE; FONTES, 2007, p. 346).

Cientes de que a visão linear de uma trajetória histórica não implica no esgotamento de um modelo para a introdução de outro, Glat, Pletsch e Fontes (2007), considerando os paradigmas vigentes e a política educacional da época em que vigoraram, apresentam uma breve trajetória histórica da educação especial no Brasil, sublinhando que na prática, em diferentes formas nas redes educacionais, todas as alternativas político-pedagógicas coexistem:

(a) O modelo médico

A educação especial se origina a partir de um modelo médico ou clínico. Hoje, apesar de essa abordagem ser criticada, não se pode deixar de considerar que a necessidade de escolarização das pessoas com deficiência foi pela primeira vez recomendada pelos médicos, tendo em vista que essas se encontravam internadas em hospitais psiquiátricos sem qualquer distinção de patologia ou de idade, principalmente, as pessoas com deficiência mental, assim denominada naquela época. Do ponto de vista médico, elas eram consideradas como pessoas com doença crônica e, então, todo atendimento prestado a elas ainda que na área educacional, se realizava com fins terapêuticos.

Portanto, de acordo com Glat, Pletsch e Fontes (2007), a maioria das instituições especializadas realizava um trabalho organizado por um conjunto de terapias individuais coordenadas pela medicina: fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, psicopedagogia, terapia ocupacional, entre outras.

A educação escolar não era considerada prioritária, principalmente, para os casos que apresentavam deficiências cognitivas, múltiplas, ou distúrbios emocionais severos, assim, a avaliação e identificação eram pautadas em exames médicos e testes psicológicos.

No atendimento educacional a ênfase era dada para autonomia das atividades de vida diária (AVD), relegada “a um interminável processo de 'prontidão para a alfabetização', sem maiores perspectivas, já que não havia expectativas de que esses indivíduos ingressassem na cultura letrada formal” (GLAT; PLETSCHE; FONTES, 2007, p. 346).

(b) A institucionalização da educação especial a partir dos anos 1970

No Brasil, segundo as autoras citadas acima, os anos 1970 foram marcados pela institucionalização da educação especial, onde o poder público começou a se preocupar em garantir o acesso à escola para os alunos com deficiência.

Com a criação no Ministério da Educação, do CENESP — Centro Nacional de Educação Especial, em 1973, (transformado em 1986 na Secretaria de Educação Especial – SEESP), a educação especial foi sendo introduzida no planejamento das políticas públicas educacionais, sendo então, criadas escolas e classes de educação especial.

Também através do CENESP foram implementados projetos de formação de recursos humanos especializados em todos os níveis, inclusive houve investimentos para que docentes fizessem cursos de pós-graduação no exterior, o que permitiu o desenvolvimento acadêmico e científico da área.

Novas metodologias e técnicas de ensino trouxeram a possibilidade de aprendizagem e adaptação escolar para as pessoas com deficiência. O lema passou a ser “o deficiente pode aprender”, resultando numa mudança de paradigma do modelo médico, predominante até então, para o modelo educacional. A partir daí os estudos demonstraram que não se podia focalizar apenas na deficiência específica e individualizada do sujeito, mas nas condições em proporcionar recursos adequados que promovessem o desenvolvimento e a aprendizagem (GLAT; PLETSCH; FONTES, 2007, p. 347).

Mesmo assim, para as referidas autoras, apesar dos avanços, a educação especial manteve-se funcionando como um serviço especializado paralelo: com currículos, metodologias, pessoal, e organização própria. Glat, Pletsch e Fontes (2007) avaliam que as classes especiais constituíam espaços de segregação para aqueles que não se enquadravam nas normas do ensino regular, deixando, em muitos casos, de representar uma possibilidade de ingresso de alunos com deficiências nas classes comuns, fazendo com que muitos continuassem frequentando instituições especializadas ou que não tivessem acesso à escola.

Entretanto, importa considerar, conforme apontam as autoras, que os recursos e métodos de ensino mais eficazes oportunizaram às pessoas com deficiências maiores condições de adaptação social, saindo dos hospitais psiquiátricos e, as famílias assumindo o filho(a) deficiente que, aos poucos começaram a aparecer nas ruas, na sociedade, nas classes especiais e/ou instituições especializadas.

De certa forma, tais mudanças acompanharam a tendência mundial da luta contra a marginalização das minorias excluídas, começando a divulgar e a consolidar em nosso país, os princípios que nortearam a filosofia da normalização. Estas práticas tinham por base a concepção de que as pessoas com deficiências têm o direito de usufruir as condições de vida o mais comuns ou normais possíveis na sua comunidade, participando das mesmas atividades

sociais, educacionais e de lazer que os demais. Glat, Pletsch e Fontes (2007, p. 347) explicam que “[...] a proposta não era, como erroneamente criticada, 'normalizar o deficiente', mas sim normalizar as suas condições de vida, fazendo os recursos e serviços a eles destinados o mais próximo possível daqueles utilizados pelos demais indivíduos de seu grupo social”. E elas acrescentam:

O "deficiente pode se integrar na sociedade" tornou-se, assim, a matriz política, filosófica e científica da educação especial. Este novo pensar sobre o espaço social das pessoas com deficiências tomou força em nosso país com o processo de redemocratização, e resultou em um redirecionamento significativo das políticas públicas, dos objetivos e da qualidade dos serviços de atendimento a esta população, marcando o desenvolvimento da área até nossos dias. Neste contexto surgiu o paradigma educacional denominado de Integração, o qual se propunha a oferecer aos alunos com deficiências o ambiente escolar menos restritivo possível. Este visava preparar alunos das classes e escolas especiais para ingressarem em classes regulares, quando receberiam, na medida de suas necessidades, atendimento paralelo em salas de recursos ou outras modalidades especializadas (GLAT; PLETSCHE; FONTES, 2007, p. 347).

Diante da exigência de uma preparação prévia dos alunos com deficiências para a sua integração no ensino regular, este modelo foi bastante criticado, pois mantinha o problema centrado no aluno, eximindo a escola, a qual caberia apenas ensinar àqueles que tivessem condições de acompanhar as atividades regulares ali propostas. Atividades que nem sempre eram planejadas de modo a atender às especificidades daqueles alunos que apresentavam necessidades especiais, o que repercutia, conforme as autoras, na manutenção da maioria destes alunos matriculados em escolas ou classes especiais, sem evidências e sem condições de ingresso em escolas de ensino comum.

(c) O surgimento da proposta da educação inclusiva a partir da década de 1990

Na busca por alternativas e estratégias menos segregadoras para as práticas da educação especial, surge na década de 1990, a proposta da educação inclusiva, oficializada nas políticas públicas nacionais e internacionais.

Glat, Pletsch e Fontes (2007) destacam que mesmo a educação inclusiva constituindo discurso dominante nas diretrizes educacionais atuais, “a inserção de alunos com deficiências ou outros comprometimentos no cotidiano das escolas brasileiras tem ocorrido (às vezes concomitantemente) sob os dois modelos educacionais discutidos: a *Integração e Inclusão Escolar*” (p. 438). Elas detalham que:

No primeiro caso os alunos com deficiências (geralmente oriundos do ensino especial) são matriculados nas classes comuns, na medida em que demonstrem condições para acompanhar a turma, recebendo apoio especializado paralelo. No segundo caso, esses alunos, independente do tipo ou grau de comprometimento, são incluídos diretamente no ensino regular, cabendo à escola desenvolver mecanismos

para atender às suas necessidades de aprendizagem no próprio contexto da classe comum (GLAT; PLETSCHE; FONTES, 2007, p. 348).

Para Glat, Ferreira, Oliveira e Senna:

A maioria das experiências recolhidas indica que a experiência brasileira de inclusão é, de modo geral, iniciativa e competência da educação especial, a qual se encarrega do suporte e da coordenação de todas as ações concernentes ao aluno, incluindo-se o seu encaminhamento para classe regular, o planejamento da prática pedagógica, o apoio aos professores do ensino regular e a conscientização da comunidade escolar (GLAT, FERREIRA, OLIVEIRA, SENNA, 2003, p.60).

A inserção de alunos com deficiências no ensino comum, na maioria dos estados e municípios brasileiros, tem ocorrido de forma pontual e descontínua, sendo que na prática ainda seguem preceitos da Integração, como declaram Glat, Pletsch e Fontes (2007) com base em pesquisas. As autoras comentam que embora nas escolas se reproduza o discurso de aceitação à diversidade, no dia a dia nem sempre são desenvolvidas ações compatíveis às especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, sendo ainda estas ações responsabilidade dos serviços de apoio especializado.

(d) Implicações na estrutura e cultura da escola capaz de oferecer um ensino de qualidade para todos os educandos, inclusive, educandos com deficiência

É preciso reorganizar a estrutura e a cultura da escola para oferecer um ensino de qualidade para todos os educandos, principalmente, para as pessoas com deficiência, indo ao encontro dos ensinamentos de Freire *apud* Santos (2009, p. 5) que afirma: "é fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática". Até o momento não foi o suficiente discutir a diversidade, estar aberto a ela, propor aceitar as minorias excluídas, se no dia a dia da escola ao deparar com tais situações esta instituição educativa se exime de toda sua responsabilidade.

As autoras Glat, Pletsch e Fontes (2007) alertam que o conceito de pessoas com necessidades educacionais especiais é diferente do conceito de pessoas com deficiências, conforme abordagem a seguir.

(e) Atenção aos conceitos de necessidades educacionais especiais, deficiência e a proposta de educação inclusiva

Torna-se importante esclarecer denominações de terminologias que ainda são muito confundidas nos dias atuais, pois, como afirmam Glat, Pletsch e Fontes (2007) o conceito de necessidades educacionais especiais vem sendo erroneamente utilizado como sinônimo de deficiência. Explicitam as autoras:

O conceito de deficiência se reporta às condições orgânicas do indivíduo, que podem resultar em uma necessidade educacional especial, porém não obrigatoriamente. O conceito de necessidade educacional especial, por sua vez, está intimamente relacionado à interação do aluno com os conteúdos e a proposta educativa com a qual ele se depara no cotidiano escolar.

Como apontam Glat e Blanco (2007), necessidade educacional especial não é uma característica intrínseca do aluno, nem muito menos uma condição sintomática típica de um determinado grupo etiológico, supostamente homogêneo. É uma condição individual e específica, um produto da interação do aluno com o contexto escolar em que a aprendizagem deverá se dar. Assim, dois alunos com o mesmo tipo e grau de deficiência podem requisitar diferentes adaptações de recursos didáticos e metodológicos. Da mesma forma, um aluno que não tenha qualquer deficiência, pode, sob determinadas circunstâncias, apresentar dificuldades para aprendizagem escolar formal que demandem apoio especializado (GLAT; PLETSCHE; FONTES, 2007, p. 349).

As propostas da educação inclusiva como indicam as autoras, tem como pressuposto proporcionar um currículo flexível e voltado às especificidades individuais e sociais dos alunos, levando em conta as condições que possam torná-los mais propenso a encontrar dificuldades para aprender. E elas defendem que a educação inclusiva deva: “Garantir acessibilidade de locomoção e comunicação em suas dependências e, desenvolver metodologias e práticas pedagógicas que atendam às demandas individuais, assim todos terão condições de aprender e se desenvolver juntos” (GLAT; PLETSCHE; FONTES, 2007, p. 350).

2.4.2 A importância da pesquisa: compartilhar ideias e expectativas docentes

Acompanhando os avanços da legislação e das políticas públicas em educação especial, bem como, as experiências profissionais sobre a inclusão escolar das pessoas com deficiências, senti a necessidade de pesquisar e, no compartilhamento de ideias, de necessidades e de expectativas citadas por professores e demais profissionais envolvidos com a educação especial no município¹³ emergiu a proposta para intervir. Uma intervenção para promover estudos voltados à formação de professores, a fim de qualificar o processo de gestão educacional na Escola Especial José Luiz Piúma das pessoas com deficiência em Jaguarão/RS.

Foi necessário acompanhar o processo da organização do PNE - metas 4 e 20, através de leituras e análises das proposições legais e a repercussão junto a órgãos específicos e setores interessados no tema. Realizamos estudos sobre a educação especial, com leituras, discussões e trabalhos individuais e grupais, proporcionados pela intervenção; dialogando

¹³Aqui faço referência aos desabafos das professoras e equipes diretivas das escolas comuns na ocasião das visitas realizadas no final do 1º semestre de 2013. Bem como, das professoras da Escola Especial José Luiz Piúma que “compartilham” de muitas experiências durante as reuniões pedagógicas, demonstrando vontade em querer dialogarem e buscar conhecimentos.

com educadores comprometidos com a educação especial e educação inclusiva, a partir de encontros para formação permanente na escola especial/APAE e em eventos extraescolares, na Universidade ou em outros âmbitos acadêmicos. Como exemplo desses últimos, cito a apresentação e publicação de trabalhos em eventos científicos na URI (Universidade Regional Integrada) de Santo Ângelo e Frederico Westphalen.

Percebi que a intervenção foi uma oportunidade ímpar na escola especial. Oportunidade de promover estudos num processo dialógico. Os professores se entusiasmaram apresentando suas inquietações, angústias e dúvidas para problematizar a proposta de intervenção em busca de alternativas para qualificar o processo educacional da escola especial. O grupo de participantes da intervenção (12 professores da escola especial e uma professora da rede pública municipal) construiu conhecimentos e caminhos buscando qualificar o processo educacional da escola especial e da educação inclusiva. A intervenção foi coordenada pela pesquisadora sendo também mediadora, aprendendo e construindo junto, portanto uma atuação participativa e integrada.

3. MÉTODO DE PESQUISA E INTERVENÇÃO

A intervenção aqui relatada buscou a construção coletiva de um espaço-tempo de reflexões na escola, focalizando a formação docente no âmbito das políticas de educação especial, tomando como referência as mudanças ocorridas na legislação. Discute sua repercussão no meio educacional e a reação de professores diante destas circunstâncias que afetaram de forma explícita ou tácita sua ação junto aos alunos e os ajustes na relação com outras instituições relacionadas a esta modalidade de ensino. Para tanto, foram propostos e realizados encontros, com vistas a analisar e socializar construções de saberes docentes, a partir de discussões sobre as mudanças que envolveram a educação especial, sua dinâmica, características e a legislação pertinente e atual.

A intervenção teve como objetivo geral: qualificar o processo de gestão educacional na Escola Especial José Luiz Piúma das pessoas com deficiência em Jaguarão/RS, através da formação docente; e como objetivos específicos: - acompanhar o processo da organização do Plano Nacional de Educação, através de leitura e análise das proposições legais e a repercussão junto a órgãos específicos e setores interessados no tema; - realizar estudos sobre a educação especial, com leituras, discussões e trabalhos individuais e grupais, proporcionados pelas oficinas do projeto; - dialogar com educadores comprometidos com a educação especial e educação inclusiva, a partir de encontros de formação permanente na Escola Especial José Luiz Piúma e em eventos extraescolares, na Universidade ou em outros âmbitos acadêmicos.

A discussão ocorreu na própria escola em que atuam o professores da educação especial. Propiciou a reconstrução do cotidiano de trabalho e ajudou a lançar um olhar crítico aos movimentos da política de educação especial nos últimos anos.

A carência de debate pedagógico e de discussões acerca do trabalho do professor, assim como a importância de aliar teoria e prática à reflexão sobre qual a educação especial os docentes que trabalham com dedicação, competência e grande entusiasmo na interação com os discentes acreditam desenvolver e qual o trabalho pretendiam desenvolver a partir dos debates nos encontros com pares na profissão que exercem, foi um elemento presente nas falas dos participantes dos grupos de trabalho.

Desta forma, explicita-se que o procedimento metodológico proposto para este estudo é a intervenção desenvolvida na Escola Especial José Luiz Piúma/APAE, utilizando como método de ensino para intervenção a *educação popular de Freire* como referencial para a formação permanente.

A metodologia de intervenção, conforme Damiani (2012, p.11) tem dois momentos: “o método da intervenção (método de ensino) e o método da avaliação da intervenção (método de pesquisa propriamente dito)”.

A pesquisa interventiva assume como princípio, produzir *reflexões* sobre a prática, e posteriormente, *mudanças* significativas, qualificando a prática de todos os sujeitos envolvidos, como posteriormente a sua avaliação. Assim, “o método da intervenção deve ser descrito pormenorizadamente, explicitando seu embasamento teórico” (DAMIANI, 2013, p. 62).

O método de avaliação da intervenção tem o objetivo de descrever os *instrumentos de coleta e análise de dados* utilizados para capturar os efeitos da intervenção (DAMIANI, 2012, p. 12). O componente investigativo de pesquisas do tipo intervenção pedagógica e o método de avaliação da intervenção ocupam um lugar destacado no projeto. Por isso, dividem-se em dois momentos considerados necessários, porque há diferenças entre eles, assim explica a autora:

a) o método da intervenção [...] descreve a prática pedagógica implementada, de maneira detalhada, fundamentando-a teoricamente; e b) o método de avaliação da intervenção [...] especifica os instrumentos de coleta e análise de dados utilizados para tal intervenção. Essa segunda parte do relato assemelha-se ao método descrito em qualquer tipo de pesquisa empírica em que há preocupação com o rigor exigido por toda a atividade científica que visa a produzir conhecimento sobre a realidade estudada (DAMIANI, 2012, p.8).

De acordo com as proposições de Damiani através de um processo dialógico¹⁴ com os professores da escola especial e dentro da perspectiva freireana da educação é que foi sendo construída a intervenção, a qual passo a descrever.

3.1 Método de Intervenção

Realizamos um curso de extensão universitária de 20h, UNIPAMPA, através de oficinas, para os professores da Escola Especial José Luiz Piúma – APAE com fundamentação teórica na educação popular de Freire como método de ensino para a intervenção.

[...] denominam-se intervenções as interferências (mudanças, inovações), propositadamente realizadas, por professores/pesquisadores, em suas práticas pedagógicas. Tais interferências são planejadas e implementadas com base em um

¹⁴[...] já avançou bastante nas pessoas a consciência de que cada uma delas tem responsabilidades em relação às outras (e a sociedade em geral), porém possui igualmente responsabilidades em relação a si mesma (KONDER, 2011, p.79).

determinado referencial teórico e objetivam promover avanços, melhorias, nessas práticas, além de pôr à prova tal referencial, contribuindo para o avanço do conhecimento sobre os processos de ensino/aprendizagem neles envolvidos. Para que a produção de conhecimento ocorra, no entanto, é necessário que se efetivem avaliações rigorosas e sistemáticas dessas interferências (DAMIANI, 2012, p. 03).

As oficinas se constituíram em experiências pedagógicas importantes para análise da própria intervenção e foi uma oportunidade para a **formação permanente** a fim de qualificar o processo de gestão educacional na Escola Especial José Luiz Piúma das pessoas com deficiência em Jaguarão/RS, através da formação docente. Logo faço a descrição dos encontros, oficinas para ilustrar as ações levadas a cabo no processo interventivo.

Através de dados do IBGE, documentos da escola especial (regimento escolar e PPP), dos estudos em referenciais teóricos do curso e das temáticas da educação especial e educação inclusiva aliados às entrevistas feitas anteriormente (Apêndice 1) e durante as reuniões pedagógicas foi sendo construída a intervenção junto aos docentes da escola especial. Teve-se, em todos os momentos e ações desenvolvidas, o cuidado para que se construísse um processo diálogo que permitisse uma verdadeira interação, troca de saberes e construção de conhecimentos pelos participantes. Desta forma, se buscou reunir elementos para a edificação do projeto de intervenção que emergissem dos sujeitos, dos futuros participantes da referida intervenção, desde a entrevista que foi

[...] marcada por essa dimensão do social. Ela não se reduz a uma troca de perguntas e respostas previamente preparadas, mas é concebida como um produção de linguagem, portanto, dialógica. Os sentidos são criados na interlocução e dependem da situação experienciada, dos horizontes espaciais ocupados pelo pesquisador e pelo entrevistado. As enunciações acontecidas dependem da situação concreta em que se realizam, da relação que se estabelece entre os interlocutores, depende de com quem se fala. Na entrevista é o sujeito que se expressa, mas sua voz carrega o tom de outras vozes, refletindo a realidade de seu grupo, gênero, etnia, classe, momento histórico e social (FREITAS, 2002, p. 29).

Nesse processo, cuidou-se das formas mais simples de comunicação, abrindo espaço para a interação e dialogicidade, reconhecendo o valor do pensamento dialético, que exige um trabalho no qual se “é obrigado a identificar, com esforço, gradualmente, as contradições concretas e as mediações específicas que constituem o 'tecido' de cada totalidade, que dão 'vida' a cada totalidade" (KONDER, 2011, p. 45), assim é preciso dizer que esta complexidade de pensamento e de ação não foi propósito na atividade de intervenção aqui relatada, mas sim realçado o processo dialógico.

Foram desta maneira, organizados encontros na Escola Especial José Luiz Piúma para a apresentação da intervenção, rever documentos da própria escola tais como: Regimento Escolar, PPP e Currículo, a fim de consolidar ações pedagógicas, para melhor aproveitamento

da intervenção e também para desde então discutir, problematizar e planejar a intervenção de acordo com as necessidades dos profissionais da escola especial. Realizamos, então, quatro encontros para juntos planejar e discutir a própria intervenção.

3.1.1 A discussão e a preparação do projeto de intervenção

Os encontros para discussão e preparação do projeto de pesquisa e intervenção foram organizados conforme os seguintes objetivos:

O **primeiro encontro**, ocorrido em 01/11/2013, teve como principal objetivo dialogar sobre o projeto de pesquisa e intervenção e aplicar as entrevistas¹⁵ (Apêndice 1) aos professores para averiguar o real interesse e disponibilidade para participação da intervenção, além dos temas de interesse. Na ocasião 11 professores e a coordenadora pedagógica demonstraram interesse, disponibilidade e entusiasmo para participar da intervenção, o que totalizou o número de 12 profissionais da escola especial. É válido esclarecer que dentre esses 11 professores está incluída a pedagoga responsável pelas avaliações pedagógicas para fins de triagem na escola especial. Alguns profissionais da equipe técnica multiprofissional também demonstraram interesse, tais como uma assistente social e duas psicólogas, mas não assumiram compromisso devido à disponibilidade de carga horária.

O **segundo encontro**, ocorrido em 22/11/2013, foi para apresentar a proposta da intervenção e dialogar com os professores. Na ocasião os professores presentes sugeriram convidar os membros¹⁶ do Conselho Municipal de Educação para participarem da intervenção, o que considerei relevante a contribuição e o convite (Anexo nº1) foi feito posteriormente.

O **terceiro encontro** foi dia 21/03/2014 e teve como pauta a última revisão do PPP (analisado e estudado ao longo do ano letivo de 2013), de acordo com o regimento escolar, com a finalidade de avaliar e reavaliar a proposta de trabalho da escola especial.

O **quarto** e último encontro aconteceu em 25/04/2014 tendo como objetivo a aprovação do PPP¹⁷ e análise do currículo da escola e também dialogar com os professores sobre a intervenção, bem como, analisar as sugestões apontadas na banca de qualificação (02/04/2014). Mesmo sabendo que foram levadas em consideração as entrevistas (Apêndice

¹⁵Neste dia foram aplicadas as entrevistas, individualmente, aos professores e técnicos da Escola Especial José Luiz Piúma, para coleta de dados, em busca de averiguar temáticas de interesse (Apêndice 1).

¹⁶No primeiro dia de intervenção compareceu apenas a presidente do Conselho Municipal de Educação. Nos próximos quatro encontros, oficinas ela não pode participar.

¹⁷Entendemos que estudar, analisar, revisar e atualizar o PPP foi necessário e positivo para sua aprovação para o ano letivo de 2014, consolidando ações pedagógicas na atual conjuntura das leis e políticas públicas.

1), esse último encontro contribuiu para (re)discutir os temas geradores das oficinas, seu cronograma. O mesmo fez parte do calendário escolar da Escola Especial José Luiz Piúma – APAE no ano letivo de 2014.

A partir do quarto encontro, os educadores da escola especial foram estimulados a registrar algo sobre suas expectativas e como pensavam a intervenção pedagógica realizada na escola no seu próprio ambiente de trabalho e, se poderiam e como poderiam colaborar com o município, mesmo que indiretamente. Os educadores também foram estimulados a refletir e propor alternativas para qualificar o trabalho da educação especial e como poderíamos contribuir para qualificar o processo inclusivo, acompanhando e cumprindo a LDB (BRASIL, 1996) e o PNE – meta 4 (BRASIL, 2014).

A partir do quarto encontro começou o exercício de analisar cada encontro, posteriormente cada oficina. Como contribuiu? Que aprendizagem teve? O que pretendemos? Os participantes registraram individualmente algo sobre o quê cada encontro colaborou, seja positiva ou negativamente (relato de encontro).

3.1.2 As ações no projeto de intervenção

A intervenção iniciou em maio/2014 e terminou em julho/2014 e teve como proposta cinco encontros de quatro horas cada, totalizando 20h. Os encontros ocorreram no turno da manhã na biblioteca da Escola Especial José Luiz Piúma, nas manhãs de 16/05, 30/05, 11/06, 25/06, 04/07/2014.

A intervenção foi coordenada e mediada pela pesquisadora que utilizou o método de ensino da educação popular de Freire. Os “participantes” foram também sujeitos “participativos” que, com a mediadora-pesquisadora refletiram, dialogaram, discutiram, problematizaram, aprofundaram conhecimentos na tentativa de buscar alternativas e caminhos para qualificar o processo educacional da própria escola especial.

Os pressupostos da educação popular permearam as escolhas teórico-metodológicas dos encontros, pelo caráter participativo e de busca de transformações nas práticas educativas.

A educação popular é comprometida e participativa, que visa à conscientização e uma prática libertária. Por isso, defende a perspectiva dos direitos do povo, do *ser mais*. No caso específico, a pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla deve ter seu direito garantido enquanto sujeito, *ser mais*, de receber o atendimento educacional adequado e de qualidade. Assim, a educação popular tem como característica principal a utilização do saber da comunidade, nesse caso os professores, participantes do curso, como mediadores dos saberes

do cotidiano escolar para o ensino. É aprender a partir do conhecimento do sujeito e ensinar a partir de palavras e temas geradores do cotidiano dele, “o círculo de cultura”. Os professores “aprendem” para qualificar o processo educacional dos alunos.

O processo ensino-aprendizagem, nesta abordagem, é visto como ato de conhecimento e transformação social, sendo pautado na perspectiva política. É, portanto, diferente da educação tradicional, “da educação bancária”, porque não é uma educação imposta, já que se baseia no saber da comunidade e incentiva o diálogo; e é diferente de uma educação informal porque possui uma relação horizontal entre educador e educando. A educação popular visa à formação de sujeitos, formação de professores com conhecimento e consciência cidadã e a organização do trabalho político para afirmação do sujeito. É uma estratégia de construção da participação popular para o redirecionamento da vida social objetivando trabalhar as necessidades populares, para ser mais, para a humanização dos homens (FREIRE, 2014).

A experiência das oficinas, como possibilidade de se estabelecer como espaço de formação permanente para os docentes ocorreu pela primeira vez na Escola Especial José Luiz Piúma – APAE, por meio de um curso de extensão universitária – 20h. Estabeleceu-se um método de ensino¹⁸, um espaço para conversar com professores, entre os professores, dentro do ambiente de trabalho sobre as principais inquietações referente à práxis¹⁹ de cada um e de todos; trocar experiências, problematizar, construir conhecimento, buscar qualidade educacional, provocar mudanças com fundamentação teórica sustentada pelo método de ensino da educação popular de Freire.

Esta experiência possibilitou marcar o calendário escolar da escola especial de Jaguarão/RS – APAE, pois um dos encaminhamentos finais foi a solicitação de continuidade desse espaço de formação permanente e que faça parte do calendário escolar anualmente, considerando que “o trabalho colaborativo entre professores apresenta potencial para enriquecer sua maneira de pensar, agir e resolver problemas, criando possibilidades de sucesso à difícil tarefa pedagógica” (DAMIANI, 2008, p. 218).

3.1.3 As temáticas focalizadas e a dinâmica nos encontros

A proposta de intervenção se constituiu em cinco encontros de quatro horas cada, as temáticas propostas seguiram a perspectiva freireana da educação (FREIRE, 2014). Os pontos desenvolvidos foram:

1 - Educação Especial, Educação Inclusiva e Educação Popular: “*Educação Libertária*”

¹⁸A intervenção na escola especial foi “o novo” - “inovação”.

¹⁹Ação-reflexão-ação. Teoria e prática, *Freire*.

2 - A realidade dos educandos e o inacabamento freireano: “*Ser histórico; ser mais*”

3 - A legislação (CF, LDB, PNE, Lei Orgânica Municipal/educação especial; pessoas com deficiência) e o empoderamento: “*Luta*”

4 - Diretrizes (DCN) para educação especial e educação para a esperança: “*Reflexão sobre a práxis*”

5 - O PNE e a situação das APAEs - Educação e Mudança Social : “*Libertação*”

Com base em Guimarães (2006) cada encontro da intervenção teve a seguinte dinâmica, conforme descrevo a *aula típica*:

1. Acolhida e sensibilização, criando uma comunidade de trabalho e convivência e de despertar para a temática a ser trabalhada;
2. Percepção e aprofundamento do problema como exercício comunitário de estudo;
3. Síntese e reconstrução da prática, como construção grupal do conhecimento sobre a temática em busca da mudança social;
4. Avaliação, como exercício de participação;
5. Encerramento e confraternização.

A descrição dos planejamentos detalhados de cada encontro, cada oficina seguindo a perspectiva freireana da educação encontra-se no Apêndice 2.

3.2 Metodologia de análise de dados da intervenção

O objectivo dos investigadores qualitativos é o de melhor compreender o comportamento e experiência humanos. Tentam compreender o processo mediante o qual as pessoas constroem significados e descrever em que consistem estes mesmos significados. Recorrem à observação empírica por considerarem que é em função de instâncias concretas do comportamento humano que se pode reflectir com maior clareza e profundidade sobre a condição humana (BOGDAN; BIKLEY, 1994, p. 70).

Para avaliar a intervenção foram utilizadas abordagens qualitativas na coleta de dados:

a) **observações informais e participativas:** As observações neste estudo ocorreram com ou sem utilização de roteiros (Apêndice 3) para registrar a participação dos sujeitos, no caso, a participação e interação dos professores nas oficinas. Observações registradas por escrito pela pesquisadora, além de fotografadas para ilustração neste relatório. A observação vai além da descrição de fatos, assim como pondera Freitas (2002, p. 28) “o seu verdadeiro objetivo é compreender como uma coisa ou acontecimento se relaciona com outras coisas e acontecimentos. Trata-se, pois, de focalizar um acontecimento nas suas mais essenciais e prováveis relações”. A autora complementa que: “só ao colher os traços mais importantes e depois aqueles mais secundários, identificando suas possíveis conseqüências, é que começam a emergir claras as relações que os ligam entre si. O objetivo da observação se enriquece, assim, de uma rede de relações relevantes” (FREITAS, 2002, p. 28) e diz ainda que:

A observação é, nesse sentido, um encontro de muitas vozes: ao se observar um evento, depara-se com diferentes discursos verbais, gestuais e expressivos. São discursos que refletem e refratam a realidade da qual fazem parte, construindo uma verdadeira tessitura da vida social (FREITAS, 2002, p. 28-29).

Mesmo levando em consideração que a observação²⁰ possa ser subjetiva e pessoal, por implicar um “ponto de vista” carregado pelas informações, crenças e ideologias do observador, esta foi utilizada para registrar aspectos que pudessem esclarecer alguns pontos na coleta de informações e apontar aos objetivos deste trabalho, de maneira geral, nos cinco encontros, de acordo com o olhar e perspectivas da pesquisadora, porque acima de tudo, em relação à coleta de dados, avalio como importante a identificação de ações dos participantes do estudo. Ao optar por esta abordagem e ao caracterizar este trabalho como uma abordagem qualitativa se aponta para que:

Uma primeira distinção entre a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa refere-se ao fato de que na pesquisa qualitativa há aceitação explícita da influência de crenças e valores sobre a teoria, sobre a escolha de tópicos de pesquisa, sobre o método e sobre a interpretação de resultados. Já na pesquisa quantitativa, crenças e valores pessoais não são consideradas fontes de influência no processo científicas. [...] O que se coloca é como lidar com esta influência no contexto da pesquisa – seja ela qualitativa ou quantitativa.

Além da influência de valores no processo de pesquisa, há de se constatar um envolvimento emocional do pesquisador. A aceitação de tal envolvimento caracterizaria a pesquisa qualitativa. Já a intenção descontrolá-lo, ou sua negação, caracterizariam a pesquisa quantitativa [...]” (GÜNTHER, 2006, p. 203).

b) **análise documental:** A análise documental, conforme Souza, Kantorski, Luis (2011, p. 224), entre outras concepções, é considerada uma “técnica para o tratamento dos dados, objetivando a transformação das informações, visando torná-las mais compreensíveis para

²⁰Observação da pesquisadora e observação dos participantes, processo dialógico.

correlacioná-las com os demais dados oriundos de outras fontes”, tomando como relevante que:

Os documentos oficiais (internos e externos) proporcionam informação sobre as organizações, a aplicação da autoridade, o poder das instituições educativas, estilos de liderança, forma de comunicação com os diferentes actores da comunidade educativa, etc. Os documentos pessoais integram as narrações produzidas pelos sujeitos que descrevem as suas próprias acções, experiências, crenças, etc. De entre estes materiais destacam-se *graffitis*, diários, cartas e anotações pessoais. Os *graffitis*, notas e cartas pessoais fornecem informações sobre os gostos, relações, interesses, conceitos e visões da cultura, elementos fundamentais para a análise dos processos educativos (AIRES, 2011, p. 42-43).

Assim, a análise documental ocorreu ao serem apresentados, na intervenção: (a) os documentos oficiais: PNE, LDB, DCN, Lei Orgânica Municipal, sendo considerada a interpretação, pelos participantes, da legislação, dos conceitos referentes à educação especial e educação inclusiva, à pessoa com deficiência, entre outros; (b) os documentos pessoais produzidos, registrados e socializados nos encontros através de: desenhos para expressar algum conceito, recortes de figuras ou palavras para definir ou caracterizar a temática em debate, frases escritas ou confeccionadas com recortes de revistas ou jornais para sintetizar o tema abordado, bem como, expressões ou palavras diretas mencionando a proposta da oficina, enfim, conceitos construídos em papelógrafos através de trabalhos em grandes e pequenos grupos. Além da avaliação individual de forma escrita sem necessariamente a identificação do professor(a), realizada no final de cada encontro, para registrar como foi a oficina, aspectos positivos e negativos, perspectivas para o próximo, considerando que:

Os investigadores qualitativos em educação estão continuamente a questionar os sujeitos de investigação, com o objectivo de perceber “aquilo que eles experimentam, o meio como eles interpretam as suas experiências e o modo como eles próprios estruturam o mundo social em que vivem (Psathas,1973). Os investigadores qualitativos estabelecem estratégias e procedimentos que lhes permitam tomar em consideração as experiências do informador (BOGDAN; BIKLEY, 1994, p. 51).

Enfim, a análise das expressões dos participantes das leituras e debates propostos foi baseada nos trabalhos produzidos de maneira individual ou em grupos durante a intervenção. Em todos os encontros foram utilizados a observação informal e participativa e a análise documental na coleta de dados (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 2), o que significou descrever cada um dos encontros e as acções daí emergentes, tais como: a socialização de ideias e inquietações referentes ao cotidiano de cada um; a troca de experiências; as problematizações; a construção de conhecimentos e a busca de aperfeiçoamento da qualidade educacional, com o objetivo de compreender se houve aprendizagem, se houve mudanças no ambiente escolar,

no que diz respeito à qualidade educacional das pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla, tendo em vista que:

Pesquisas qualitativas têm cada vez mais se utilizado de análises textuais. Seja partindo de textos já existentes, seja produzindo o material de análise a partir de entrevistas e observações, a pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação, isto é, não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão (MORAES, 2003, p. 191).

A análise documental, associada à observação informal e participativa, mostrou-se importante para subsidiar os estudos utilizados na abordagem qualitativa para compreender cientificamente o processo de intervenção.

Tais dados, a partir de então, passaram por um processo de análise textual qualitativa (MORAES, 2003), os quais serão descritos de forma detalhada o como e o porquê do método de intervenção realizado, curso de extensão universitária, no formato de oficinas na perspectiva freireana, atingiu o objetivo de qualificar o processo de gestão educacional na Escola Especial José Luiz Piúma das pessoas com deficiência em Jaguarão/RS, através da formação docente, levando em conta que:

A contextualização do pesquisador é também relevante: ele não é um ser humano genérico, mas um ser social, faz parte da investigação e leva para ela tudo aquilo que o constitui como um ser concreto em diálogo com o mundo em que vive. Suas análises interpretativas são feitas a partir do lugar sócio-histórico no qual se situa e dependem das relações intersubjetivas que estabelece com os seus sujeitos. É nesse sentido que se pode dizer que o pesquisador é um dos principais instrumentos da pesquisa, porque se insere nela e a análise que faz depende de sua situação pessoal-social. Para Bakhtin (1988), cada pessoa tem um certo horizonte social definido e estabelecido que orienta a sua compreensão e que o coloca diante de seu interlocutor com uma forma própria de relacionamento. A partir dessa situação social, do lugar em que se situa, é que constrói suas deduções, suas motivações e apreciações. A leitura que faz do outro e dos acontecimentos que o cercam está impregnada do lugar de onde fala e orientada pela perspectiva teórica que conduz a investigação (FREITAS, 2002, p. 29-30).

Assim, os encontros foram planejados dentro de um cronograma, fazendo parte do calendário escolar da escola especial (2014), nos quais foram cumpridos com êxito sem imprevistos, conforme descrição e análise da intervenção nos termos seguintes.

4. Achados 1: análise da característica da intervenção

Os participantes²¹ foram assíduos e pontuais, atuando com interesse, vontade, entusiasmo seja nos trabalhos individuais ou em grupo. Percebi que o ambiente da biblioteca²² foi bastante acolhedor, o número de participantes foi consideravelmente bom, facilitando a disponibilização de material para os estudos, reflexão e debate, além de possibilitar a interação entre todos, pois tiveram oportunidade de se expressarem, tendo "voz e vez", contribuindo para o bom andamento dos trabalhos, o que também facilitou para que os encontros acontecessem de forma organizada e dinâmica. Essas observações foram sendo analisadas durante a intervenção e registradas pela pesquisadora. Ainda destaco que o método de ensino²³ utilizado na intervenção foi importante, satisfatório trazendo resultados positivos, o que contribuiu para as aprendizagens construídas ao longo desse processo interventivo, certificadas nas falas e registros das avaliações dos participantes, como afirma Freitas (2002):

O pesquisador, portanto, faz parte da própria situação de pesquisa, a neutralidade é impossível, sua ação e também os efeitos que propicia constituem elementos de análise. Bakhtin contribui para complementar essas idéias afirmando que o critério que se busca numa pesquisa não é a precisão do conhecimento, mas a profundidade da penetração e a participação ativa tanto do investigador quanto do investigado. Disso também resulta que o pesquisador, durante o processo de pesquisa, é alguém que está em processo de aprendizagem, de transformações. Ele se ressignifica no campo. O mesmo acontece com o pesquisado que, não sendo um mero objeto, também tem oportunidade de refletir, aprender e ressignificar-se no processo de pesquisa. Bakhtin e Vygotsky tornam o processo de pesquisa um trabalho de educação, de desenvolvimento (FREITAS, 2002, p. 25-26).



Foto 3 - Oficina 1 - Construção do papelógrafo/ Grupo 1
Fonte: Fotos feitas pela autora no evento

²¹Lista de participantes e frequência – Apêndice 4.

²²Ambiente que aconteceu a intervenção.

²³Educação popular, *Freire*.



Foto 4 - Oficina 1 - Construção do papelógrafo/ Grupo 2
Fonte: Fotos feitas pela autora no evento

A seguir, passo a descrever pormenorizadamente os encontros, as oficinas:

4.1. A primeira oficina: Educação especial, educação inclusiva e educação popular: *“Educação Libertária”*

Apesar dos integrantes do grupo já se conhecerem, fizemos uma breve “apresentação” na primeira oficina destacando área de atuação, formação, perspectivas da intervenção. O que foi válido, pois nesse dia estava presente a presidente do Conselho Municipal de Educação e também porque tivemos como participante em todas as oficinas uma professora da rede pública municipal que não atua na escola especial e, ainda porque apenas 6 professores da escola especial/APAE trabalham nos turnos da manhã e tarde na escola especial, sendo duas com carga horária de 40h/semanais, 3 professoras com carga horária de 32h/semanais e 1 professor com 20h/semanais distribuídas nos dois turnos (12h no turno da tarde e 8h no turno da manhã); as outras 6 professoras têm carga horária de 20h/semanais trabalhando 4 professoras no turno da manhã e 2 no turno da tarde, portanto nem todos se encontram diariamente.

A dinâmica mostrou a experiência pessoal e profissional de cada participante, onde chamou a atenção a fala de duas professoras que disseram que desde a formação inicial tinham como sonho trabalhar na escola especial/APAE e hoje o sentem realizado, têm amor e dedicação, mas receio com os rumos das escolas especializadas, das APAEs, o que ficou evidente na fala de todos professores da escola especial, onde todos os participantes desabafaram a falta de apoio do poder público e a “guerra de braço” entre escola comum, principalmente, as municipais e a escola especial/APAE visivelmente perceptível no último

ano (2013) para garantir a matrícula do aluno, além dos cortes de repasses financeiros, do FUNDEB. Aproximando-se do que Padilha (2007) expressa:

[...] não devemos nos ater somente na matrícula dos alunos, mas também na garantia de conhecimento, pois colocando crianças e jovens em salas de aula indevidamente chamadas de regulares, muitas vezes é a inclusão delas num espaço que as exclui do processo de aprendizagem, portanto, do seu desenvolvimento (PADILHA, 2007, p. 135).

Concordo com o autor, pois garantir a matrícula do aluno apenas para garantir o repasse financeiro do FUNDEB é um ato no mínimo irresponsável, esse foi um dos debates que causou certa tensão, pois causa sentimento de “revolta” aos professores da educação especial conforme fala deles mesmos durante a intervenção:

“Eles” (governo) colocam os alunos “goela abaixo” na escola comum e depois não dão apoio, suporte. Fica a criança excluída num cantinho da sala, muitas vezes até sofrendo *bullyng* e só fica na escola se for “quietinha” tiver bom comportamento, porque se for agitada, “incomodar”, tiver problema de conduta, aí tentam “se livrar”, encaminhando para outra escola ou mandando para a APAE. Isso não é inclusão (Professora²⁴ Vivi, 1ª oficina).

Outra professora disse que fica cada vez mais claro que “eles” (governo) querem assegurar o aluno com deficiência para garantir o recurso e não estão preocupados com esse aluno, que atendimento está recebendo ou deixando de receber (Professora Fofa, 1ª oficina).

No calor da discussão a professora Kiki ainda acrescenta que hoje percebe que “querem incluir os alunos com deficiência a qualquer custo e, se possível, excluir as APAEs, porque não se trabalha em parceria, não reconhecem o trabalho que a gente realiza aqui, *eles* realizam ações e nunca nos incluem, somos sempre excluídos de tudo, começa pelas próprias formações docentes, cursos e outros” (Professora Kiki, 1ª oficina).

As falas demonstram o sentimento de indignação das pessoas envolvidas com a educação especial no cenário da política inclusiva no município de Jaguarão.

Algumas dinâmicas de reflexões e debates também merecem destaque, como por exemplo, nessa primeira oficina foi orientado aos professores pensarem sobre a *educação especial* e a *educação inclusiva*. Na ocasião, foi entregue uma folha ofício para cada participante, sendo sugerido que dobrassem a folha ao meio e, de um lado escrevessem ou desenhassem o que vem na cabeça ao falar de educação especial e, do outro lado da folha que desenhassem ou escrevessem o que vem na cabeça ao falar de educação inclusiva.

²⁴A identificação dos professores foi preservada por isso os nomes utilizados nesse trabalho são fictícios. Quando não aparecem nem de forma fictícia é porque foi escrito e não foi identificado, nesses casos faço referência apenas ao(a) professor(a). As imagens para as fotos foram autorizadas pelos professores, conforme ata 01/2014 (Apêndice 5) e, as falas conforme termo de consentimento (Apêndice 6).

Ao concluírem a tarefa, formaram duplas para discutir o que colocaram no papel para então socializar no grande grupo. A maioria colocou que em relação à terminologia educação especial faz lembrar pessoas com deficiência, paixão, amor, respeito, superação, luta, acreditar no potencial, preparar para a inclusão. Em relação à educação inclusiva colocaram questões relacionadas à diversidade, desafio, falta de preparo, resistência, respeito, oportunidade.

A partir dessas reflexões, o grupo de participantes foi dividido em dois grupos para fazer a leitura de um texto e discutir conceitos referentes à temática proposta para depois socializar através da confecção de papelógrafos conceituando educação especial e inclusiva.



Foto 5 - Oficina 1 - Construção de conceitos/ Grupo 1
Fonte: Fotos feitas pela autora



Foto 6 - Oficina 1 - Construção de conceitos/ Grupo 2
Fonte: Fotos feitas pela autora

O grupo 1 definiu a educação especial como “ter um olhar diferenciado e dedicado buscando caminhos, acreditando no potencial de cada aluno” e educação inclusiva “a inserção do aluno na escola comum buscando métodos e maneiras diferenciadas de ensinar”.

Já o grupo 2 utilizou palavras para definir educação especial e inclusiva associando a frases de Paulo Freire. Para esse grupo educação especial é “cuidado, amor, luta, ensinamento, superação, troca, paciência, respeito, esperança de um mundo melhor” e uma das frases freireanas utilizada para contribuir na definição de educação especial foi “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou construção”. E educação inclusiva é “oportunidade, coerência, amor, receptividade, respeito, igualdade sem preconceito, respeito à diversidade, as especificidades de cada um” e uma das frases freireana utilizada foi “não basta querer para mudar o mundo. Querer é fundamental, mas não é o suficiente. É preciso também saber querer, aprender a saber querer, o que implica aprender a saber lutar politicamente com táticas adequadas e coerentes com nossos sonhos estratégicos”.

Foram disponibilizadas as frases de Paulo Freire para os grupos confeccionarem os papelografos, as mesmas já haviam sido utilizadas no início da oficina como dinâmica para construção dos dois grupos.

Educador e educandos cointencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também de recriar este conhecimento (FREIRE, 2014, p.77).

O quadro a seguir, apresentado por Noronha e Pinto (2011), visa demonstrar as aproximações e convergências da educação especial e educação inclusiva conforme temática proposta na primeira oficina:

EDUCAÇÃO ESPECIAL	EDUCAÇÃO INCLUSIVA
●prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino comum.	●acesso para estudantes com deficiência à educação inclusiva em suas comunidades locais.
●garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino comum.	●ressignificação da educação escolar, garantindo o sucesso para a aprendizagem de todos.
●fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem.	●buscar adaptações curriculares que atendam às necessidades e expectativas do aluno, assegurando uma educação de qualidade para todos.
●assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.	●provisão de recursos de todas as instâncias governamentais e de iniciativa privada, a fim de garantir o sucesso e a permanência de todos na escola.
●adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade.	●o rompimento de barreiras arquitetônicas e principalmente atitudinais.

● formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado.	● formação continuada para o professor, com previsão e provisão de recursos necessários a sua capacitação.
● implantação de salas de recursos multifuncionais. As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.	● garantia de um projeto pedagógico que possibilite resgatar a cidadania e o direito do aluno, possibilitando a construção de seu projeto de vida.
	● capacitar à escola para atender a todos os alunos.
	● garantia de apoios e serviços.

Quadro 1 - Aproximações e convergências da educação especial e educação inclusiva, com base em Noronha e Pinto (2011)

Fonte: www.catolicaonline.com.br/.../Educação%20ESPECIAL%20E%20E

Muitas foram as discussões a partir de textos como este e ideias emergentes socializadas no grupo, consideradas proveitosas e produtivas envolvendo a participação de todos que nem perceberam a manhã passar, conforme a fala unânime dos participantes e registradas nas avaliações finais do encontro²⁵.

As avaliações desse primeiro encontro foram bastante satisfatórias e motivadoras. De maneira geral, os professores gostaram, consideraram produtivos e demonstraram esperança em relação à educação especial e grandes expectativas em relação aos próximos encontros. As demais oficinas seguiram a mesma dinâmica de trabalho dessa primeira oficina e todas responderam às expectativas dos participantes, cito o exemplo de uma das avaliações finais em que uma das professoras escreveu: “cada encontro vem superando, está cada vez melhor”.

4.2 A segunda oficina: A realidade dos educandos e o inacabamento freireano: “Ser histórico; ser mais”

As discussões foram avançando trazendo para o debate “sujeitos da escola especial e sujeitos da escola comum”. Na oportunidade os professores manifestaram em suas falas que a escola deve ser um lugar para todos, que todos têm o direito garantido por lei de estudar, de se socializar, de aprender de acordo com seu ritmo, de ter um ensino de qualidade.

Logo se formaram dois grupos para discutir quem são os sujeitos da escola especial e quem são os sujeitos da escola comum. Fazendo a leitura de um texto “a pessoa com deficiência de acordo com a legislação”. Depois, cada grupo construiu seus conceitos expondo no papelógrafo e socializando.

²⁵ Oficina e encontro são sinônimos nesse trabalho, terminologias utilizadas para fazer referência à intervenção.



Foto 7 - Oficina 2 - Construção de conceitos/Grupo 1
Fonte: Fotos feitas pela autora



Foto 8 - Oficina 2 - Construção de conceitos/Grupo 2
Fonte: Fotos feitas pela autora

Na socialização, os participantes (dos dois grupos) expressaram que, acima de qualquer conceito referente aos sujeitos de escola comum ou de escola especial, são seres humanos, são pessoas portadoras de direitos.

O grupo 1 conceituou através de palavras intitulando o papelógrafo de “abrindo caminhos”: sujeitos da educação especial são as pessoas diagnosticados com deficiência e para realização desse trabalho é preciso cooperativismo, oportunidade, família, semear, romper fronteiras, superar limites. Para o grupo, faz-se necessária a permanente renovação para as duas escolas (comum e especial), que ainda hoje existe desinformação e má fé por parte das autoridades competentes (governo), considerando que é fundamental “dar as mãos”,

pois temos um longo caminho e que está na hora de mudar em busca de uma efetiva inclusão escolar e, só conseguiremos unidos. O grupo entende que escola especial é um dos caminhos primordiais para a inclusão escolar.



Foto 9 - Oficina 2 - Apresentação do Grupo1/ socialização
Fonte: Fotos feitas pela autora

A partir dos estudos da legislação, o grupo 2 formulou sua conceituação: “De acordo com a lei todos tem o direito de frequentar a rede comum, independente da sua deficiência ou limitação”, porém isso não acontece na prática, no dia a dia. A decisão de qual escola (comum ou especial) fica sob a responsabilidade da família, que nem sempre aceita a deficiência. O preconceito muitas vezes inicia em casa, quando a família apresenta resistência em encaminhar o filho para frequentar escola especial (estigma APAE).

Para o grupo, nem todos têm condições de estar incluídos numa escola comum. Há casos conforme a especificidade, grau de deficiência, principalmente a deficiência intelectual, além da situação sócio-familiar (além da deficiência vive em situação de vulnerabilidade) não apresentam condições, por um determinado momento, de estarem incluídos na escolarização comum. Esse grupo ainda acrescentou que “os sujeitos da escola comum são os alunos comuns e os alunos que apresentam algum atraso leve em alguma das áreas do desenvolvimento ou que possuem algum tipo de deficiência física (motora, auditiva ou

visual), mas que a deficiência intelectual é mais delicada, para esse tipo de deficiência tem que analisar muito bem cada caso”.



Foto 10 - Oficina 2 - Apresentação do Grupo 2/ socialização
Fonte: Fotos feitas pela autora

Na tentativa de definir quem são as pessoas com deficiência discutimos conceitos e definições da terminologia deficiência, mais especificamente, deficiência intelectual e/ou múltipla conforme a legislação.

O primeiro parágrafo do artigo quinto do Decreto nº 5.296 de 02/12/2004 define a pessoa com deficiência aquela que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias: a) deficiência física, b) deficiência auditiva, c) deficiência visual, d) deficiência mental, e) deficiência múltipla.

d) deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

1. comunicação;
2. cuidado pessoal;
3. habilidades sociais;
4. utilização dos recursos da comunidade;
5. saúde e segurança;
6. habilidades acadêmicas;
7. lazer; e
8. trabalho;

e) deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências; (BRASIL, Decreto 5296/2004).

O Decreto nº 3.956 de 08/10/2001 define a pessoa com deficiência o indivíduo que apresenta “uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”.

O conceito proposto pela Associação Americana de Deficiência Intelectual e de Desenvolvimento (APAE/SP) define como uma “limitação significativa tanto no funcionamento intelectual como no comportamento adaptativo que se expressa em habilidades conceituais, sociais e práticas. A deficiência origina-se antes dos 18 anos”.

A deficiência intelectual caracteriza-se por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual como na conduta adaptativa, na forma expressa em habilidades práticas, sociais e intelectuais e a deficiência múltipla consiste na associação de duas ou mais deficiências (FENAPAES).

Para entender o significado de deficiência múltipla o conceito mais simples e objetivo dessa deficiência é a associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (intelectual, mental, visual, auditiva, física), com comprometimento que acarretam consequências no seu desenvolvimento global e na sua capacidade adaptativa (BRASIL, 2008).

Promover a acessibilidade para a inclusão escolar das pessoas com deficiência motora (visual, auditiva, física) parece ser razoável e possível, mas a inclusão escolar das pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla ainda nos parece uma utopia, pois defendemos que a escola especial e a escola comum precisam se articular melhor para qualificar o processo de aprendizagem das pessoas com deficiência. Sendo necessário estudar com mais profundidade a legislação que ampara a educação especial, promovendo esclarecimento aos envolvidos nesse processo (famílias, professores, equipes diretivas), considerando que:

A educação escolar de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais e que requeiram atenção individualizada nas atividades de vida autônoma e social, bem como ajudas e apoios intensos e contínuos e flexibilizações e adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não tenha conseguido prover - pode efetivar-se em escolas especiais [...] (BRASIL, 2001, p. 54).

E também tendo em vista que:

O processo de inclusão e as dificuldades enfrentadas pelo sistema educacional brasileiro tem construído um grande acervo, mas ainda são poucas as pesquisas, experiências e práticas educacionais, validadas cientificamente, que mostrem como fazer para incluir no cotidiano de uma classe regular alunos que apresentem diferentes tipos de necessidades educacionais especiais (GLAT; FERNANDES, 2005, p. 39).

Com base nas definições de pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla e de escola especial, somadas às discussões durante esse encontro, os participantes entendem que a escola especial pode ser o primeiro passo para a inclusão escolar em escolas de ensino comum.

Destaco a escrita de três professores (as) nessa segunda oficina onde escreveram que há uma distância entre a legislação e sua operacionalização, a percepção que têm do professor de escola comum, a consciência de aluno como ser humano e a busca por apoio em outros órgãos, apontando sugestões para qualificar o trabalho da educação especial e inclusiva.

O encontro além de produtivo, nos fez refletir sobre nossa prática. Também discutimos sobre questões relevantes, dúvidas, medos... sobre o papel do professor da rede regular de ensino, um professor despreparado, sem apoio pedagógico, sem material didático.

Essas reflexões nos levam a perceber que as leis não se cruzam com a prática (Professor(a) na 2ª oficina).

Com certeza o encontro foi bem positivo, no sentido de novos esclarecimentos e reforçar o interesse que cada um de nós tem em buscar melhores condições para o nosso aluno “ser humano”.

Não sou suficientemente esclarecida, mas acho que através destes encontros poderíamos buscar auxílio com outros órgãos representativos como conselho tutelar, promotoria e buscar possibilidades reais e não ideológicas para juntos buscar o bem comum para o nosso aluno (Professor(a) na 2ª oficina).

A possibilidade de parar, refletir e discutir sobre a educação especial e educação inclusiva usando Paulo Freire como ferramenta de apoio foi sensacional. Outro fator significativo foi a leitura da legislação e suas possíveis “deficiências”... Sugestão: Ampliar essa oficina na rede comum de ensino para que os mesmos participem das nossas ideias e experiências para que haja alguma mudança nas práticas de ensino (Professor(a) na 2ª oficina).

A partir dessas reflexões e debates começaram a surgir as primeiras sugestões para fortalecer o trabalho da escola especial e qualificar o processo das aprendizagens das pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla.

4.3 A terceira oficina: A legislação e o empoderamento: “Luta”

Nesse encontro discutimos a legislação (CF, LDB, PNE, Lei Orgânica Municipal/educação especial; pessoas com deficiência) e o empoderamento – *a luta*.

Em duplas, os participantes das oficinas refletiram questões referentes às leis que tratam da educação especial para posterior socialização, tais como: se conhecem, quais conhecem, se consideram importante, se é para todos, quem são os todos, quais efeitos podem ocasionar o não cumprimento da lei ou o mal cumprimento da lei, o que consideram atendimento educacional de qualidade, quem promove, se consideram importante aprofundar estudos relacionados as legislações voltadas para educação especial.

Os participantes, de maneira geral, já ouviram falar de algumas leis, têm certo conhecimento, mas não demonstraram apropriação profunda em nenhuma delas. A mais desconhecida e temida foi em relação ao projeto de lei – PNE, metas 4 e 20 que até então não tinha sido aprovado, causando receio e angústia aos professores da educação especial. A maioria não tinha lido a Lei Orgânica Municipal, capítulo da educação.

Em seguida, formamos dois grupos para leitura de textos, socialização e confecção de um papelógrafo como fechamento do encontro.



Foto 11 - Oficina 3 - Grupo 1
Fonte: Fotos feitas pela autora

O Grupo 1 reuniu-se para ler e discutir o Projeto de Lei do PNE com ênfase nas metas 4 e 20 fazendo a leitura do texto e socializando as seguintes reflexões:

Achamos o texto esclarecedor uma vez que discutimos e refletimos sobre a meta 4 e a meta 20. A meta 4 trata do atendimento escolar para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na faixa etária dos 4 aos 17 anos de idade, preferencialmente (grande polêmica), na rede regular de ensino. A meta 20 trata do financiamento da educação para o próximo decênio (PIB – produto interno bruto). As reflexões têm ampliado conhecimentos e nos proporcionado novas “perspectivas” na educação. “Talvez” se conseguíssemos junto ao executivo propor que fossem oferecidos aos docentes (redes públicas) oficinas de aperfeiçoamento para que todos tenham o mínimo de conhecimentos sobre a educação especial e inclusiva e, além disso, discutir sobre metodologias e suportes de trabalho (Profª Flor, 3ª oficina).

A cada oficina percebo a importância de discutir sobre os temas em questão. Particularmente hoje me tocou mais, pois, falamos de oprimidos e também do empoderamento, que nos faz pensar que podemos e temos força para transformar o mundo em um lugar melhor (Profº Lúcio, 3ª oficina).

Na ocasião, foi disponibilizado aos Grupos 1 e 2 a Lei Orgânica do Município para fazerem suas apreciações críticas referentes ao capítulo que trata da educação, bem como, de maneira superficial, tiveram acesso a algumas partes dos textos da CF, LDB e ECA em relação ao atendimento escolar para pessoas com deficiência.

Os participantes perceberam que todas as leis da educação especial e inclusiva referem-se ao atendimento educacional, preferencialmente, na rede regular de ensino. Observaram também que, a única tentativa de mudança aconteceu pela primeira vez no PNE, mas que por força do movimento da sociedade civil organizada, *luta*, muito em particular, do movimento *apaeno* e do Instituto Pestalozzi, foi reescrito e incluído novamente no texto da meta 4 a palavra “preferencialmente”. Nesse período o PNE aguardava aprovação no Congresso Nacional.

Em relação à Lei Orgânica Municipal, chamou à atenção dos participantes a falta de referência à educação especial. A lei pareceu, ao grupo, muito abrangente e vaga, inclusive, com terminologias ultrapassadas, por exemplo, sem referenciar a aprovação automática garantida pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (adotado pelo município), expressando ainda no texto a reprovação na 1ª e 2ª série (além da reprovação, ainda utiliza o termo série).



Foto 12 - Oficina 13 - Grupo 2
Fonte: Fotos feitas pela autora

O Grupo 2 reuniu-se para ler e discutir publicações em jornais, revistas e redes sociais referentes ao PNE, bem como, teve acesso ao texto da moção de apoio dos educadores de Juiz de Fora e região pela meta 4 constitucional, ou seja, a visão do outro lado, movimento inclusivista radical. Cito algumas reflexões socializadas pelo grupo:

Acredito que as discussões proporcionadas pelas oficinas vêm nos motivando e mostra o quanto a união faz a força, que juntos podemos ocasionar mudanças mesmo que estas sejam mínimas. Sugiro convidar as outras APAEs da região registradas como escolas para participarem conosco das próximas oficinas ou fazer algum encontro com elas também, creio que será de grande importância e um momento rico de troca, assim elas também poderão contribuir para construção de sugestão e encaminhamentos, isso irá nos fortalecer (Profª Fofa, 3ª oficina). Foi bastante importante aprofundar os estudos e reflexões legislativas, junto aos colegas encontrar respostas e esclarecer dúvidas e dividir anseios. Assim poderemos

buscar os direitos que nos cabem tanto como profissionais como simpatizantes da causa que lutam pelo atendimento de qualidade das pessoas com deficiência (Profª Lua, 3ª oficina).

Como os outros dois encontros esse também foi muito interessante, vem ajudando a acrescentar bastante no crescimento individual e acredito que no coletivo. Quando se trata de legislação, se remete em linhas gerais aquilo que vivenciamos na realidade, contrapondo algumas vezes aquilo que está na lei para aquilo que está sendo feito ou não está sendo feito. A presença do Professor Lúcio trouxe grande colaboração para este encontro, onde falou sobre Paulo Freire, fundamental ao tratar de educação (Profª Vivi, 3ª oficina).

Durante a socialização alguns momentos foram tensionados, devido aos professores participantes trazerem para o debate casos de alunos que, no entendimento deles, deveriam estar frequentando escola especial. Casos que, por opção da família e/ou por força da lei, hoje estão inseridos em escola comum, sem ainda apresentar condições para essa inclusão escolar.

Nos termos da Constituição Federal (BRASIL, 1988): Art. 205, “a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O Art. 208, diz que “o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: [...] III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Portanto, conforme avaliação e diagnóstico (ou possível diagnóstico) de uma equipe técnica multiprofissional, avaliação para fins de diagnóstico, realizada por uma equipe de profissionais, como dispõe uma APAE, se for entendido que, naquele determinado momento é indicado ao aluno receber apenas atendimento em educação especial em escola especial (educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos) e/ou atendimento clínico com equipe técnica multiprofissional (fisioterapia, fonoaudiologia, psicopedagógico, terapêutico ocupacional), que isso possa ser realizado tranquilamente, garantindo e assegurando o direito da pessoa com deficiência receber o atendimento mais adequado naquele determinado momento de sua vida.

Também foi lembrado e discutido pelos participantes outros aspectos, tais como o número de alunos por turma em escola especial é de no máximo dez, o professor é capacitado (cursos de educação especial), os espaços são adaptados e adequados, materiais e equipamentos disponibilizados, além de contar com o apoio e suporte da equipe técnica multiprofissional.

Entendemos que a educação especial é a precursora da educação inclusiva e, na intervenção, o sentimento dos participantes foi de que se trabalha isoladamente. Escola especial para um lado e educação inclusiva (SMEd e SEDUC) para outro. Ainda,

expressaram, pior do que trabalhar isolado é disputar matrículas, pois “a gente sabe que isso está ocorrendo” diz uma das professoras.

Essa mesma professora socializa que, “quando encaminham um aluno para nós parece que é apenas para conseguir o laudo diagnosticando a deficiência desse aluno, para darmos as 'coisas prontas' para eles, porque esse aluno provavelmente precisa de AEE e com o laudo garantem o dinheiro” (Profª Kiki, 3ª oficina).

Outra professora expressa que têm alunos que não poderiam estar incluídos na rede comum porque “lá não tem professor capacitado, a sala de AEE não funciona direito e ainda esse aluno deixou de receber atendimento de fisio e fono” (Profª Amiga, 3ª oficina). Essa professora acrescenta que “nesse processo inclusivo escolar (rede comum) vem acontecendo qualquer tipo de absurdo nas escolas, algumas vezes chega a ser uma agressão e até um desrespeito com o aluno”. E, indignada a Profª Kiki reforça que, “as escolas encaminham para a gente avaliar para poderem colocar o aluno deles no AEE e receber o recurso” (Profª Amiga, 3ª oficina).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/96 com a Lei nº 12.796, (de 04/04/13) expressa em seu Art.58, que se entende por educação especial, para os efeitos da Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. E, no § 2º diz que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

A Lei n.º 8.069 (Art.53) também prevê: [...] III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Por isso, o atendimento às pessoas com deficiência, deverá ser feito preferencialmente na rede comum de ensino. Porém, nenhuma lei expressa que o atendimento deverá ser feito obrigatoriamente ou exclusivamente na rede comum de ensino.

As discussões no encontro com as professoras também coincidiram para a ideia de que se deva assegurar o atendimento adequado às pessoas com deficiência, conforme resultados de uma avaliação realizada por equipe técnica multiprofissional. O atendimento competentemente especializado, feito por profissionais com a devida formação para especificidades necessárias à pessoa com deficiência deveria ser respeitado; de modo a que, a partir de diagnóstico clínico e didático-pedagógico, possibilite desenvolver ações com apoio interdisciplinar, destacando algo considerado ser o mais apropriado ou mais qualificado. Este

é um dos pontos que merece atenção, estudo, debates e diálogo e foi mencionado pelos participantes dos grupos.

Como vimos ao estudar a legislação nesta 3ª oficina, o acesso e a permanência são para todos em escolas públicas e, em casos de deficiência, “preferencialmente”, em escolas de ensino comum. Mas o previsto em lei pode ficar só no papel quando a legislação for mal interpretada. O direito de receber atendimento adequado e, por vezes, a vontade dos pais de verem seus filhos incluídos em escola comum pode acabar redundando numa “exclusão” dentro da “inclusão”. Tornando essa experiência frustrante e com agravante de aumentar cada vez mais um “pré – conceito”.

No final do encontro, os participantes leram um texto sobre “Mobilizações Populares e Direitos Humanos” e todos juntos construíram o papelógrafo, representado na foto 13, a seguir:

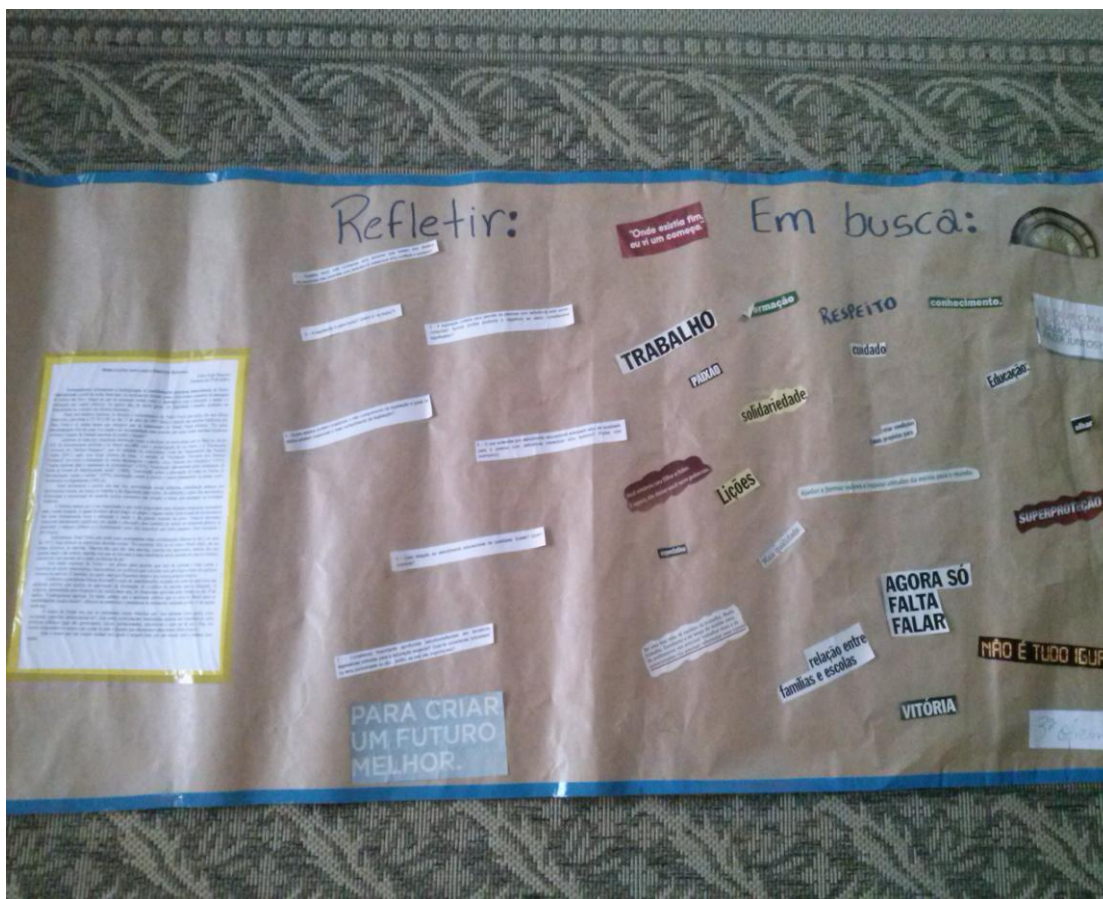


Foto 13 - Oficina 3 - Construção do papelógrafo
Fonte: Fotos feitas pela autora

O papelógrafo acima está dividido em três partes: a) texto - primeiramente consideraram importante utilizar o texto “Mobilizações Populares e Direitos Humanos”; b) refletir – questões discutidas no início do encontro e c) em busca - o que buscamos, aí foram

várias palavras ou frases extraídas de revistas que expressaram muito bem o que esse encontro significou.

Com música e num clima bastante agradável encaminhamos o próximo encontro.

4.4 A quarta oficina: Diretrizes para educação especial e educação para a esperança:

“Reflexão sobre a práxis”

O quarto encontro teve como proposta discutir as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para educação especial e educação para a esperança - *“Reflexão sobre a práxis”*.

A reflexão e o diálogo têm sido a base primordial da intervenção. Na oportunidade, primeiramente os participantes, de forma individual, responderam por escrito as seguintes perguntas:

- 1) Porque conhecer e seguir as DCN para educação especial?
- 2) O que são e para que servem as DCN – educação especial?
- 3) Tens como exercício a reflexão da práxis? Por quê? Consideras importante?

Após responder individualmente, formaram duplas para trocar ideias e em seguida socializaram.

Os participantes expressaram que consideram importante conhecer e seguir as DCN, porque elas são as “diretrizes”, norte, caminho a ser seguido, orientação, com base na lei para a educação especial e inclusiva. Uma das professoras expressou que:

As Diretrizes são muito importantes, pois nelas encontramos alguns aspectos essenciais quando se pensa em qualidade e no sucesso da educação inclusiva, tais como: adaptação curricular, do ambiente e formação dos profissionais que a escola deve ter para o atendimento de alunos com deficiência (Profª Lua, 4ª oficina).

Ao discutir o que são e para que servem as DCN – educação especial, os participantes disseram que são documentos que dão embasamento legal, orientando o desenvolvimento das ações pedagógicas (planejamento curricular, proposta pedagógica, plano de ensino) nas escolas e instituições de ensino. E, ao trazer para o debate o exercício de refletir sobre sua práxis, os participantes disseram que consideram importante, alguns tentam fazer e, entendem que é a relação da prática com a teoria, que uma complementa a outra e ambas são essenciais (teoria e prática). Uma professora afirmou:

Sou obrigada a confessar que costumo refletir e buscar a teoria apenas quando estou com dificuldade ou alguma dúvida que me inquieta. Sei que é de suma importância a reflexão diária e o embasamento teórico do início ao fim da prática de sala de aula. Ficará como meta a ser alcançada (Profª Lua, 4ª oficina).

Foram momentos de trocas de experiências pessoais e profissionais que foram temporariamente interrompidos para dividir a turma em dois grupos.



Foto 14- Participantes da Oficina 4
Fonte: Fotos feitas pela autora

O grupo 1 leu e discutiu a Resolução nº 4 de 13/10/2010 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o grupo 2 leu e discutiu a Resolução nº 7 de 14/12/2010 que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Após compartilharam as informações e reflexões, onde expressaram as seguintes ideias:

Penso que não só nesta oficina, mas nas outras também fez com que compreendêssemos que a educação especial é uma modalidade que dialoga e compartilha dos mesmos princípios da educação geral. Em todos os momentos fomos provocados e convidados a buscar um novo olhar que inspire a educação na e para a diversidade e ter Paulo Freire como base fez com que essa ideia se fortalecesse ainda mais (pluralidade humana). No percurso dialogamos, confrontamos ideias e valores e com certeza avançamos um pouco mais em direção aos nossos objetivos como educadores (Profª Amiga, 4ª oficina).

Com os estudos podemos constatar que infelizmente muitas escolas não seguem as diretrizes. Nos relatos observamos que em alguns casos ocorre a equivocada interpretação das leis. Essas discussões são de extrema importância para que nós educadores possamos refletir sobre nossas angústias e aflições em busca de respostas, mas acho que estamos ficando cada vez mais inquietados (Profª Fofa, 4ª oficina).

Os participantes consideraram válido trazer para o debate as questões referentes à DCN para a educação especial e fazer uma reflexão sobre sua prática, o compromisso de cada um e de todos enquanto educadores. Inclusive, no final solicitaram para em outra oportunidade rever com mais profundidade as diretrizes da escola especial (APAE).

Finalizando a quarta oficina e encaminhando o último encontro foi perguntado aos participantes como podemos contribuir com a educação especial e inclusiva em nossa escola e no município, abaixo cito algumas das falas:

Embora a educação inclusiva se apresente como origem direta da educação especial, em nossa realidade municipal definindo em linhas gerais, está visivelmente demonstrada que essa caminhada é isolada. Penso que uma das estratégias para aproximar as duas “linhas” (que na verdade é uma só) seria proporcionar encontros de todos os profissionais envolvidos com a temática e depois, abrindo espaço para os demais educadores (não só dessa área, mas todos). Não há como promover o bem maior se os assuntos discutidos ficarem apenas com um dos segmentos e sua realidade (Profª Fofa, 4ª oficina).

Acredito que devemos continuar solicitando maior apoio da prefeitura e da SME. Acho importante criar um documento solicitando reconhecimento pelo trabalho efetuado e que os professores tenham o direito de participar dos cursos de qualificação municipal. Continuar insistindo em uma parceria entre o município e a escola (Profª Lua, 4ª oficina).

Em suma, os participantes disseram que consideram válido traçar algumas estratégias para fortalecer e qualificar o processo educacional especial e inclusivo, tais como: ampliar os estudos debatendo mais com o próprio grupo, estendendo também a abrangência para discutir com as escolas municipais, estaduais e UNIPAMPA; ampliar e continuar os estudos seguidos de orientação para pais e, divulgar e ampliar os estudos não somente na comunidade jaguareense, mas também na região junto as escolas das APAEs regularizadas e Federação Estadual das APAEs.

Como finaliza uma das participantes “acredito que esse espaço de estudo que foi construído aqui, deverá ser multiplicado em outros locais para ampliar as discussões acerca do tema” (Profª Amiga, 4ª oficina). Essa ideia vem ao encontro da proposta da linha de pesquisa - LP1 do Curso de Mestrado Profissional em Educação que busca qualificar a Gestão das Práticas Docentes.

Como a intervenção foi a realização de um curso de extensão universitária de 20h, o compromisso e o desafio daqui para frente é de darmos continuidade aos resultados alcançados na intervenção. Esse deve ser apenas o começo de uma longa caminhada. Refletir e dialogar com a temática formação permanente para docentes deve ser compromisso dos professores e da escola.

Libâneo (2003) afirma que a formação continuada é uma das funções da organização escolar, envolvendo tanto o setor pedagógico como o técnico e administrativo. Ainda explica que, de modo especial para o professor, a formação continuada é condição para a aprendizagem permanente além do desenvolvimento pessoal, cultural e profissional. E afirma que é na escola, no contexto de trabalho, que os professores enfrentam e resolvem problemas, elaboram e modificam procedimentos, criam e recriam estratégias de trabalho e, com isso, vão promovendo mudanças pessoais e profissionais. Concordo com o autor que também conceitua a formação continuada como prolongamento da formação inicial visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho, definindo assim:

Uma formação permanente, que se prolonga por toda a vida, torna-se crucial numa profissão que lida com saberes e com a formação humana, numa época em que se renovam os currículos, introduzem-se novas tecnologias, modificam-se os comportamentos da infância e da juventude, acentuam-se os problemas sociais e econômicos (LIBÂNEO, 2003, p.189).

Nesta linha de pensamento, Tardif (2000) considera que tanto relativamente às teorias quanto às práticas e as consequências destas, os conhecimentos profissionais são evolutivos e progressivos e justificam uma formação contínua e continuada. Recomenda que esta formação ocorra após seus estudos universitários iniciais, por iniciativa própria ou promovida por diferentes meios. E explica: “Desse ponto de vista, a formação profissional ocupa, em princípio uma boa parte da carreira e os conhecimentos profissionais partilham com os conhecimentos científicos e técnicos a propriedade de serem revisáveis, criticáveis e passíveis de aperfeiçoamento” (TARDIF, 2000, p. 7).

É em relação a essas novas e difíceis condições de exercício da profissão que a formação continuada pode possibilitar práticas reflexivas, ajudando os professores a tomarem consciência delas, compreendendo-as e elaborando formas de enfrentá-las (LIBÂNEO, 2003. p.190).

A prática reflexiva (ZEICHNER, 2008) faz diferença não só para o professor, mas para todo ambiente escolar, mais especificamente, para o aluno que é o maior beneficiado. Ainda mais quando se trata de educação especial por ser um tema que traz divergentes opiniões. Perrenoud considera que “a reflexão possibilita transformar o mal estar, a revolta, o desânimo, em problemas, os quais podem ser diagnosticados, explicados e até resolvidos com mais consciência, com mais método” (PERRENOUD *apud* LIBÂNEO, 2003. p.190).

No planejamento das ações da escola especial/APAE deve constar a formação docente. Tendo em vista que, de acordo com o que os participantes propuseram, a continuidade dessa

formação deverá estar prevista nos próximos calendários escolares da Escola Especial José Luiz Piúma.

A formação continuada consiste de ações de formação dentro da jornada de trabalho (ajuda a professores iniciantes, participação no projeto pedagógico da escola, entrevistas e reuniões de orientação pedagógica-didática, grupos de estudo, seminários, reuniões de trabalho para discutir a prática com colegas, pesquisas, mini-cursos de atualização, estudos de caso, conselhos de classe, programas de educação à distância etc.) e fora da jornada de trabalho (congressos, cursos, encontros e palestras). Ela se faz por meio do estudo, da reflexão, da discussão e da confrontação das experiências dos professores (LIBÂNEO, 2003. p. 191).

Libâneo (2003) menciona cursos de pequena duração como propostos dentro da jornada de trabalho, dessa forma realizamos a intervenção e assim pretendemos planejar a sua continuidade a partir do próximo ano letivo (2015). O mesmo autor afirma que, a formação continuada é de responsabilidade da instituição, mas também do próprio professor, porque o compromisso com a profissão requer que ele tome para si a responsabilidade com a própria formação.

Os estudos para formação docente com o objetivo de qualificar o processo de gestão educacional na Escola Especial José Luiz Piúma das pessoas com deficiência aproximou-se do que Zeichner (2008) discute em suas pesquisas e estudos referentes à prática reflexiva:

A formação docente reflexiva, que realmente fomenta o desenvolvimento profissional, deveria somente ser apoiada, em minha opinião, se ela estiver conectada a lutas mais amplas por justiça social e contribuir para a diminuição das lacunas na qualidade da educação disponível para estudantes de diferentes perfis, em todos os países do mundo (ZEICHNER, 2008. p. 545).

Da mesma forma, Zeichner (2008) menciona que, ao refletirem sobre o que fazem os professores necessariamente serão melhores profissionais. E que ainda hoje, o discurso sobre a reflexão falha por deixar de incorporar o tipo de análise social e política tão necessária para que se possa compreender e desafiar as estruturas que impedem à melhoria na qualidade da educação e o crescimento profissional do educador, conseqüentemente, a formação de educandos cidadãos.

A prática reflexiva é importante no cotidiano dos educadores, mas não deve ser lembrada ou praticada apenas em ocasiões específicas como nas formações docentes, através de cursos, seminários, congressos e sim ser incorporada numa prática diária, como se fossem inerentes às atividades docentes. Porém, apenas a prática reflexiva não soluciona as questões da docência, muito menos das problemáticas do sistema educacional. Apesar de importante é preciso ir além, pesquisar e estudar na teoria subsídios que sustentem a prática, fazer uma

relação séria e comprometida entre teoria e prática. Buscar respostas que provocam às inquietações. Nesse caso, várias foram e ainda são as inquietações acerca da intervenção que instigou não só a refletir, pesquisar, estudar, intervir em questões diretas da docência e da formação docente, como também da situação social e política que vivemos no contexto da educação especial e inclusiva.

Demo (2008) afirma que é preciso consertar o avião em pleno voo. Diz-se isso referente ao desafio da formação permanente do professor que já se encontra em serviço. Fazendo um alerta que o grande desafio é provocar mudanças profundas na aprendizagem do professor de tal sorte que reflita no aluno, propondo pensar em cursos mais longos ou intensivos, bem como, estudos sistemáticos fundados em pesquisa e elaboração própria sobre inteira responsabilidade do próprio professor como exercício da sua profissão. Reforça a perspectiva de o professor chamar para si a responsabilidade da formação permanente, continuada.

Inclusive, Gonçalves e Caetano (2012, p.97) expressam que, se olharmos de modo positivo, as instituições especializadas podem trazer ricas contribuições na medida em que incentivam a formação de professores da escola comum.

Com música, em clima muito agradável, repleto de boas ideias, todos apontando sugestões fomos encaminhando o último encontro.

4.5 A quinta oficina: Educação e mudança social: “Libertação”

Como esse foi nosso último encontro, fizemos uma retrospectiva dos encontros anteriores, fazendo algumas reflexões e resgates de dúvidas perseguidas, retomando os estudos e discussões de algumas leis (Lei Orgânica Municipal), enfatizando a Lei nº 13.005 de 25/06/2004 que aprovou o PNE. O PNE e a situação das APAEs - Educação e Mudança Social - “*Libertação*”, foi a proposta dessa oficina.

Formaram-se dois grupos para fazer as discussões acima citadas, mais especificamente a (re)leitura do PNE para posterior socialização das ideias.

Logo, os participantes foram provocados a fazer uma carta dirigida à presidente da APAE simbolizando a conclusão da intervenção, momento considerado significativo, no qual passo a descrever:

- 1- Entregar cópia do trabalho final do curso de mestrado - Relatório Crítico Reflexivo, na Federação Estadual das APAEs, fortalecendo as escolas das APAEs.

- 2- Dar continuidade aos estudos, discussões, reflexões, principalmente, sobre as leis com a participação da Federação Estadual das APAEs (assessoria jurídica e pedagógica).
- 3- Divulgar o trabalho na comunidade buscando parceria com educadores comprometidos com a educação especial.
- 4- Concretizar a divulgação e continuidade dos trabalhos da APAE como escola na Semana Nacional da pessoa com Deficiência, (como por exemplo, abrir para as escolas comuns as oficinas).
- 5- Encaminhar para a mantenedora (APAE) avaliar e analisar as possibilidades de garantir na Lei Orgânica Municipal o repasse de verbas específicas para educação especial (APAE) para respaldar o trabalho realizado.
- 6- Viabilizar junto à mantenedora (APAE) a possibilidade de criação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência em Jaguarão/RS.
(Participantes 5ª oficina).

Num clima descontraído e festivo por ser o encerramento de uma etapa nova que ora inicia, os participantes estavam agitados, eufóricos e cheio de novidades e sugestões. Enfim, as conclusões iniciais para encaminhar os próximos passos realmente foram as acima citadas, as quais foram entregues nas mãos da presidente numa oportunidade posterior, em uma reunião pedagógica.

Para encerrar fizemos um acróstico das emoções, sentimentos e perspectivas da educação especial e inclusiva, conforme exposto na foto a seguir:

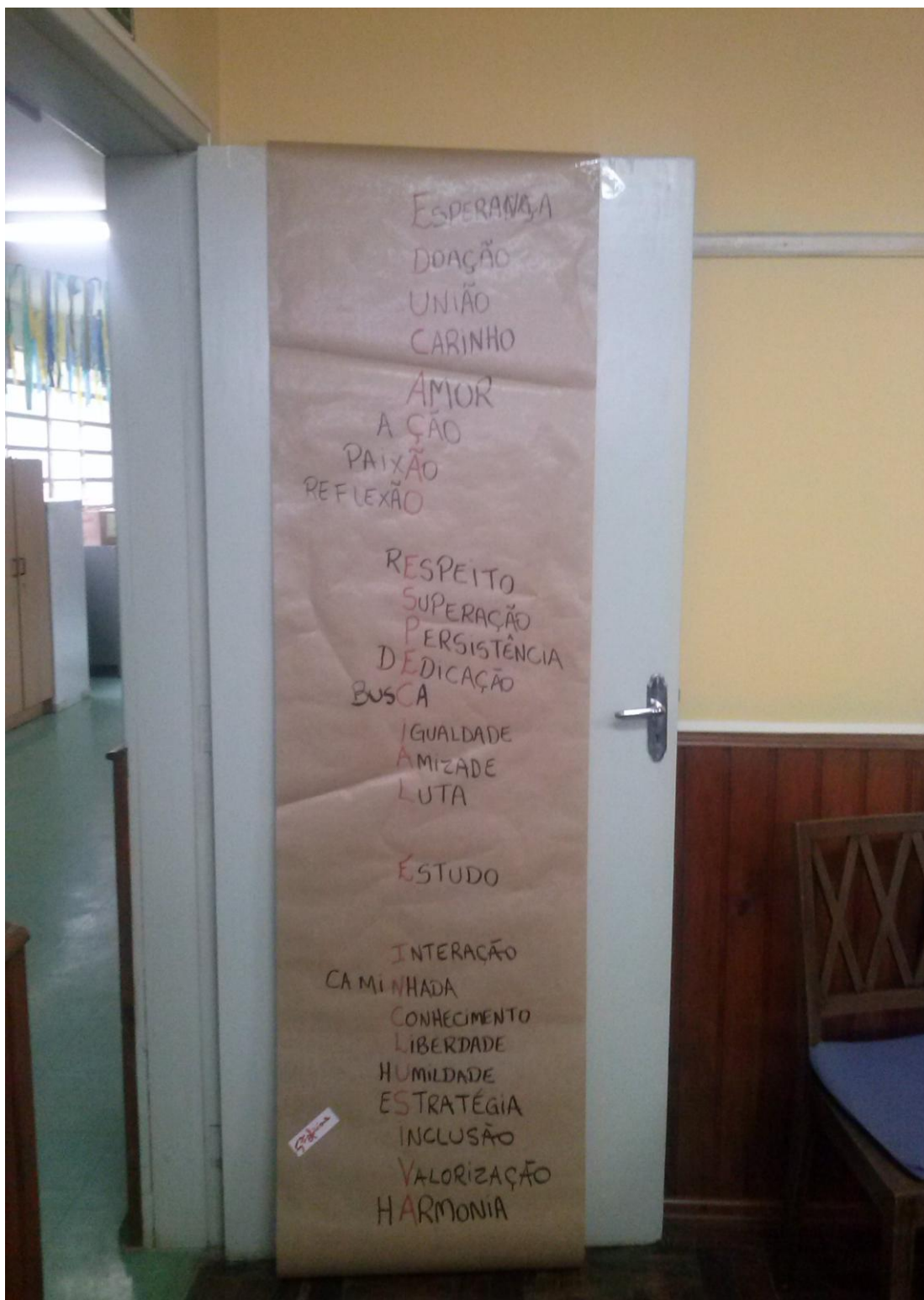


Foto 15 - Oficina 5 - Construção do acróstico/papelógrafo
Fonte: Fotos feitas pela autora

A dinâmica proposta para confecção do acróstico foi de cada participante dizer uma palavra que definisse o que representou a intervenção através de sentimentos e emoções pessoais ou perspectivas profissionais, conforme falasse a palavra tinha que dar uma breve

justificativa. Essa atividade foi uma experiência bastante rica, integradora e de entrega dos participantes que se abriram de coração para o desafio construído durante a intervenção.

5. ACHADOS 2: MUDANÇAS OBSERVADAS NOS SUJEITOS

O curso de extensão universitária, no formato de oficinas na perspectiva freireana, atingiu seu objetivo geral: qualificar o processo de gestão educacional na Escola Especial José Luiz Piúma das pessoas com deficiência em Jaguarão/RS, através da formação docente, bem como seus objetivos específicos: - acompanhar o processo da organização do PNE, através de leitura e análise das proposições legais e a repercussão junto a órgãos específicos e setores interessados no tema; - realizar estudos sobre a educação especial, com leituras, discussões e trabalhos individuais e grupais, proporcionados pelas oficinas do projeto; - dialogar com educadores comprometidos com a educação especial e educação inclusiva, a partir de encontros de formação permanente na Escola Especial José Luiz Piúma e em eventos extraescolares, na Universidade ou em outros âmbitos acadêmicos.

As ações para oportunizar encontros para discutir e favorecer a formação permanente no local de trabalho, reivindicadas pelos professores da Escola Especial José Luiz Piúma/APAE, se efetivaram. A intervenção proporcionou o espaço para conversar, refletir e compartilhar inquietações, construindo conhecimento a partir da experiência profissional de cada um, em busca de subsídios para fundamentar teoricamente a prática docente.

O processo dialógico sustentado por Paulo Freire, utilizado na intervenção, garantiu de fato que todos participantes se envolvessem, participassem tendo "voz e vez" para se expressarem, discutirem e apontarem suas sugestões para qualificar o processo educacional das pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla na escola e também no processo inclusivo no município de Jaguarão.

É oportuno destacar a importância do processo dialógico, que se inicia nesta atividade de intervenção e pesquisa, tendo a perspectiva de continuidade almejada e manifestada pelos participantes dos encontros. Embora rico, não me permito considerar que o processo dialógico constituído, se caracterize como um processo dialético, tal como um método de pensamento preconizado por, entre outros, Sócrates, Platão, Aristóteles, Hegel, Marx, o qual busca defender ideias com uma forte argumentação, evidenciando as contradições, fazendo emergir novas ideias que prevalecerão. A abrangência deste trabalho, no que se refere ao aprofundamento teórico acerca das concepções teóricas e seus princípios, não tiveram este enfoque, concentraram-se na construção do espaço de reunião de esforços, saberes, trocas, leituras e estudos, enfim, diálogo, debates na socialização de conhecimentos e convergência de ideias acerca da educação especial, no que tange à legislação específica e às práticas pedagógicas já desenvolvidas e a serem desenvolvidas.

O cronograma inicial foi desenvolvido atendendo as etapas e atividades nos prazos estabelecidos:

- ao longo do projeto foram feitas revisão bibliográfica e estudo da legislação pertinente constantes;
- foram construídos, revisados e aplicados instrumentos para coleta de informações acerca do desenvolvimento do trabalho e da receptividade pelos participantes;
- foram realizadas visitas, reuniões, observações, entrevistas que forneceram elementos para justificar, alicerçar e planejar cada etapa do projeto;
- foi elaborado e acompanhado o projeto na sua execução e avaliação;
- foi feita contínua análise do material coletado, assim como dos documentos elaborados;
- foi submetido o projeto ao Exame de Qualificação a uma banca constituída pelo PPGEdu da UNIPAMPA;
- foram reunidos elementos a partir de observações das conversas entre os professores, entrevistas, trocas de experiências, problematizações, construção de conhecimento, busca de aperfeiçoamento da qualidade educacional, provocando mudanças com uma fundamentação teórica que explicasse práticas pedagógicas desenvolvidas, estimulando a busca e/ou a criação de novos procedimentos que possibilitasse colaborar para o aperfeiçoamento do processo educacional das pessoas com deficiência que permitiram a elaboração do Relatório Final o qual foi exposto e debatido em uma banca de avaliação de Defesa do Relatório do projeto de Intervenção.

Desta forma, o projeto de intervenção, construído junto aos professores, com base em pressupostos teóricos de Freire, que teve como eixo a legislação que dá base a práticas de educação especial no Brasil, visou aprimorar a formação permanente de docentes no local de trabalho, favorecendo a criação e manutenção de um espaço para:

1. Diálogo com os professores, fazendo emergir e socializar suas principais inquietações referentes à práxis de cada um e de todos;
2. Troca de experiências docentes;
3. Problematizações feitas e debatidas pelos professores;
4. Construção de conhecimentos docentes ao longo da intervenção;
5. Busca de aperfeiçoamento da qualidade educacional provocando mudanças na articulação de fundamentação teórica e práticas pedagógicas.

Seguem algumas percepções, conteúdos, expectativas e atitudes que se manifestaram nos encontros na intervenção ou a partir deles. Portanto, no relato das expressões emergentes

das reuniões com os professores são evidenciados os resultados da intervenção proposta e desenvolvida:

5.1 Diálogo com os professores, fazendo emergir e socializar suas principais inquietações referentes à práxis de cada um e de todos

Ao dialogar, refletir e compartilhar inquietações, construindo conhecimento a partir da experiência profissional de cada um em busca de subsídios para fundamentar teoricamente a prática docente teve início e manutenção, na intervenção, o processo dialógico proposto por Paulo Freire. Ensejou a todos participantes envolvimento, participação, espaço-tempo para se manifestarem, debaterem e sugerirem, unindo-se na busca de aprimoramento da formação pedagógica e do processo educacional das pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla na escola. O processo dialógico foi o ponto forte desse trabalho, desde o início até o final *inacabado*. Desafiando, refletindo, construindo e reconstruindo, motivando, compartilhando e solidarizando conforme preconiza Damiani:

A revisão das investigações acerca do trabalho colaborativo – em suas diferentes formas – assim como o entendimento do processo que o sustenta sugerem que esse tipo de atividade apresenta potencial para auxiliar no enfrentamento dos sérios desafios propostos pela escola atual em nosso país. A literatura indica que o desenvolvimento de atividades de maneira colegiada pode criar um ambiente rico em aprendizagens acadêmicas e sociais tanto para estudantes como para professores, assim como proporcionar a estes um maior grau de satisfação profissional. O trabalho colaborativo possibilita, além disso, o resgate de valores como o compartilhamento e a solidariedade [...] (DAMIANI, 2008, p. 224/225).

As principais inquietações foram referentes à própria intervenção, pois foi proposta, por unanimidade, a continuidade mais aprofundada e ampliada desse espaço de diálogo e de formação permanente. Conforme a carta final dirigida à presidente da APAE, as repercussões estão em andamento:

1. Realizamos a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência (de 21/08 a 28/08) no município de Jaguarão, com intensas atividades, que iniciaram com visitas nas escolas públicas municipais e estaduais, onde os alunos da escola especial tiveram momentos de interação social, nos quais:
 - (a) se apresentaram com os projetos Banda Superação e Invernada Bem Querem;
 - (b) receberam visitas das escolas públicas e particulares na escola especial;
 - (c) expuseram seus trabalhos e fizeram apresentações artísticas integrando os alunos em uma mateada no centro da cidade, no Largo das Bandeiras;

(d) ocasiões em que foram iniciadas conversas referentes à intervenção para possivelmente organizar as oficinas a partir do próximo ano letivo (2015);

2. Promovemos dia 20/10/14, o encontro com as escolas especiais das APAEs do 14º Conselho Regional das APAEs, estiveram presentes os municípios da Arroio Grande, São José do Norte, Rio Grande e Pelotas junto à assessoria pedagógica da Federação Estadual das APAEs. Momento em que fortaleceu o 14º Conselho, pois tivemos uma palestra com a coordenadora pedagógica da Federação Estadual das APAEs e trocas de experiências ímpares. Ficando como meta para as APAEs escolas rever o currículo e qualificar o processo de alfabetização;

3. Buscamos parceria com a UNIPAMPA, através da Professora Ana Cristina Rodrigues (sugerida pelos participantes da intervenção) para aprofundar e qualificar o currículo da escola especial, pois nosso currículo foi construído a partir do currículo da SMEd com adaptações propostas pelo referencial da APAE educadora. Porém, de acordo com os próprios participantes, se nosso objetivo é “qualificar o processo de gestão educacional na Escola Especial José Luiz Piúma das pessoas com deficiência em Jaguarão/RS, através da formação docente” precisamos (re)construir nosso currículo. Essa ideia culminou com o encontro das APAEs (20/10/14): rever o currículo e metodologias apropriadas para alfabetização;

4. A escola especial/APAE participou, de forma maciça, do Fórum da FADERS dia 23/10/14 deixando registradas a necessidade e importância da criação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência em Jaguarão, compromisso firmado com o Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação.

5.2 A troca de experiências docentes

As atividades de trocas de experiências promovidas nos encontros com os professores permitiram esclarecer acerca de suas concepções sobre legislação, currículo, ensinar e aprender na educação especial. Foram valorizados os momentos de aprendizagem na comunicação com o outro. Nesta comunicação, o sujeito e o outro foram vistos reciprocamente como profissionais dedicados a atingir objetivos comuns na escola e no desenvolvimento da cidadania discente, negociando significados e reconhecendo a importância de ampliar seu saber sobre as pessoas, bem como sobre concepções e práticas pedagógicas que desenvolvem ou idealizam desenvolver. Nessa interação e no contato com a legislação e teoria pertinente foi possível, então, identificar, distinguir e utilizar diversas maneiras de aprender e ensinar. Na socialização das concepções, conhecimentos, práticas

exercidas, angústias, dúvidas, descontentamentos e satisfações nas ações docentes é interessante que se considere que:

Existe ainda muito pouca ênfase sobre a reflexão como uma prática social que acontece em comunidades de professores que se apoiam mutuamente e em que um sustenta o crescimento do outro. Ser desafiado e, ao mesmo tempo, apoiado por meio da interação social é importante para ajudar-nos a clarificar aquilo que nós acreditamos e para ganharmos coragem para perseguir nossas crenças (ZEICHNER, 2008, p. 543).

De maneira geral, os professores foram participativos e espontâneos. Logicamente alguns foram mais falantes do que outros, talvez por timidez ou até mesmo por falta de conhecimento acadêmico, pois a maioria tem formação inicial em Pedagogia, com pós graduação em psicopedagogia ou educação especial. No grupo, 4 professores não fizeram curso superior, sendo que uma deles é monitora, o que talvez pudesse justificar parte da inibição de se exporem, pois esses 4 professores me pareceram mais "quietinhos". Pode, também, corresponder ao seu modo de ser e estar em um grupo de discussão. O ambiente criado nos grupos de discussão, tanto nos pequenos grupos, quanto no grande grupo, foi de descontração, sem qualquer distinção entre cargos ocupados e formação profissional (titulação). O comentário a respeito da menor manifestação de alguns participantes é apenas uma das hipóteses a ser considerada em novos encontros.

Houve participação, comportamento natural, demonstraram apoio mútuo nas leituras dos textos, nas conversas, no compartilhamento de ideias. Nos momentos de formação de duplas ou grupos maiores (dois grupos) e até mesmo na socialização no grande grupo, os professores participantes se sentiram à vontade para trazer suas experiências, para relatar casos específicos de alunos e/ou famílias destes e, de certa forma, desabafaram suas angústias. Os momentos de desabafos, que em alguns momentos poderiam parecer fuga do contexto proposto, percebi que pelo contrário, foram momentos ricos de reflexões das práticas docentes associadas às temáticas dos encontros. Foram às conversas socializadas no grande e em pequenos grupos que contribuíram para criação desse espaço e, a partir de agora, a escola tem o desafio para mantê-lo no calendário escolar.

Durante a intervenção, essas conversas permitiram aos professores expressarem suas inquietações, frustrações e também suas conquistas com alunos, com pais, no próprio ambiente de trabalho, com e entre colegas. Um professor expressou:

Nunca tivemos essa oportunidade antes, de discutir assim dessa maneira, já tinha escutado falar de Paulo Freire, mas não tinha lido nenhuma de suas obras, hoje vejo o como é fundamental ler e conhecê-lo melhor. Todos professores deveriam conhecê-lo assim como nós tivemos essa oportunidade (Prof^o 1^a oficina).

Outra professora desabafou:

Para mim o pior disso tudo é o fulaninho que se foi para outra escola sem apresentar as mínimas condições, por resistência da família. Ora se aqui na APAE com toda estrutura ele estava conseguindo ficar só até a merenda imagina lá, e o que adianta colocar numa escola que aparentemente oferece atendimento em turno integral só para ficar passeando de braço dado com a cuidadora. É que lá eles estão tendo as “babás de luxo” e para as mães está sendo bom, mas que atendimento, que qualidade desabafa a professora (Profª 1ª oficina).

Ainda outra professora acrescentou:

Mas a mãe do cicraninho também está fazendo pressão, quer que até o final do ano eu encaminhe ele para rede comum, sei que ele ainda não está pronto, e cobrar a mãe sabe, mas contar com ela é difícil, falei que devemos esperar até o conselho de classe (Profª 1ª oficina).

Em outros momentos, houve trocas de sugestões de planejamentos, de atividades com os alunos, bem como foram debatidas questões referentes à falta de higiene e participação da família. Em relação aos processos de aprendizagens para os alunos com deficiência intelectual as professoras discutiram a importância do material concreto, da informática, do lúdico, da psicomotricidade como ferramentas de apoio.

Certamente esse espaço propiciou uma aproximação maior dos colegas, entre os colegas da Escola Especial José Luiz Piúma o que reforça a ideia expressa por Perrenoud de que:

Pensar a prática não é somente pensar a ação pedagógica na sala de aula nem, mesmo a colaboração didática com os colegas. É pensar a profissão, a carreira, as relações de trabalho e de poder nas organizações escolares, a parte da autonomia e de responsabilidade conferida aos professores individual ou coletivamente.[...] No quadro de profissionalização, mais do que difundir respostas e soluções, a formação prepara os futuros professores para se interrogarem e para identificarem e resolverem problemas. Confere, portanto competências metodológicas, não sobretudo para ensinar, mas para refletir sobre a prática de cada um (PERRENOUD, 1993, p. 200).

5.3 As problematizações feitas e debatidas pelos professores

Durante as discussões, muitas foram as problematizações levantadas pelos participantes em relação à educação especial e ao processo inclusivo. Os professores participantes refletiram sobre suas práticas pedagógicas, fizeram leituras de textos, se apropriaram da legislação da educação especial, perceberam a importância da teoria, discutiram o contexto da educação especial e inclusivo e nos debates apontaram as seguintes problemáticas:

1. A importância e necessidade de continuar os estudos com carga horária superior a 20h;
2. A necessidade de rever e reconstruir o currículo da escola especial;
3. A falta de parceria com a SMEd, que está diretamente ligada ao município e, até mesmo, com a 5ª CRE, para tratar dos casos específicos de alunos da educação especial e processo inclusivo;
4. As dificuldades de repasses do FUNDEB, pois repassam o valor que entendem através de convênio firmado, não repassando conforme número de alunos atendidos;
5. A consideração ao fato de que o MEC não observa os demais atendimentos para fins de repasse financeiro, como por exemplo, projetos pedagógicos e apoio pedagógico;
6. As carências e dificuldades decorrentes da falta de calçamento na rua da escola especial;
7. A constatação da falta de amparo legal na Lei Orgânica do Município para educação especial, inclusive, para garantia de repasse de recursos financeiros;
8. Ainda que, de maneira implícita, foi apontada sem maiores aprofundamentos, a falha no currículo da formação inicial das áreas humanas ou exatas relacionadas às licenciaturas, com pouca carga horária para o componente curricular da educação especial em pedagogia, sendo que em outras formações (letras, matemática, geografia, história, outras) nem contempla essa disciplina.

Transversal aos questionamentos a consideração de que:

Embora a legislação brasileira - na Educação, como em outras áreas - possa ser considerada bastante avançada para padrões internacionais, a promulgação de leis e diretrizes políticas ou pedagógicas não garante, necessariamente, as condições para o seu devido cumprimento. A implementação de um sistema de Educação Inclusiva não é tarefa simples; para oferecer um ensino de qualidade a todos os educandos, inclusive para os que têm alguma deficiência ou problema que afete a aprendizagem, a escola precisa reorganizar sua estrutura de funcionamento, metodologia e recursos pedagógicos, e principalmente, conscientizar e garantir que seus profissionais estejam preparados para essa nova realidade. No entanto, conforme Rodrigues (2006) enfatiza, esses aspectos não podem ser hipervalorizados em detrimento de análises político-estruturais mais amplas sobre os investimentos financeiros necessários para tornar as escolas verdadeiramente inclusivas (GLAT; PLETSCHE; FONTES, 2007, p. 350).

O grupo de participantes entende que hoje a legislação também é uma das problematizações para que ocorra o processo inclusivo de qualidade, devido a sua abrangência e má interpretação, por isso falamos muito nos desafios existentes entre a legislação e sua operacionalização.

5.4 A construção de conhecimentos docentes ao longo da intervenção

Ao longo da intervenção os professores participantes foram apropriando-se dos conhecimentos das leis referentes à educação especial (CF, LDB, PNE, Lei Orgânica Municipal; das DCN, currículo para escola especial, PPP, conceitos de educação especial, educação inclusiva associando aos pressupostos teóricos de Paulo Freire). No diálogo e na reciprocidade construímos e reconstruímos conhecimentos:

[..] qualquer relação com o saber comporta também uma dimensão de identidade: aprender faz sentido por referência à história do sujeito, às suas expectativas, às suas referências, à sua concepção da vida, às suas relações com os outros, à imagem que tem de si e à que quer dar de si aos outros. Toda relação com o saber é também relação consigo próprio: através do "aprender", qualquer que seja a figura sob a qual se apresente, sempre está em jogo a construção de si mesmo e seu eco reflexivo, a imagem de si (CHARLOT, 2000, p. 17).

Nas conversas iniciais os participantes diziam que conheciam as legislações de forma superficial, principalmente, o PNE. Com a intervenção tiveram a oportunidade de aprofundar um pouco mais os conhecimentos, mas que ainda não foi o suficiente, por isso foi solicitado à continuidade dos estudos manifestando também o interesse de ampliar as oficinas para as escolas públicas discutindo as temáticas propostas na intervenção e também buscar outras temáticas.

O processo dialógico construído na intervenção foi primordial para motivação dos professores que não se inibiram ao se expor, participar, questionar, opinar, trocar ideias e experiências, como indica Freire:

Minha segurança se funda na convicção de que sei algo e de que ignoro algo a que se junta a certeza de que posso saber melhor o que já sei e conhecer o que ainda não sei. Minha segurança se alicerça no saber confirmado pela própria experiência de que, se minha inconclusão, de que sou consciente, atesta, de um lado, minha ignorância, me abre, de outro, o caminho para conhecer (FREIRE, 1998, p.153).

Tal motivação impulsionou alguns professores buscarem a continuidade da formação em cursos em longo prazo, participando de processos seletivos em especializações na UNIPAMPA, a partir da intervenção, corroborando ao que diz Giesta (2005):

O crescimento intelectual, moral, crítico, político e profissional do professor favorece sua valorização, seu entendimento, sua participação mais efetiva, levando-o a uma visão da realidade mais ampla e a uma visão de si e de sua história melhor orientada, assim como a um engajamento numa proposta de mudança social (GIESTA, 2005, p. 67).

Nesse sentido, todos foram provocados a sair da zona de conforto em busca de qualificação profissional para cada vez mais qualificar o processo das aprendizagens das pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla. Concordo com Giesta (2005) que o professor deve articular um espaço e tempo de trabalho e espaço e tempo de formação para que se estruturam as dimensões político-sócio-técnicas da ação pedagógica, valorizando a capacidade de decisão docente no confronto de situações diversas e complexas do cotidiano escolar (GIESTA, 2005, p. 67).

5.5 A busca de aperfeiçoamento da qualidade educacional provocando mudanças na articulação de fundamentação teórica e práticas pedagógicas

O processo de intervenção desde o momento de sua concepção e em todas as etapas de seu desenvolvimento instigou a pesquisadora e demais professores participantes a pesquisar e intervir na tentativa de rever conceitos e, a ressaltar a importância da educação especial. Oportunizou aprofundar conceitos da educação especial e educação inclusiva na perspectiva de uma educação popular, conforme preconiza Freire em sua obra, provocando debates acerca de que ambas possam se complementar percebendo que a educação especial deve ser um importante aliado no processo inclusivo. Assim, convergiu à ideia de que:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 1998, p. 32).

E na Escola Especial José Luiz Piúma aconteceu por conta da intervenção. As discussões, inovação e os estudos direcionaram para a constatação da importância da educação especial para o processo inclusivo. Não estamos indo contra as leis, mas queremos fazer uma inclusão séria, comprometida, com condição minimamente qualificada que atenda as necessidades dos educandos incluídos, que não seja uma inclusão que exclua, conforme Correia (2003) traz abordagens significativas em sua obra "Educação especial e inclusão: quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu perfeito juízo". Para este autor, há crianças que, num dado momento das suas vidas, pode necessitar de serviços de educação especial, que podem estar completamente fora dos limites da classe regular (CORREIA, 2003, p. 102). Desta forma, gostaríamos que o governo reconhecesse a importância das APAEs e pudessemos realizar um trabalho em conjunto, levando em conta que:

[...] no entusiasmo da adesão à política de Educação Inclusiva, têm se observado em muitas redes escolares um enfraquecimento ou mesmo descontinuidade dos serviços educacionais especializados, com resultados nem sempre satisfatórios no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais. Portanto, é preciso muita cautela na implementação de uma transformação radical e imediata do sistema educacional, antes de um acúmulo de experiências sistemáticas que permitam uma análise crítica do processo no contexto macro das políticas educacionais e, sobretudo, no contexto micro do cotidiano escolar (BUENO, 2006; PLETSCHE e FONTES, 2006; FERREIRA, 2006; GLAT e BLANCO; 2007). A Educação Inclusiva tem que ser vista como um processo progressivo, dinâmico e contínuo, que pressupõe a adaptação do sistema escolar e de cada instituição, acompanhada de uma mudança da cultura escolar para aceitar a diversidade de estilos e ritmos de aprendizagem entre seu alunado (GLAT; PLETSCHE; FONTES, 2007, p. 350).

Destacam-se os conhecimentos construídos pelos professores referentes à legislação da educação especial, na procura daquilo que acreditam e lutam para garantir os direitos da escola especial e do atendimento mais adequado às pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla. A busca por subsídios que amparem o trabalho docente, manifestado ao solicitarem para continuar com a formação permanente no próprio ambiente escolar e ampliando as oficinas para as escolas de ensino público é também relevante e motivador.

Dos treze professores participantes, cinco participaram do processo seletivo para a terceira turma do curso de mestrado na UNIPAMPA. Desses cinco, três tiveram as inscrições homologadas e uma delas foi aprovada em todas as etapas e está cursando o curso de mestrado profissional em educação. E, duas professoras buscaram a continuidade de formação em cursos de especialização. Tenho acompanhado tal entusiasmo quando as professoras comentam que estão fazendo cursos a distância, estão lendo, trocando livros e, hoje, ansiosamente aguardam e reivindicam a reconstrução do currículo da escola especial.

Enfim, a intervenção, o ambiente de estudo, discussão, reflexão docente foi favorável a novas buscas de saberes pelos professores participantes que, em curto, médio ou longo prazo, querem dar continuidade à sua formação acadêmica.

A partir das manifestações expostas durante a intervenção os professores cada vez mais querem se sentir capazes para:

- (a) fazer educação aprimorando sua qualidade;
- (b) desenvolver um ensino melhor junto a seus alunos na educação especial, identificando problemas, apontando soluções e agindo quando lhes couber resolver;
- (c) atentar e reivindicar ações eficazes junto às demais instituições e a todos os setores da sociedade responsáveis pelo contexto político-social da educação de todos, de maneira digna e respeitosa por suas especificidades, procurando impedir que seus alunos sejam excluídos de um processo educativo compatível às suas necessidades e às da sociedade na qual vivem.

Assim, as repercussões da intervenção foram bastante satisfatórias porque a intervenção foi apenas um começo de um longo caminho a ser seguido. Fomos todos provocados e agora temos um compromisso desafiador que instiga a continuar essa caminhada.

Além disso, particularmente, tive a oportunidade e a experiência de palestrar para uma turma do curso de pedagogia da UNIPAMPA, no dia 20/08/14, sobre "o sujeito com deficiência mental: processos de diagnóstico em educação especial" (Anexo2). Considerei essa experiência enriquecedora, me senti gratificada e reconhecida pelo meu trabalho. Essa palestra coincidentemente aconteceu praticamente na abertura da semana nacional da pessoa com deficiência intelectual (de 21/08 na 28/08), entendo que essa possa ter sido uma das repercussões fora do ambiente de pesquisa e intervenção. Assim como, as duas apresentações e publicações de trabalhos em eventos científicos e, também, venho participando de um grupo de pesquisa da UNIPAMPA coordenado pelo Prof^o Dr. Bento Selau da Silva Júnior.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho constitui-se em um recurso para que os educadores e gestores possam refletir e repensar sobre o processo de inclusão escolar. Não tem a pretensão de mudar os olhares de todos os educadores, especialmente os "inclusivistas radicais". Mas os dados apresentados vão em direção a uma escola que não exclui a outra. E, a educação especial deve ser uma importante aliada no processo de inclusão escolar na rede comum de ensino.

Percebe-se que a legislação contempla a terminologia *preferencialmente* a matrícula em escola de ensino comum. Não entanto, alguns gestores equivocadamente, sentem-se obrigados a aceitar a matrícula por medo de pagarem multa ou irem presos por negar a vaga ao aluno com deficiência intelectual e/ou múltipla. Tal situação, conseqüentemente, foi forçando a abertura de espaços nas escolas sem que estas tenham as mínimas condições de atenderem esses alunos, tanto no que tange à infraestrutura física, quanto aos recursos humanos qualificados para o desempenho das atividades socioeducativas, gerando equívocos, frustrações e problemas futuros aos estudantes que necessitam atendimento especializado.

Hoje, o cenário da política educacional é voltado para perspectiva inclusiva, amparando toda a diversidade e é nesse contexto da diversidade que as leis são abrangentes, causando distorções e más interpretações. Por isso, é de fundamental importância que os educadores se apropriem de conhecimentos pertinentes à sua prática, que busquem subsídios teóricos para amenizar suas angústias, que realizem a formação permanente em suas carreiras.

O que emergiu nas discussões com os participantes da intervenção é de continuar a formação permanente na própria escola especial, multiplicando esse trabalho para as demais escolas, buscando aprofundar os conhecimentos em busca de um trabalho coletivo, sério, responsável e comprometido para que se possa em comunhão qualificar o processo de gestão educacional nas escolas para as pessoas com deficiência em Jaguarão/RS, através da formação docente.

Ressalto que, nas próximas "edições" de formação docente vale investir numa carga horária de tempo maior (superior às 20h), para que os professores tenham como aprofundar as leituras, pois nesse aspecto acredito que tivemos algumas limitações pela própria escassez de tempo, bem como, maior agilidade na liberação e entrega dos certificados dos cursos de extensão universitária, pois ao concluir este relatório ainda não obtivemos o retorno.

O processo dialógico construído junto aos professores foi de suma importância trazendo resultados positivos nas oficinas, especialmente ao serem plenamente discutidas as riquíssimas contribuições teóricas de Paulo Freire. A educação popular utilizada na

intervenção possibilitou desenvolver um trabalho onde os participantes foram partícipes tendo "voz e vez" para relatar suas experiências, trocar ideias, refletir, pensar e repensar suas práticas em busca de fortalecer e qualificar o processo de aprendizagem das pessoas com deficiência intelectual e/ ou múltipla, de acordo com a legislação.

Através do diálogo e trocas de experiências, percebeu-se em algumas falas dos professores, citadas anteriormente, se observasse a ansiedade de alguns pais transferir o(a) filho(a) para escola comum. O que explicita o equívoco da interpretação da lei, somados ao preconceito que inicia em casa, com a própria família. Por outro lado, nos momentos de socialização nas oficinas, vários professores relataram o pânico de tantos outros pais ao temerem a perda da vaga na escola especial, na possibilidade de fechamento das APAEs, no período das mobilizações em 2013, quando tramitava no Congresso Nacional o PNE. Nesses momentos de troca de experiências, os professores lembraram o quanto muitos pais e alunos sofreram com tal possibilidade, juntando-se nas mobilizações em defesa da manutenção da meta 4 no PNE.

A educação especial deve ser a primeira alternativa para desenvolver pedagogicamente a pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla. Quando há suspeita dessa deficiência o quanto antes o sujeito deverá ser encaminhado para avaliação, diagnóstico e, se for o caso, fazer os encaminhamentos necessários começando o mais rápido possível os atendimentos adequados. Para isto, é preciso trabalho colaborativo entre educadores, gestores e familiares, pois consideramos importante iniciar o trabalho pela educação especial e, conforme for apresentando evoluções se houver possibilidade, acompanhar esse trabalho fazendo o processo de inclusão escolar em conjunto com a escola comum que o educando vai ser inserido.

O trabalho em rede (escola especial, escola comum, família, ministério público, secretarias de educação) poderá possibilitar melhor qualidade no processo das aprendizagens e quiçá sucesso acadêmico para educandos com deficiência intelectual e/ou múltipla. Portanto, o que defendemos é a inclusão escolar com responsabilidade e em conjunto: escola comum, escola especial e famílias. Pleiteamos que o aluno, ao ser encaminhado para o ensino comum, esteja bem preparado para enfrentar o currículo e a avaliação, além dos demais desafios do ensino comum, como por exemplo, as turmas numerosas, pois entendemos que:

Ao não considerar estes alunos, que navegam no insucesso, a educação (em mudança) está constantemente a dar passos em falso cujas consequências lhes são particularmente desastrosas. Mais tarde é vê-los na delinquência, na toxicod dependência, no desemprego, sem qualquer esperança numa vida que, se a soubéssemos ter preenchido quando devíamos, poderia ter levado outro rumo. Esse

preenchimento poderia, pode e deve como um dos seus intérpretes principais a educação especial (CORREIA, 2003, p. 10).

Por ansiedade e preconceito da família da pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla e, algumas vezes do próprio aluno, principalmente, se estiver na fase da pré-adolescência e adolescência, preferem ir para escola comum. Porém, em alguns casos não conseguem acompanhar a turma e são excluídos e, por vezes, acaba envolvendo-se com drogas, marginalização, prostituição, gravidez precoce, doença sexualmente transmissível, óbito.

O trabalho dialógico, durante a intervenção na Escola Especial José Luiz Piúma, foi marcado por momentos ímpares de crescimento pessoal e compromisso profissional, destacados com repercussões positivas, superando os problemas encontrados, discutidos nesse processo.

O objetivo deste trabalho foi alcançado, pois conseguimos “qualificar o processo de gestão educacional na Escola Especial José Luiz Piúma das pessoas com deficiência em Jaguarão/RS, através da formação docente”, quando os professores manifestaram o interesse em continuar e ampliar a proposta do curso de extensão universitária, em busca de solidificar um trabalho em parceria com as redes comuns de ensino. Assim como, de acordo com a legislação referente à educação especial no Brasil, foi fortemente defendida a ideia de alertar a importância de se conseguir trabalhar juntos para que a pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla primeiramente receba o atendimento em educação especial. Alertamos e defendemos que, sempre que houver suspeita ou confirmação de deficiência intelectual e/ou múltipla, o sujeito seja encaminhado para APAE para que ele e sua família possam receber atendimentos adequados para posteriormente tentar ser inserido em escola comum.

Gostaria que independente da escola que o sujeito estiver matriculado, se for especial ou comum, que o ensino fosse de qualidade e o ambiente fosse bom para todos. Assim deixo a seguinte reflexão como mensagem final “queremos construir escolas para onde as crianças e os jovens, os professores, todos gostem de ir e sintam que são suas. Não as abandonem e delas não se deixem expulsar” (FREIRE, 1989).

Desta forma, a proposta de intervenção na edificação da formação do professor na escola se concretizou através de um processo dialógico, ao trabalhar nos cinco encontros de quatro horas cada, temáticas propostas na perspectiva freireana da educação:

(a) Educação Especial, Educação Inclusiva e Educação Popular: “*Educação Libertária*” – favorecendo a discussão entre os participantes que aflorasse concepções de

educação inclusiva e educação popular, introduzindo novos conhecimentos acerca de conceitos como estes, de modo a lhes fornecer elementos para uma educação não excludente;

(b) A realidade dos educandos e o inacabamento freireano: “*Ser histórico; ser mais*” – instigando os participantes das oficinas a explicitarem as visões que têm sobre seus alunos e familiares, socializando angústias, informações, percepções sobre si mesmos, seu trabalho e a repercussão junto àqueles que participam do processo educativo: alunos, professores, pais, escola, sociedade;

(c) A legislação (CF, LDB, PNE, Lei Orgânica Municipal/educação especial; pessoas com deficiência) e o empoderamento: “*Luta*” – possibilitando análise e debate sobre o disciplinamento da educação especial nos mais variados âmbitos, além das capacidades de cada um para favorecer ou dificultar o desenvolvimento de ações compatíveis a uma educação escolarizada que promova aprendizagens e atuação digna tanto de estudantes quanto de professores da educação especial, tanto na escola como nos demais espaços de convívio social, profissional e político na sociedade mais ampla;

(d) Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para educação especial e educação para a esperança: “*Reflexão sobre a práxis*” – proporcionando leitura e detalhamento de propostas curriculares oficiais, articulando as informações daí extraídas a fazeres identificados pelos próprios professores em seu dia a dia no trabalho com a educação especial, identificando novos rumos, fortalecendo experiências bem-sucedidas, acreditando no potencial dos alunos e no dos profissionais docentes, solidificando práticas que alimentem a esperança de obter os melhores resultados com uma educação com base na afetividade, valorização do outro, conhecimento, dignidade em ser e estar na sociedade;

(e) O Plano Nacional de Educação e a situação das APAEs - Educação e Mudança Social: “*Libertação*” – articulando saberes construídos ao longo da formação inicial docente, da prática pedagógica desenvolvida e em estudos feitos ao longo da carreira no magistério, em estudos nesta intervenção, no diálogo acerca da educação da pessoa com deficiência intelectual e/ou múltipla, analisando a legislação, o papel e o apoio necessário às APAEs, no desafio persistente de promover educação e mudança social às pessoas com necessidades especiais, alimentado na constante busca de aperfeiçoamento da qualidade educacional dos docentes e discentes, provocado pela articulação de fundamentação teórica e de suas práticas pedagógicas.

Por último, ao concluir este Relatório Crítico-Reflexivo, percebi o quanto é difícil pesquisar e intervir no próprio ambiente de trabalho, ainda mais quando se tem um grande envolvimento profissional e pessoal com o ambiente contextualizado, nesse processo me

construí e desconstruí constantemente. Concordando com Paro (2000) e Freitas (2002) em que nenhuma pesquisa qualitativa é neutra, impossível ficar imparcial diante desse processo (pesquisa e intervenção). Venho percebendo o quão recém estou me sentindo “pronta” para começar os estudos. Mas estou convicta de que tudo isso, as experiências e as aprendizagens possam abrir possibilidades para refletir criticamente o quanto posso e quero continuar nessa caminhada em busca de novos desafios, seja buscando a continuidade de acadêmicos, seja buscando um novo sonho, “sonho” em contribuir com a formação profissional docente, na educação formal “aprendendo-ensinando; ensinando-aprendendo”, acrescentando informações em trabalhos sobre formação de professores e sua atuação político pedagógica na educação especial.

REFERÊNCIAS

AIRES, Luísa. **Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional**. Universidade Aberta, out. 2011. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2028/1/Paradigma%20Qualitativo%20e%20Pr%C3%A1ticas%20de%20Investiga%C3%A7%C3%A3o%20Educacional.pdf>. Acesso em 11/11/2014.

ANJOS, Hildete Pereira dos; ANDRADE, Emmanuele Pereira de; PEREIRA, Mirian Rosa. A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 116-129, jan./abr. 2009.

APAE SÃO PAULO. **Sobre a deficiência intelectual**. Disponível em: <http://www.apaesp.org.br/SobreADeficienciaIntelectual/Paginas/O-que-e.aspx>. Acesso em 11/11/2014.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução a teorias e métodos. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 64 de 04 de fev. 2010. Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf. Acesso em 14/03/2014.

_____. Senado Federal. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, DF. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75723>. Acesso em 14/03/2014.

_____. Presidência da República. **Lei nº 12.796**, de 04/04/2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12796.htm. Acesso em 14/03/2014.

_____. Presidência da República. **Lei nº 8.069** de 13/07/1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em 14/03/2014.

_____. Presidência da República. **Lei nº 7.853** de 24/10/1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm. Acesso em 14/03/2014.

_____. **Lei nº 13.005** de 25/06/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em 25/10/2014.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 914** de 06/09/1993. Revogado pelo Decreto nº 3.298, de 20/12/1999. Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=845323&filename=LegislacaoCitada+-PL+475/2011. Acesso em 14/03/2014.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 5.296** de 02/12/2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em 25/10/2014.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 6.253** de 13/11/2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.htm. Acesso em 14/03/2014.

_____. Congresso Nacional. **Decreto Legislativo nº 186** de 09/07/2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/ConvencaoONU.shtm>. Acesso em 14/03/2014.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 7.611** de 17/11/2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em 14/03/2014.

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. **Diretrizes para criação de conselhos estaduais e municipais dos direitos da pessoa com deficiência**. Brasília: CONADE, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-consultas/institui%C3%A7%C3%B5es-conveniadas-e-alunos-considerados-na-distribui%C3%A7%C3%A3o-dos-recursos-do-fundeb>. Acesso em 27/10/2014.

_____. IBGE. **Censo demográfico**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431100&idtema=92&search=rio-grande-do-sul|jaguarao|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-pessoas-com-deficiencia->. Acesso em 27/10/2014.

_____. Presidência da República. **Lei nº 12.764**, de 27/12/2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em 27/10/2014.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 3.956**, de 08 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em 27/10/2014.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Glossário da Educação Especial. **Censo escolar**. 2004. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/educacenso/duvidas-educacao-especial>. Acesso em 26/10/2014.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política nacional de saúde da pessoa portadora de deficiência** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: bvsms.saude.gov.br/bvs/.../politica_nacional_saude_pessoa_deficiencia.pdf. Acesso em 17/11/2014.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica**. Secretaria de educação básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.562p. Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc.pdf. Acesso em 21/12/2014.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Secretaria de educação especial. MEC. SEESP. 2001. 79 p. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf. Acesso em 19/11/2014.

CHARLOT, Bernard. O saber e as figuras do aprender. In: CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Tradução de Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

CORREIA, Luís de Miranda. **Educação especial e inclusão: quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu juízo perfeito**. Porto Editora, Ltda. Portugal, 2003.

COZER, Diana; PATTUZZO, Karolini Galimberti. Os sujeitos beneficiados pelos serviços prestados pelas instituições especializadas em educação especial no Espírito Santo. In: MEYRELLES DE JESUS, Denise. **Gestão da educação especial: pesquisa, política e formação**. Curitiba: Appris, 2012, p. 43-54.

DAMIANI, Magda Floriana. Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios. **Educar**, n. 31, p. 213-230, Curitiba: Ed. UFPR, 2008.

_____. Sobre pesquisas do tipo intervenção. **XVI ENDIPE – Encontro nacional da didática e práticas de ensino** – UNICAMP, Campinas, 2012.

DAMIANI, Magda Floriana; ROCHEFORT, Renato Siqueira; CASTRO, Rafael Fonseca de; DARIZ, Marion Rodrigues; PINHEIRO, Silvia Siqueira. Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. **Cadernos de Educação**. n. 45, p. 57-67, Fac. Educação, UFPel, 2013.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade**. Salamanca, UNESCO e Ministério da Educação e Ciência de Espanha, 1994.

DEMO, Pedro. **Aprender bem/mal**. Campinas: Autores Associados, 2008.

FENAPAES. **Sobre a inclusão social da pessoa com deficiência intelectual e múltipla trabalho, emprego e renda**. Brasília. Federação Nacional das APAES, 2011. Disponível em: www.apaebrazil.org.br/arquivo.phtml?a=18237. Acesso em 17/11/2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 56. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1998.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**. n. 116, p. 21-39, jul. 2002.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. v.18, n.52, p. 101-111, jan./mar. 2013.

GIESTA, Nágila Caporlândia. **Cotidiano escolar e formação reflexiva do professor: moda ou valorização do saber docente?** 2. ed. Araraquara/SP: Junqueira & Marin Editores, 2005.

GLAT, Rosana; FERREIRA, Júlio Romero; OLIVEIRA, Eloisa da Silva Gomes; SENNA, Luiz. Antônio Gomes. Panorama nacional da educação inclusiva no Brasil. **Relatório de consultoria técnica**, Banco Mundial, 2003. Disponível em: <http://www.cnotinfor.pt/projectos/worldbank/inclusiva>. Acesso em 14/11/2014.

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicleia Mascarenhas. Da educação segregada à educação inclusiva uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. **Revista Inclusão**. Brasília, v. 1, n.1, p. 35-39, 2005.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; FONTES, Rejane de S. Educação inclusiva educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade **Educação**. Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 343-356, 2007.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, Agda Felipe Silva; CAETANO, Andressa Mafezoni. Os processos de formação continuada. In: MEYRELLES DE JESUS, Denise. **Gestão da educação especial: pesquisa, política e formação**. Curitiba: Appris, 2012, p. 97-118.

GONÇALVES, Enicéia Mendes. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**. Medellín, Universidad de Antioquia, Facultad de Educación. v. 22. n. 57, p. 93 –109, may/ag. 2010.

GUIMARÃES, Rezende Marcelo. **Aprender a educar pela paz**. Editora Rede da Paz. Brasil. 2006.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão! **Psicologia: teoria e pesquisa**. Brasília, Mai-Ago 2006, v. 22, n. 2, p. 201-210.

HORTON, Myles; FREIRE, Paulo. **O caminho se faz caminhando**: conversas sobre educação e mudança social. BELL, Brenda; GAVENTA, John; PETERS, John. (Orgs). Tradução de Vera Lúcia Mello Josceline; notas de Ana Maria Freire. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

JAGUARÃO. **Lei Orgânica Municipal**. Educação. Disponível em: <http://www.camarajaguarao.rs.gov.br/leis/leiorganica/LEI%20ORGANICA%20atualizada%20ate%20emenda%2003.04.2013%20%281%29.doc/view>. Acesso em 15/03/2014.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 25. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MEYRELLES DE JESUS, Denise. **Gestão da educação especial**: pesquisa, política e formação. Curitiba: Appris, 2012.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

NORONHA, Eliane Gonçalves; PINTO, Cibele L. Educação especial e educação inclusiva: aproximações e convergências. **I Semana de Pedagogia. A formação do pedagogo para a educação do século XXI**. Faculdade Católica de Uberlândia. 15-17 julho 2011. Disponível em: http://www.catolicaonline.com.br/semanapedagogia/trabalhos_completos/EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA-%20APROXIMA%C3%87%C3%95ES%20E%20CONVERG%C3%84NCIAS.pdf. Acesso em 12/03/2014.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. O discurso da inclusão social e escolar: o sim e o não. In: JESUS, Denise Meyrellesde; BAPTISTA, Claudio Roberto; BARRETO, Maria Aparecida C.; VICTOR, Sônia Lopes (Orgs). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre: Mediação, 2007, p. 135-144.

PANTALEÃO, Edson. Política e gestão da educação especial em foco. In: MEYRELLES DE JESUS, Denise (Org.). **Gestão da educação especial**: pesquisa, política e formação. Curitiba: Appris, 2012, p. 11-18.

PARO, V. H. **Por dentro da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Xamã, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. **Parecer nº 14/2008**. Processo SE Nº 110.480/19.00/06.3. Credencia a Escola Especial José Luiz Piúma, em Jaguarão, para oferta de educação infantil a partir dos 3 anos de idade e ensino fundamental. Autoriza o funcionamento desses cursos, na Escola Especial José Luiz Piúma. Aprova o Regimento Escolar.

SANTOS, Amanda Fernandes. **Educação inclusiva no ensino superior: o docente universitário em foco**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

SELAU, Bento; HAMMES Lúcio Jorge. **Educação inclusiva e educação para a paz: relações possíveis**. São Luís/MA: EDUFMA, 2009.

SELAU, Bento. **Inclusão na sala de aula**. Porto Alegre: Ed. Evangraf Ltda, 2007.

SILVA DE SÁ, Maria das Graças Carvalho; BORGES, Caroline Santos; PEREIRA, Karin Alessandra. Os convênios e acordos firmados entre o poder público estatal e as instituições especializadas. In: MEYRELLES DE JESUS, Denise (Org.). **Gestão da educação especial: pesquisa, política e formação**. Curitiba: Appris, 2012, p. 67-79.

SOBRINHO, Reginaldo Celio; RAMOS, Jacqueline Coutinho; ANJOS Christiano Félix dos. Sobre a natureza dos serviços prestados pelas instituições especializadas em educação especial. In: MEYRELLES DE JESUS, Denise (Org.). **Gestão da educação especial: pesquisa, política e formação**. Curitiba: Appris, 2012, p. 31-42.

SOUSA, Sandra Zákia Lian; PRIETO, Rosângela Gavioli. A educação especial. In: ADRIÃO, T. (Orgs). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. São Paulo: Xamã, 2007.

SOUZA, Jacqueline de; KANTORSKI, Luciane Prado; LUIS, Margarita Antonia Villar. Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 25, n. 2, p. 221-228, maio/ago. 2011.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas conseqüências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**, n. 13, p. 05-24, Jan/Fev/Mar/Abr, 2000.

VASQUES Carla K.; MOSCHEN, Simone; GURSKI, Roselene. Entre o texto e a vida: uma leitura sobre as políticas de educação especial. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 81-94, jan./mar. 2013.

ZEICHNER, M. Kenneth. Uma análise crítica sobre a “reflexão” como conceito estruturante na formação docente. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 103, p. 535 – 554, maio/ago. 2008.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Entrevistas aplicadas aos professores da Escola Especial José Luiz Piúma – APAE/Jaguarão

Apêndice 2 - Intervenção – Oficinas

Apêndice 3 -Roteiro para observação/intervenção

Apêndice 4 -Lista de Participantes e frequência

Apêndice 5 - Ata 01/2014 - Autorização para publicação das imagens - Participantes

Apêndice 6 - Termo de Consentimento

Apêndice 1 – Entrevista professores da Escola Especial José Luiz Piúma – APAE/Jaguarão

- 1- Qual tua formação acadêmica?
- 2- Tempo de atuação docente?
- 3- Como enxergas o atual sistema educacional?
- 4- Como tua escola está inserida no contexto da educação?
- 5- Consideras importante a atualização docente?
- 6- Se fosse ofertado um curso de extensão universitária para educação especial participaria?
- 7- Qual (ais) tema (s) gostaria que fossem abordados, discutidos?
- 8- Qual melhor horário disponibilidade?
- 9- Há incentivo para formação continuada?
- 10- Acreditas que a formação docente qualifica o trabalho?
- 11- Sugestões:
- 12- Observações:

Apêndice 2 – Intervenção – Oficinas

1ª Oficina: Educação especial, Educação inclusiva e Educação popular

"Educação Libertária"

Objetivo:

- Possibilitar uma reflexão sobre a Educação Especial e Inclusiva na perspectiva da Educação Popular.
- Incentivar no grupo de estudos a busca coletiva de alternativas para que a Educação Especial e Inclusiva aconteçam na perspectiva libertária.

Desenvolvimento da oficina:

Primeiro momento: acolhida, integração e sensibilização

1. Dar as boas vindas aos professores (sujeitos) pela participação que ora inicia a caminhada da intervenção. Fazer a leitura de uma mensagem e apresentação das oficinas e seus objetivos. Das temáticas propostas e das dinâmicas de como as mesmas estão planejadas para acontecer durante os cinco encontros.
2. Perguntar aos participantes quais perspectivas, contribuições, experiências profissionais, sugestões, etc., em relação às temáticas propostas.
3. Voltar para 1ª oficina, focando apenas os seus objetivos.
4. Dinâmica do desenho. Entregar aos participantes uma folha ofício e um lápis. Solicitar que dividam a folha ao meio com um risco. Numa das metades que desenhem uma situação, ou conceito, ou como percebem a educação especial e, na outra metade que desenhem uma situação, ou conceito, ou como percebem a educação inclusiva; enquanto se ouve uma música de fundo. Possibilitar uma socialização em pequenos grupos (duplas) e, depois, uma plenária.
5. Partilha dos sentimentos pessoais e sentimentos e conhecimentos profissionais; descobertas e percepções acerca da temática, suscitadas pela dinâmica.

Segundo momento: percepção e aprofundamento da temática

6. Introdução à temática.
Educador e educandos (liderança e massas), cointencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também de recriar este conhecimento (FREIRE, 2014, p.77).
7. Estudo em grupo do texto: (texto da discussão teórica do projeto de pesquisa – “Educação: Especial e Inclusiva” e Educação Popular, Recurso de Apoio).

8. Comentários do grupo: destaques, descobertas, questionamentos.
9. Pontualizações da mediadora. Salientando os seguintes aspectos:
 - Os diversos processos que dificultam uma análise profunda da educação especial e inclusiva: preconceito, legislação, sistema educacional, generalização de conceitos, todos são deficientes (não importa o tipo nem o grau de deficiência), etc.;
 - A educação libertária de Paulo Freire;
 - Educação especial e inclusiva na busca de alternativas para qualificar o processo educacional da pessoa com deficiência.

Terceiro momento: síntese e reconstrução da prática

10. Trabalho em dois grupos, construção de papelógrafos:
 - O que é educação especial? O que é educação inclusiva?
 - Quais os principais caminhos para buscar uma educação de qualidade para a pessoa com deficiência?
11. Plenário.
12. Pontualizações da mediadora.

Quarto momento: avaliação

13. Por escrito: Será entregue uma folha ofício para cada participante registrar o que achou do encontro, se contribuiu de alguma forma e descrever como foram às contribuições, bem como, registrar as ideias e sugestões trazidas por esta oficina e as perguntas ainda perseguidas.
14. Socialização.

Quinto momento: confraternização

15. Música: “Comida”. Titãs

Material necessário:

- Música de fundo (aparelho de som e música).
- Folhas ofício A4, lápis, caneta hidrocor, giz-de-cera para todos.
- Papel pardo.
- Cópias para cada participante do Recurso de Apoio.
- Data show.

Referências:

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E ENQUADRAMENTO DA ACÇÃO: necessidades educativas especiais, 1994, Salamanca/Espanha. **Declaração de Salamanca.** Salamanca/Espanha: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/Ministério da Educação e Ciência de Espanha, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra. 56. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GUIMARÃES, Rezende Marcelo. **Aprender a educar pela paz**. Editora Rede da Paz. Brasil. 2006.

NORONHA, Eliane Gonçalves; PINTO, Cibele L. Educação especial e educação inclusiva: aproximações e convergências. **I Semana de Pedagogia. A formação do pedagogo para a educação do século XXI**. Faculdade Católica de Uberlândia. 15-17 julho, 2011. Disponível em:

http://www.catolicaonline.com.br/semanapedagogia/trabalhos_completos/EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA-%20APROXIMA%C3%87%C3%95ES%20E%20CONVERG%C3%84NCIAS.pdf
Acesso em 12/03/2014 .

SELAU, Bento. **Inclusão na sala de aula**. Porto Alegre: Ed. Evangraf Ltda., 2007.

SELAU, Bento; HAMMES Lúcio Jorge. **Educação inclusiva e educação para a paz: relações possíveis**. São Luis/MA: EDUFMA, 2009.

2ª Oficina: A realidade dos educandos e o inacabamento freireano

“Ser histórico; *ser mais*”

Objetivo:

- Partilhar as diversas concepções de educandos com deficiência intelectual e/ou múltipla e autismo.
- Aprofundar e ressignificar o conceito de educandos.
- Identificar os sujeitos no processo educacional: especial e inclusivo de acordo com a legislação.

Desenvolvimento da oficina:

Primeiro momento: integração e sensibilização

1. Reapresentar a temática proposta da 2ª oficina e seus objetivos.
2. Solicitar que os participantes partilhem suas experiências profissionais e suas compreensões de educandos com deficiência intelectual e/ou múltipla e autismo.
3. Grupos de trabalho: Forma-se dois grupos, cada um recebendo um número e uma folha. A mediadora solicita aos grupos de número ímpar (grupo 1) que defina escrevendo quem são os sujeitos com deficiência intelectual e/ou múltipla e autismo. Ao grupo, de número par (grupo 2), que defina, escrevendo quem são os educandos do processo educacional especial e inclusivo. Será dado um tempo (vinte minutos), para após pedir aos dois grupos que se reunirem e socializarem as ideias.

Segundo momento: aprofundamento da temática

4. Introdução à temática.

De tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isto, terminam por se convencer de sua “incapacidade”. Falam de si como os que não sabem e do “doutor” como o que sabe e a quem deve escutar. Os critérios de saber que lhe são impostos são os convencionais. (FREIRE, 2014, p.69)

5. Estudo do texto: (texto – “Pessoa com deficiência segundo a legislação” e *ser mais*, Recurso de Apoio).

6. Comentários do grupo: destaques, descobertas, questionamentos.

7. Pontualizações da mediadora. É importante salientar os seguintes aspectos:

- Ressignificação dos educandos com deficiência intelectual e/ou múltipla e autismo;
- Ressignificação desses sujeitos de acordo com a legislação;
- Ressignificação dos educandos como ser histórico, como *ser mais*.

Terceiro Momento: síntese e reconstrução da prática

8. Retornam os dois grupos iniciais para construção dos papelógrafos:

- O que é educando?
- Definir educando com deficiência?
- Como conceituamos a pessoa com deficiência? Toda deficiência é deficiência? Tipos e graus de deficiência influenciam no processo educacional? E a lei?

9. Plenário.

10. Pontualizações do facilitador, provocando discussões acerca de como o educando com deficiência intelectual e/ou múltipla e autismo pode estar inserido no processo educacional com qualidade e excelência. “Qual papel do educador”?

Quarto momento: avaliação

11. Por escrito: Será entregue uma folha ofício para cada participante registrar o que achou do encontro, se contribuiu de alguma forma e descrever como foram as contribuições, bem como, registrar as ideias e sugestões trazidas por esta oficina e as perguntas ainda perseguidas.

12. Socialização.

Quinto momento: confraternização

13. Música: “O que é, o que é?”. Gonzaguinha.

Material necessário:

- Folha ofício A4.
- Cópia do recurso de apoio.
- Papel pardo.
- Canetas hidrográficas, lápis.
- Aparelho de som e música.
- Data show

Referências:

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 64 de 04 de fev. 2010. Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf. Acesso em 14 de março de 2014.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, DF. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75723>. Acesso em 14/03/2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.796**, de 04/04/2013 Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12796.htm. Acesso em 14/03/2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.069** de 13/07/1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em 14/03/2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 7.853** de 24/10/1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm. Acesso em 14/03/2014.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 914** de 06/09/1993. Revogado pelo Decreto nº 3.298, de 20/12/1999. Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=845323&filename=LegislacaoCitada+-PL+475/2011. Acesso em 14/03/2014.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 3.298** de 20/12/1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em 14/03/2014.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.253** de 13/11/2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.htm. Acesso em 14/03/2014.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.611** de 17/11/2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em 14/03/2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra. 56. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GUIMARÃES, Rezende Marcelo. **Aprender a educar pela paz**. Editora Rede da Paz. Brasil. 2006.

SELAU, Bento. **Inclusão na sala de aula**. Porto Alegre: Ed. Evangraf Ltda., 2007.

SELAU, Bento; HAMMES Lúcio Jorge. **Educação inclusiva e educação para a paz: relações possíveis**. São Luís/MA:EDUFMA, 2009.

3ª Oficina: A legislação (CF, LDB, PNE, Lei orgânica municipal/educação especial; pessoas com deficiência) e o *empoderamento*

“Luta”

Objetivo:

- Aprofundar, junto aos participantes, a temática da legislação para as pessoas com deficiência.
- Discutir textos referentes à CF, LDB e PNE – *Metas 4 e 20*.
- Identificar princípios e referências legais para uma educação voltada para educandos com deficiência intelectual e/ou múltipla e autismo.

Desenvolvimento da oficina:

Primeiro momento: integração e sensibilização

1. A fila de aniversário. Os participantes formam uma grande fila e recebem a tarefa de ordenar-se segundo o dia e mês do seu aniversário (de janeiro a dezembro, não importa o ano do nascimento). O jogo se passa em silêncio. O objetivo é buscar se entender sem palavras, mudando de lugar unicamente com um vizinho de cada vez. Durante todo o jogo as pessoas permanecem em fila, isto é, não se agrupam (importante para evitar que umas poucas pessoas conduzam todo o jogo). Se a fila

ficar muito grande devido ao espaço físico da sala (Biblioteca da escola), podem-se fazer duas filas que desenvolvem a tarefa automaticamente.

2. Memória da(s) oficina(s) anterior(es) e apresentação dos objetivos desta.
3. Em duplas os participantes deverão conversar sobre quais leis conhecem e/ou leram, o que consideram importante saber, por que e quando consideram importante aprofundar conhecimentos nas legislações.
4. Partilha dos sentimentos pessoais, profissionais, descobertas e percepções acerca da temática pela dinâmica.

Segundo momento: aprofundamento da temática

5. Introdução da mediadora:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem mais que eles, para ir compreendendo a necessidade de libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento de lutar por ela. (FREIRE, 2014, p.42)

6. Estudo do texto: “Legislação” (CF, LDB, *PNE*) e “Empoderamento” (Recurso de Apoio e vídeo)
7. Comentários do grupo: destaques, descobertas, questionamentos.
8. Pontualizações da mediadora. É importante salientar os seguintes aspectos:
 - A lei é para todos? Quem é “os todos”? A legislação está sendo cumprida? Quais efeitos podem ocasionar o não cumprimento da legislação e quais efeitos podem ocasionar o mau cumprimento da legislação?
 - Semelhanças e diferenças da educação especial e educação inclusiva.
 - Neste contexto, quem são os opressores? E os oprimidos?
 - Impactos do *PNE – Metas 4 e 20*.

Terceiro Momento: síntese e reconstrução da prática

9. Trabalho em grupos (dois grupos) confecção de um papelógrafo:
 - Como CF prevê atendimento educacional para educandos com deficiência intelectual e/ou múltipla e autismo?
 - Como a LDB prevê atendimento educacional para educandos com deficiência intelectual e/ou múltipla e autismo?
 - Como o *PNE* prevê atendimento educacional para educandos com deficiência intelectual e/ou múltipla e autismo?

- Consideram as leis importantes? Na prática as leis funcionam? Para quê e por que servem essas leis?
10. Plenário.
 11. Pontualizações da mediadora.
 12. Os grupos retornam, para, a partir do referencial estudado, planejar uma ação pedagógica em que o educando com deficiência intelectual e/ou múltipla e autismo receba atendimento de acordo com a legislação e de qualidade. “O que entendem por atendimento educacional de qualidade”? “Existe atendimento de qualidade”? “Quem promove a qualidade?”
 13. Plenário.
 14. Pontualizações da mediadora.

Quarto momento: avaliação

15. Por escrito: Será entregue uma folha ofício para cada participante registrar o que achou do encontro, se contribuiu de alguma forma e descrever como foram as contribuições, bem como, registrar as ideias e sugestões trazidas por esta oficina e as perguntas ainda perseguidas.
16. Socialização.

Quinto momento: confraternização

17. Música: “Ouro de tolo”, de Raul Seixas.

Material necessário:

- Folha ofício A4.
- Cópias dos recursos de apoio.
- Papel pardo.
- Canetas hidrográficas, lápis.
- Aparelho de som e música.
- Data show

Referências:

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 64 de 04 de fev. 2010. Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf. Acesso em 14 de março de 2014.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, DF. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75723>. Acesso em 14 de março de 2014.

BRASIL. **Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação – PNE.** (2011-2020). Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7244&Itemid=>>. Acesso em set. 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Paz e Terra. 56. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GUIMARÃES, Rezende Marcelo. **Aprender a educar pela paz.** Editora Rede da Paz. Brasil. 2006.

JAGUARÃO. **Lei Orgânica Municipal.** Disponível em: <http://www.camarajaguarao.rs.gov.br/leis/lei-organica/LEI%20ORGANICA%20atualizada%20ate%20emenda%2003.04.2013%20%281%29.doc/view>. Acesso em 15 de março de 2014.

4ª Oficina: Diretrizes (DCN) para educação especial e educação para *a esperança*
“Reflexão sobre a práxis”

Objetivo:

- Discutir aspectos das diretrizes curriculares nacionais (DCN) para a educação especial;
- Reconhecer a importância das DCN como instrumento de análise e reflexão para promoção de um trabalho para a coerência em busca de qualidade na educação especial;
- Aprofundar o conceito de qualidade de ensino para educandos com deficiência intelectual e/ou múltipla e autismo.

Desenvolvimento da oficina:

Primeiro momento: integração e sensibilização

1. Memória da oficina anterior e apresentação dos objetivos desta.
2. Linhas de confronto. Divide-se o grupo pela metade e colocam-se cada metade, em linha, uns na frente dos outros, de modo que todos tenham um interlocutor em sua frente (em duplas). Narra-se a seguinte história: Acaba de ser aprovado no senado o projeto de lei que determina a obrigatoriedade da matrícula das pessoas com deficiência exclusivamente em escolas de ensino regular (comum). A FENAPAE diante dessa situação promove um debate convidando representantes do MEC e representantes do movimento inclusivista/ou senadores ou políticos (senadores, deputados), onde cada um deve apresentar suas razões. A mediadora aponta para o grupo que está à sua esquerda como representantes do MEC e o outro como os

inclusivistas/ou senadores ou políticos (senadores, deputados). Cada dupla tem uns dez minutos para conversar.

3. Partilha dos sentimentos pessoais, profissionais, descobertas, percepções acerca da temática, suscitadas pela dinâmica.

Segundo momento: aprofundamento da temática

4. Introdução da mediadora.

Para nós, contudo, a questão não está propriamente em explicar às massas, mas em dialogar com elas sobre sua ação. De qualquer forma, o dever que Lukács reconhece ao partido revolucionário de “explicar às massas a sua ação” coincide com a exigência que fazemos de inserção crítica das massas na sua realidade através da práxis, pelo fato de nenhuma realidade se transformar a si mesma (FREIRE, 2014, p.54).

A pedagogia do oprimido que, no fundo, é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação, tem suas raízes aí (FREIRE, 2014, p. 55).

5. Estudo do texto “Diretrizes Curriculares Nacionais” e esperança – Educação Especial (Recurso de Apoio 1, ou vídeo ou palestrante, em processo de construção)
6. Comentários do grupo: destaque, descobertas, questionamentos.
7. Pontualizações da mediadora. Salientando os seguintes aspectos:
 - Importância de conhecer e seguir as DCN – educação especial;
 - Refletir sobre suas práticas; se já buscaram subsídios teóricos para fundamentar suas práticas;
 - Pensar em passos (quê passos?) para qualificar o trabalho da educação especial.

Terceiro momento: síntese e reconstrução da prática

8. Trabalho em grupos para construção do papelógrafo:
 - Por que conhecer e seguir as DCN?
 - O que são e para que servem as DCN?
 - Tens como exercício exercer a práxis? Por quê? Consideras importante?
9. Plenário.
10. Pontualizações da mediadora.
11. Refazer as duplas (início da atividade), a partir do referencial estudado, planejar uma ação pedagógica que possibilite concretizar um ou mais passos para seguir as DCN em busca de qualidade educacional para educandos com deficiência intelectual e/ou múltipla e autismo.

Quarto momento: avaliação

12. Por escrito: Será entregue uma folha ofício para cada participante registrar o que achou do encontro, se contribuiu de alguma forma e descrever como foram às contribuições, bem como, registrar as ideias e sugestões trazidas por esta oficina e as perguntas ainda perseguidas. Orientação para os encaminhamentos finais.

13. Socialização.

Quinto momento: confraternização

14. Música: “Intuição”, de Oswaldo Montenegro

Material necessário:

- Cópias para cada participante do Recurso de Apoio.
- Papel pardo.
- Canetas hidrográficas.
- Folha ofício A4.
- Aparelho de som e música de fundo.
- Data show

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais na Educação Especial para a Educação Básica.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12648:diretrizes-nacionais-para-a-educacao-especial-na-educacao-basica&catid=192:seesp-esducacao-especial. Acesso em 16/03/2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Paz e Terra. 56. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GUIMARÃES, Rezende Marcelo. **Aprender a educar pela paz.** Editora Rede da Paz. Brasil. 2006.

5ª oficina: O PNE e a situação das APAEs - Educação e Mudança Social

“Libertação”

Objetivo:

- Oportunizar uma visão de conjunto das experiências vividas.
- Refletir sobre as possibilidades de continuidades e intervenção pedagógica/social.
- Apresentar a proposta de formação de um núcleo de educadores que visa à qualidade educacional das pessoas com deficiência em busca da transformação social, da transformação para a libertação.

Desenvolvimento da oficina:

Primeiro momento: integração e sensibilização

1. Memória das oficinas anteriores e apresentação dos objetivos desta.
2. Conversar sobre a Lei 13.005/2014 que aprovou o PNE.
3. Partilha dos sentimentos pessoais e profissionais, descobertas e percepções acerca da aprovação do PNE.

Segundo momento: aprofundamento da temática

4. Estudo das metas 4 e 20 do PNE e “Libertação”.
5. Comentários do grupo: destaques, descobertas, questionamentos.
6. Pontualizações da mediadora referente ao PNE e mudança social.

Terceiro momento: síntese e reconstrução da prática

7. Trabalho oral com os participantes: O que é um núcleo de educadores para a libertação?
8. Plenário.
9. Pontualizações da mediadora. É importante salientar os seguintes aspectos:
 - Ideias surgidas na dinâmica;
 - Afinal o que queremos?
 - Como podemos fazer? Impactos que poderão causar?
 - Qual (is) encaminhamento(s)?
10. Plenário com pontualizações da mediadora.
11. Confeção do encaminhamento final da intervenção.

Quarto momento: avaliação e socialização

12. Confeção do acróstico.

Quinto momento: confraternização

13. Música: “Podres Poderes” e “Alegria, Alegria”, de Caetano Veloso.

Material necessário:

- Cópias para cada participante do Recurso de Apoio.
- Papel pardo.
- Canetas hidrográficas.
- Aparelho de som e música de fundo.
- Data show

Referências:

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 13.005** de 25/06/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em 02/07/2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra. 56. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GUIMARÃES, Rezende Marcelo. **Aprender a educar pela paz**. Editora Rede da Paz. Brasil. 2006.

Apêndice 3 - Roteiro para observação/intervenção

Aspectos considerados relevantes para observação informal e participativa:

- 1- Pontualidade e assiduidade dos participantes;

- 2- Participação dos participantes;
 - a) fala, expressões e gestos,

 - b) envolvimento,

 - c) coerência com as temáticas abordadas,

 - d) entusiasmo,

 - e) participação nos trabalhos individuais, em grupo e socialização,

 - f) Compromisso e comprometimento.

Apêndice 4 - Lista de Participantes e frequência

Lista de nome dos professores e registro de frequência dos participantes do Projeto de Intervenção, atividade de extensão do curso de Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA, realizado no período de maio a julho de 2014, com duração total de 20 horas/aula.

Lista de Participantes	16/05/14	30/05/14	11/06/14	25/06/14	04/07/14
1 – Alcides Mário Garcia Burwood					
2 – Andréa Bretanha Sousa					
3 – Berenice Sais Gonçalves					
4 – Fernanda Leite Pereira					
5 – Francisca Coelho da Luz Rocha					
6 – Ilza Nara Costa					
7 – Kátia Riccardi Flaniguem					
8 – Lúcia Andreia Amaral					
9 – Luciane Lakus Roncato					
10 – Lúcio Jorge Hammes					
11 – Márcia Cassales					
12 – Simoni Monteiro Araújo					
13 – Solange Coelho					
14 – Rosa Maria Martins Carvalho Dutra					
15 – Vanessa Neumann Alamiz					

Apêndice 5 - Ata 01/2014 - Autorização para publicação das imagens - Participantes

Ata 01/2014

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, às oito horas da manhã, nas dependências da biblioteca da Escola Especial José Luiz Piúma – APAE/Jaguarão reuniram-se os professores que participaram do Projeto de Intervenção, atividade de extensão do curso de Mestrado Profissional em Educação, da Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA, para realizar a última oficina da Intervenção. Na oportunidade, todos os participantes autorizaram o uso de suas imagens em fotos tiradas no evento, para publicação no relatório do Projeto de Intervenção e/ou em outras publicações a ele referentes. Sem mais, a ata será lavrada e assinada por mim, responsável pelo evento e pelo relatório, e pelos demais participantes do Projeto de Intervenção:

Apêndice 6 - Termo de Consentimento



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisadora: Luciane Lakus Roncato

e-mail: luciane.roncato@outlook.com/ telefones (53) 32616112 (53) 84383662, (53)91444534, inclusive a cobrar.

Pesquisador Orientador: Lúcio Jorge Hammes/UNIPAMPA

luciojhammes@unipampa.edu.br / telefones (53) 32614269, (53)84146651, inclusive a cobrar.

Curso: Mestrado Profissional em Educação – Campus Jaguarão

O (a) senhor (a) está sendo convidado a participar, como voluntário, em uma pesquisa intitulada “**a gestão do processo educacional da pessoa com deficiência: a legislação e a formação do professor da escola especial**” - Jaguarão/RS, que tem por objetivo qualificar o processo de gestão educacional na Escola Especial José Luiz Piúma das pessoas com deficiência em Jaguarão/RS, através da formação docente.

Por meio deste documento e a qualquer tempo o (a) senhor (a) poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra será arquivada pelo pesquisador responsável.

A colaboração do (a) senhor (a) se dará através de um questionário semiestruturado com abordagem qualitativa.

1. Neste instrumento constaram perguntas sobre o interesse e disponibilidade para participar de um curso de extensão universitária, bem como, temáticas sugeridas para estudos. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e seu orientador.

2. A pesquisa e a intervenção será realizada na Escola Especial José Luiz Piúma/APAE - Jaguarão onde a pesquisadora entregará o questionário impresso e aguardará o preenchimento por parte do(a) senhor(a), em horário pertinente.

Sua participação ajudará na construção de um espaço dialógico que se realizará no formato de oficinas - constituindo um curso de extensão universitária de 20h.

Para participar deste estudo o (a) senhor (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos pelos pesquisadores, tais como, material necessário para o registro das atividades e elaboração das oficinas, bem como sua execução.

3. O risco desta pesquisa é o desconforto que o (a) senhor (a) poderá sentir ao compartilhar informações pessoais ou confidenciais. Se sentir-se incomodado em falar poderá abster-se de responder determinada questão, pois a sua opinião pode se tornar pública. Por isso, o nome do participante é mantido em sigilo, evitando qualquer constrangimento. Os dados da pesquisa serão armazenados pelo



pesquisador responsável por um tempo necessário para a sua publicação. Os resultados poderão ser divulgados em publicações científicas, entretanto ele mostrará apenas os resultados, mantendo sua privacidade.

O retorno desta pesquisa se dará através de apresentação pública na instituição, na forma de uma palestra.

Nome do Participante da Pesquisa / ou responsável: _____

Assinatura do Participante da Pesquisa

Pesquisador Responsável: _____

Assinatura do Pesquisador Responsável

Local e data _____

ANEXOS

Anexo 1 - Ofício/Convite para o Conselho Municipal de Educação

Anexo 2 - Atestado da palestra ministrada na UNIPAMPA

Anexo 1- Ofício/Convite para o Conselho Municipal de Educação



APAE
Jaguarão - RS

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaguarão – Mantenedora

Rua 24 de Maio, 1946 CEP: 96300-000

JAGUARÃO – RS TEL/FAX: (53) 3261-2489

email: apae@focuspro.com.br

Ofício nº 061/2014

Jaguarão, 13 de maio de 2014.

*Apresentado
APAE
L*

Ao Conselho Municipal de Educação:

Apraz-nos cumprimentá-los na oportunidade em que nos dirigimos a Vossa Senhoria para convidá-los a participar do Curso de Extensão Universitária - UNIPAMPA como intervenção do Projeto de Pesquisa da Mestranda Luciane Lakus Roncato na Escola Especial José Luiz Piúma – APAE. A intervenção está prevista para acontecer no formato de oficinas constituídas em cinco encontros previstos no turno da manhã, das 8h 30min às 12h, conforme datas abaixo.

Sem mais, contamos com representante (s) desse Conselho para participar desse processo.

DATA	OFICINAS	PARTICIPANTES
16/05	Educação Especial, Educação Inclusiva e Educação Popular	Professores e Psicóloga
30/05	A realidade dos educandos e o inacabamento freiriano	Professores e Psicóloga
11/06	A legislação (ênfase PNE – Meta 04) e o empoderamento	Professores e Psicóloga
25/06	Diretrizes (DCN) e a educação para a esperança	Professores e Psicóloga
04/07	Situação das APAEs – Educação e Mudança Social	Professores e Psicóloga

Atenciosamente,


Luciane Lakus Roncato

Diretora da E.E. José Luiz Piúma

Mestranda do Curso Profissional da Educação


Anexo 2 - Atestado da palestra ministrada na UNIPAMPA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS JAGUARÃO
COORDENAÇÃO ACADÊMICA

ATESTADO

Atesto para os devidos fins e, a pedido da parte interessada, que LUCIANE LAKUS RONCATO ministrou a palestra "O sujeito com deficiência mental: processos de diagnóstico em educação especial". A mesma, realizada no dia 20/8/2014, foi dirigida aos alunos do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pampa-Campus Jaguarão, com duração de quatro horas e, foi ministrada gratuitamente.

Jaguarão, 20 de agosto de 2014.


Dra Carmen Regina Dorneles Nogueira
Coordenadora Acadêmica da
UNIPAMPA, Campus Jaguarão

Carmen Regina Dorneles Nogueira
Coordenadora Acadêmica
Universidade Federal do Pampa
Campus - Jaguarão